



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO - EA  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL - PDGS**

**LADJANE BARBOSA DOS SANTOS**

**(TRANS) FORMAÇÕES DE PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL  
NO COLÉGIO E. P. C. VALADARES - SANTA BÁRBARA-BA**

Salvador - BA  
2023

Escola de Administração - UFBA

S237 Santos, Ladjane Barbosa dos.  
(Trans) formações de práticas de participação social no Colégio  
E. P. C. Valadares – Santa Bárbara - BA / Ladjane Barbosa dos Santos. – 2023.  
125 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Alvarez Rossi.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola  
de Administração, Salvador, 2023.

1. Escolas públicas – Santa Bárbara (BA) – Estudo de casos.

2. Democratização da educação. 3. Escolas públicas

–  
Administração - Participação do cidadão. 4. Administração  
local. 5. Participação social. I. Universidade Federal da Bahia.  
Escola de Administração. II. Título.

CDD – 371.01098142

**LADJANE BARBOSA DOS SANTOS**

**(TRANS) FORMAÇÕES DE PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL  
NO COLÉGIO E. P. C. VALADARES - SANTA BÁRBARA-BA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Salvador, 15 de dezembro de 2023.

Banca examinadora

Renata Alvarez Rossi – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal da Bahia

André Luís Nascimento dos Santos \_\_\_\_\_  
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia  
Universidade Federal da Bahia

Maria Amélia Jundurian Corá \_\_\_\_\_  
Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Universidade Federal de Alagoas

Dedicado à minha mãe, Joanita R. B. dos Santos e a meu pai Laudelino Fernandes dos Santos (*in memoriam*); aos meus irmãos Gene, Jarbas, Bárbara e, em especial, Jaciete e família pelo apoio e solidariedade. Aos meus tios, Célia e Adelson, pela estrutura e base em todos os momentos; aos meus amores Marcos e Ian, traduzindo-se numa inspiração diária e por tolerarem e incentivar meu percurso e minhas ausências.

## AGRADECIMENTOS

- A Deus, uma força superior, uma energia cósmica e universal que me alimenta, inspira, estimula e movimenta.
- A tantas pessoas que, direta e indiretamente, contribuíram para a minha caminhada. Tentarei nomear as que estiveram mais próximas, sem, no entanto, desconsiderar tantas outras presenças importantes;
- Aos meus amores Ian Barbosa Leão Vitório e Marcos Nunes Vitório, pela tolerância, paciência durante o percurso, por entender e colaborar, apoiando-me com amor e doçura;
- A todos os meus tios que tanto amo, em especial, a Celia, Faso Adelson, Jau e Emerson, pela presença constante em nossas vidas;
- A minha base, meus ancestrais e familiares (*in memoriam*), em especial minha mãe Jana a pai Lau, minha mainha Sonia, meu tio Munda e Bebe, Tata e Tonho pelo exemplo, estrutura, alicerce, criação e meu bem maior: minha vida, meus laços e descendência.
- A Rita Ribeiro, Giovana Monteiro, Ione Santos, Maria Valdete, Marcos Brito, Andreza, Charlene, Isabela, Barbara, Maria, Jose, Tate, Sandra Amorim, e toda Equipe do CEPCV, pelo muito que apoiaram durante toda a gestão, pela inspiração, por tudo que representam para os nossos alunos, pela responsabilidade e dedicação, por nossa trajetória;
- À minha Orientadora, professora Dra. Renata Rossi (UFBA). Não tenho palavras para expressar a gratidão pela paciência, tolerância, solidariedade, estímulo, rigor, competência, ética e compromisso neste momento especial de minha vida;
- À Professora Dra. Tânia Fischer e Morgana (UFBA) e toda Equipe do CIAGS. Referência imprescindível para chegar até aqui.
- Ao Professor André Nascimento (UFBA) por todo apoio e por me fazer enxergar o potencial que nem sabia existir. Muito obrigada pelo afeto, crítica e contribuições valiosas.
- Aos meus irmãos e familiares, Genivaldo Barbosa, Julia, Jarbas Barbosa e Celia e, em especial, a minha querida irmã Jaciete Barbosa dos Santos por todo amor e delicadeza na partilha; ao seu companheiro Sílvio Carvalho pela paciência e escuta; a Maria Clara e Francisco pelo afeto. Agradeço-os imensamente pelo incentivo, confiança, apoio, amizade, cumplicidade e pelas tantas contribuições e pela presença marcante em minha vida.
- Ao Professor Pablo Piras da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e aos alunos

do Programa de Educação Tutorial (PET) pelo apoio e generosidade.

- Ao professor Alcides Caldas (UFBA) pelo apoio na Jornada de um sonho audacioso de Reconhecimento da IG do Requeijão de Santa Bárbara (BA).

- À Professora Dra. Claudiani Waiandt (UFBA) pela generosidade nas suas orientações.

- À Vó Quinha, Nice, Dete, Valmir Vitório, Flávia, Cosminho. pelo acolhimento, amor e consideração.

- À toda Equipe CEPCV, ao Colegiado e em especial as colegas, amigas e cúmplices Rita Ribeiro, Charlene, Giovana Monteiro, Sandra Almeida, Joana, Mateus, por serem uma referência importante de colaboração, cumplicidade, apoio e amizade, além da disposição em participar e contribuir de modo significativo para este estudo.

- A minha irmã de coração Barbara Oliveira e sua família, Bibi, Wanderson e Maria Vitória, pela força e disponibilidade em ajudar sempre que preciso.

- Aos professores do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da UFBA, pelas reflexões, competência e exemplo de engajamento social. À amiga Iza Calbo, pelo olhar sensível e pelas importantes indicações e revisões.

- Aos alunos do Grêmio estudantil, monitores, líderes do Conselho de Representantes de Turmas, associação de professores, pais e amigos do CEPCV; à Comissão de meio Ambiente e Qualidade de Vida do CEPCV; a toda equipe de secretários, prefeito e vice da PMSB, NTE 19, Portal do Sertão, IAT, Secretaria de Educação e demais colaboradores da pesquisa. Minha gratidão infinita por todas as contribuições ímpares a este trabalho.

- A Marcela Ferreira, secretária acadêmica, pela colaboração, gentileza e presteza em ajudar e disponibilizar informações, comunicados e documentos necessários para nossa orientação durante este percurso.

- Aos professores, amigos e parceiros de jornada, pela acolhida, colaboração e disponibilidade em entender e se disponibilizar em ajudar sempre.

- A Matilde Oliveira, Dona Titi e toda sua (e minha) família, pela colaboração e paciência.

- A todos os membros do Colegiado das três gestões eleitas no CEPCV, uma honra de trabalhar na gestão participativa, não só pela cumplicidade, mas pela parceria e pela convivência e apoio.

- Aos meus tios queridos: Adelson, Célia, Josafá, Jau, Emerson, Jó,IVALDO, Djalva, Pedrinho, tio Zeca, Wilson, Bela e Renilda, pelo amor recebido;

- Aos meus tios, Munda, Hidelberto, Tatá, Ana Estrela e Sonia Maria Ribeiro (*in memoriam*), pelo amor, cuidado, carinho e exemplo;

- Aos colegas do Mestrado, pelo compartilhamento de experiências, diversidades e saberes.

- A Maria Rosane, Maria Valdete, Paulo Henrique, Iara, Sandra, Andreza, Ana Maria, Robe,

Anderson, Jorge Dias, Thaina, Jocélio Costa Lima pela ajuda, aproximação e amizade.

- A todos os professores, pais, alunos e funcionários do CEPCV, CESJ e CEPCF, pela solicitude e acolhimento;

- Às colegas Joelmir, Rosa, Indira, Fabiana, Thales, Fabrício, Israel, Márcia Dias, Isadora, Denice e tantos outros, pelas trocas, alegrias, amizade e compartilhamento de estudos e buscas.

- Aos colegas do PAIP, pela compreensão e solidariedade em momentos de desafios e labuta.

- Às colegas de trabalho pela sensibilidade, colaboração e pelos estudos.

- A minha base, meus ancestrais e familiares (*in memoriam*), em especial a pai Lau e mainha mãe Jana, Vovô Neca, Vô João, Vó Eulina, Concordia e Calú pelo legado, estrutura, alicerce, criação e meu bem maior: minha vida.

- A Rita Ribeiro, Giovana Monteiro, Ione Santos, Maria Valdete, Marcos Brito, Andreza, Charlene, Isabela, Barbara, Maria, Jose, Tate, Sandra Amorim, e toda Equipe do CEPCV, pelo muito que apoiaram durante toda a gestão, pela inspiração, por tudo que representam para os nossos alunos, pela responsabilidade e dedicação, por nossa trajetória;

- A Josenildo Costa Lima (*in memoriam*) pela amizade eterna, apoio e confiança.

- A Maria Rosane Passos dos Santos, Fátima, Ebinho Mona, Cosme, Toinho, Adjan, Alisson, Leila, Paulo Henrique (Juninho), Dete, Eunice, Jocélio demais amigos.

- Rafael Ferreira Lopes e Bruno Abreu, pela disponibilidade em ajudar no protótipo do aplicativo “É tudo nosso”; a Jocélio Costa Lima por todo o apoio e ajuda, especialmente na produção do Site CEPCV e a Celimar Freire pela produção do Mapa colaborativo.

- Às amigas e amigos de sempre: Valéria, Eduarda, Camila, Iacy, Fátima, Oona, Liane, Lene, D. Catariana (*in memoriam*), Simone, Goreth, Naná, Flávia, Cibele, Murilo, Heloisa, Karine, Alex, Isaac, Meire, Ana Maria, Athaanderson, Roby e André, pela alegria de sermos mais que parentes e amigos, irmãos e cúmplices de jornada.

- A todas as pessoas que não sendo citadas, sentem a especial gratidão por fazer parte da minha vida e das minhas conquistas.

*“Grandes realizações são possíveis quando se dá importância aos pequenos começos”.*

**(Lao Tzu)**



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Campo de ação da COM-VIDA.....	44
<b>Figura 2</b> – Gestão Social para o Desenvolvimento Territorial Sustentável.....	46
<b>Figura 3</b> – Programa de Educação Ambiental da Bahia SEC BA.....	47
<b>Figura 4</b> - Identificação do Território .....	55
<b>Figura 5</b> - Comparativo do IDEB 2021 (CEPCV, Santa Bárbara, Bahia) .....	57
<b>Figura 6</b> – Cálculo do Ideb 2021 do CEPCV .....	57
<b>Figura 7</b> - Localização das Fábricas de Requeijão Artesanal e Laticínio.....	68
<b>Figura 8</b> – Gráfico das provas do IDEB (2015 – 2021) do CEPCV.....	82
<b>Figura 9</b> - Movimentação de alunos durante o ano de 2021.....	82
<b>Figura 10</b> - Mapa de atuação da escola no Desenvolvimento.Territorial.....	85
<b>Figura 11</b> – Comunidades criadas para avisos do CEPCV (WhatsApp da gestão) .....	91
<b>Figura 12</b> – Instagram dos Projetos da Escola.....	92
<b>Figura 13</b> – Páginas do site que apresenta um resumo das ações dos projetos .....	92
<b>Figura 14</b> – Jornal CEPCV .....	93
<b>Figura 15</b> – Suplemento literário (2 edições 2022 e 2023) .....	94
<b>Figura 16</b> - QR do Instagram da escola .....	94
<b>Figura 17</b> - Registros de atividades da escola com produções e produtos desenvolvidos para ou com a comunidade .....	95
<b>Figura 18</b> - Tela de Login aplicativo é tudo nosso – .....	97
<b>Figura 19</b> – Tela de operacionalização .....	98
<b>Figura 20</b> - Tela de Plano de Ação.....	99

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 - Poder de atuação da democracia.....	22
Quadro 02- Funções do Colegiado .....	40
Quadro 03 - Gestão e conquistas: CEPCV.....	61
Quadro 04 – Características do paradigma da essência de transformação tecnológica.....	88

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEE	Comissão de Especialistas de Ensino de Administração
CEPCV	Colégio Estadual Professor Carlos Valadares
CESJ	Centro Educacional São José
CES	Câmara de Educação Superior
CGU	Controladoria Geral da União
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
COM-VIDA	Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Confederação Nacional de Educação
EA	Escola de Administração
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
FECIBA	Feira de Empreendedorismo Ciências e Inovação da Bahia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
PAIP	Projeto de Avaliação e Intervenção Pedagógica da SEC-Ba
PDGS	Programa de Desenvolvimento e Gestão Social
SEC BA	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
TIC	Tecnologia da informação e Comunicação
SUPROT	Superintendência de Educação Profissional da Bahia
TGS	Tecnologia de Gestão Social
UEFS	Universidade do Estadual de Feira de Santana
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## RESUMO

Essa pesquisa traz como objeto de estudo a relação entre gestão, participação e democracia no contexto de uma escola pública da rede estadual de ensino da Bahia. O estudo partiu da seguinte problemática: como a gestão de uma escola pública pode mobilizar a comunidade escolar, no sentido de fortalecer a Participação Social, identidade e o território local? Buscando responder a essa questão, discutiremos a experiência de gestão democrática e participativa do Colégio Estadual Professor Carlos Valadares (CEPCV), localizado no município de Santa Bárbara (BA). A escola foi selecionada como campo de investigação em função do seu papel na sociedade diante da (trans)formação provocada pela gestão democrática assumida pela pesquisadora, no sentido de impulsionar a busca da colaboração e participação social na gestão face aos desafios vivenciados no campo da aprendizagem dos alunos que, cotidianamente, interferem no desenvolvimento local com a prática democrática e científica. A pesquisa se fundamenta em autores como Lima (2007), Santos (2000), Freire (1996), Milani (2004), Gohn (2013), Fischer (2014), dentre outros. Quanto à abordagem metodológica, trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso que descreve e analisa os efeitos de ações da gestão democrática no contexto educacional. A investigação contou com os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, entrevista semiestruturada, análise de documentos, dentre os quais os registros em atas, prestação de contas, relatórios, portfólio, folder, revista, jornal, mídias digitais e registros iconográficos, mapas, projetos e planos de ações. Os resultados da pesquisa revelam a relevância da gestão democrática na transformação de projetos de vida da comunidade escolar. A gestão buscou pautar suas ações tomando como referência a realização de projetos interdisciplinares de intervenção local para a melhoria da qualidade de vida de todos. Foi possível identificar como a gestão democrática no CEPCV favoreceu o engajamento coletivo da comunidade e a produção de iniciativas de desenvolvimento local no município de Santa Bárbara (BA). Embora tenham sido observadas algumas contradições durante o processo da pesquisa, no que tange a interferência das políticas da gestão municipal e estadual algumas vezes conflitantes com os interesses da própria escola investigada, os resultados apontaram mudanças positivas em toda comunidade escolar.

**Palavras-chave:** gestão democrática, escola pública, participação social.

## ABSTRACT

This research focuses on the relationship between management, participation and democracy in the context of a public school in the state education network in Bahia. The study started from the following problem: how can the management of a public school mobilize the school community, in order to strengthen Social Participation, identity and the local territory? Seeking to answer this question, we will discuss the experience of democratic and participatory management at Professor Carlos Valadares State College (CEPCV), located in the municipality of Santa Bárbara (BA). The school was selected as a field of investigation due to its role in society in the face of the (trans)formation caused by the democratic management assumed by the researcher in order to boost the search for collaboration and social participation in management, given the challenges experienced in the field of learning of students who, on a daily basis, interfere in local development with democratic and scientific practice. The research is based on authors such as Lima (2007), Santos (2000), Freire (1996), Milani (2004), Gohn (2013), Fischer (2014), among others. As for the methodological approach, it is an investigation with a qualitative approach of the case study type that describes and analyzes the effects of democratic management actions in the educational context. The investigation included the following procedures: bibliographical research, semi-structured interview, document analysis, including minute records, accountability, reports, portfolio, folder, magazine, newspaper, digital media and iconographic records, maps, projects and plans of actions. The research results reveal the relevance of democratic management in transforming life projects in the school community. Management sought to guide its actions taking as a reference the implementation of interdisciplinary local intervention projects to improve everyone's quality of life. It was possible to identify how democratic management at CEPCV favored collective community engagement and the production of local development initiatives in the municipality of Santa Bárbara (BA). Although some contradictions were observed during the research process, regarding the interference of municipal and state management policies that sometimes conflict with the interests of the investigated school itself, the results showed positive changes throughout the school community.

**Keywords:** democratic management, public school, social participation.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA.....</b>	<b>18</b>
2.1 MODELOS DE DEMOCRACIA.....	19
2.2 LIMITES DA DEMOCRACIA .....	24
2.3 O PAPEL DOS CONSELHOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	28
<b>3 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....</b>	<b>35</b>
3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO NA BAHIA .....	37
<b>3.1.1 Grêmio Estudantil.....</b>	<b>38</b>
<b>3.1.2 O Colegiado.....</b>	<b>40</b>
<b>3.1.3 Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - Com-Vida.....</b>	<b>43</b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>50</b>
4.1 SOBRE A PESQUISA.....	51
4.2 SOBRE O ESTUDO DE CASO.....	53
4.3. SUJEITOS DA PESQUISA.....	54
4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	54
<b>5. GESTÃO DEMOCRÁTICA DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR CARLOS VALADARES.....</b>	<b>56</b>
5.1 DESAFIOS E CONQUISTAS DO CEPCV NA ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL.....	63
5.2 INTERAÇÕES, RELAÇÕES DE PODER E (TRANS)FORMAÇÕES.....	65
<b>5.2.1 A experiência da tentativa de municipalização do CEPCV.....</b>	<b>70</b>
<b>5.2.2 O Projeto O Lugar onde Moro, o Lugar que quero Viver.....</b>	<b>72</b>
<b>5.2.3 A experiência do reconhecimento da Identidade Geográfica do Requeijão de Santa Bárbara (BA).....</b>	<b>74</b>
<b>5.2.4 O Campus Experimental do CEPCV.....</b>	<b>75</b>
<b>6. RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>81</b>
<b>7. TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL.....</b>	<b>89</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>118</b>

## 1 INTRODUÇÃO

---

“Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada”.

(Clarice Lispector)

O sistema educacional nacional é permeado por problemas e conflitos como evasão, exclusão, precárias condições de trabalho, má gestão, recursos e investimentos escassos. A realidade torna a escola um espaço repleto de demandas que exigem enfrentamentos e recuos, planejamento, organização, alternativas, descartes e resgates de ideais e ações que possibilitem a realização de uma educação humanizada. Ou seja, que corresponda aos anseios da população brasileira, sobretudo daqueles que só têm a escola como possibilidade de inclusão socioeducacional.

Considerada como aparelho ideológico do Estado por alguns estudiosos, atualmente a escola parece servir para a manutenção de privilégios de uma minoria que prega uma “neutralidade política” para legitimar a desigualdade existente. Isto implica em anular os conflitos e as lutas de classe propositadamente, fazendo da escola um espaço de aceitação e adaptação da ordem vigente. Todavia, buscar alternativas para uma educação emancipadora é uma luta constante dos que alimentam a utopia anunciada por Paulo Freire (2009), segundo a qual a educação sozinha não muda a sociedade. Entretanto, nenhuma sociedade pode ser modificada sem a educação.

De acordo com Lima (2007, p.27), no contexto de implantação do modelo neoliberal, a educação, assim como outros direitos e serviços públicos, passaram à condição de mercadoria “[...]prevalecendo um viés economicista, com ênfase na política de redução de gastos e da eficiência dos resultados”. Realmente, este entrave não deve ser esquecido, mas sim confrontado, especialmente quando observamos que, mesmo nos governos que aderiram a um modelo caracterizado com neodesenvolvimentista, a permanência dos princípios neoliberais mostrou-se resiliente (Paes de Paula, 2005). Mais ainda, considerando o recente processo de avanço de forças de extrema direita ao ter elegido a educação como pauta a ser desconstruída, especialmente uma educação de natureza emancipadora comprometendo, inclusive, a democracia no País.

Nessa direção, deve-se buscar alternativas que produzam outras possibilidades de educação e de sociedade, onde escola e a gestão escolar se dirijam no sentido da consolidação da democracia por meio do estímulo ao exercício da cidadania e da participação. Isso passa, necessariamente, pela conexão do ambiente escolar com a comunidade na qual se insere, construindo espaços de trocas de saberes e práticas e engajando estudantes, professores, pais, mães na reflexão e produção de alternativas para os problemas sociais e valorização de iniciativas comprometidas com o desenvolvimento territorial. Afinal, as contradições entre o ideal e o real nos chocam constantemente no contexto único de cada escola, com seus desafios, possibilidades e a necessidade de um diálogo constante; de espaços de discussões nos quais as diversas opiniões estejam presentes; e, ainda, de responsabilidades e compromissos coletivos que possam ser constantemente reavaliados por meio do exercício da participação. Enfrentar esse desafio se coloca de forma ainda mais necessária quando nos reportamos à educação básica, momento crucial que integra a iniciação dos sujeitos no processo formativo de modo que pensar no atual formato de educação da escola básica é entender as transformações necessárias enquanto mais profundas do que as discussões sobre as Bases Nacionais Curriculares Comuns (BNCC), questões salariais ou legislações vigentes.

No município de Santa Bárbara, localizado na região nordeste do Estado da Bahia, são diversas as questões de natureza política, social, econômica, para além de educacional, que atravessam a comunidade do Colégio Estadual Professor Carlos Valadares (CEPCV) e desafiam a gestão escolar no sentido da promoção de espaços e ferramentas de comunicação e participação. Mais recentemente, algumas experiências marcaram o CEPCV: a resistência da comunidade intra e extraescolar à municipalização da escola; a experiência com o projeto “O lugar onde moro, o lugar que quero viver”; os trabalhos para o registro da Identidade Geográfica do Requeijão de Santa Bárbara (BA); e o Campus Experimental.

Nesse contexto, a questão que orienta esse trabalho de pesquisa pode ser assim apresentada: como a gestão do Colégio Estadual Carlos Valadares pode estimular a mobilização da comunidade escolar nas discussões dos temas centrais para o desenvolvimento territorial onde se insere, particularmente, no município de Santa Bárbara (BA)? Partindo do pressuposto de que a gestão escolar democrática é elemento chave para o engajamento de estudantes, pais, mães, professores, gestores, representantes de movimentos sociais e poder público na criação de espaços e ferramentas de compartilhamento de informações e participação, conforme tem evidenciado as pesquisas nessa área realizadas por Milani (2004), Freire (1989), Gohn (2003) e Fischer (2014), entre outros.



Nesta direção, a investigação tem como objetivo geral, discutir como a gestão do Colégio Estadual Carlos Valadares pode estimular a mobilização da comunidade escolar nas discussões dos temas centrais para o desenvolvimento territorial onde se insere, particularmente no município de Santa Bárbara (BA); e, como objetivos específicos: refletir sobre os conceitos de democracia e de gestão escolar buscando convergências e intersecções; identificar questões centrais relacionadas ao desenvolvimento territorial no município de Santa Bárbara (BA); discutir a experiência de gestão do Colégio Estadual Professor Carlos Valadares; identificar sujeitos e grupos sociais envolvidos na gestão escolar; e refletir sobre espaços e ferramentas que podem estimular a ampliação do acesso à informação e participação da comunidade Escolar.

Esse trabalho se justifica, em primeiro lugar, pela relevância da discussão sobre a necessária consolidação da democracia em nosso país e em nossas cidades, sendo a Escola um ambiente central na reflexão e engajamento da comunidade local. Também se justifica pela aderência ao Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no campo de referência da Linha 1 – Ensino, Pesquisa e Intervenção em Gestão Pública e Gestão Social. Por último, se justifica em razão da possibilidade de reflexão crítica a respeito de práticas desenvolvidas pela autora como gestora do CEPCV, vinculado à Secretaria de Educação da Bahia. Assim como, com a experiência de Residência Social<sup>1</sup> realizada no Colégio Estadual Dr. Carlos Firpo, na cidade de Barra dos Coqueiros, interior do Estado de Sergipe, reafirmando a necessidade de ponderação sobre experiências de resistência de comunidades escolares na luta por uma educação de qualidade.

Com base nos estudos de autores como Boaventura de Souza Santos (2000) acerca da Democracia, das referências sobre Educação de Paulo Freire (1989), bem como nas leituras realizadas e listadas na bibliografia utilizada nesse estudo, percebeu-se que na maioria das escolas públicas existe várias formas de exercício de democracia e participação social. Particularmente, nossa análise se deu a partir o estudo de caso do CEPCV envolvendo os seguintes atores: dirigentes da Associação de Pais e Professores e Amigos, também conhecida como

---

<sup>1</sup> A Residência Social é uma tecnologia inovadora de ensino em gestão social, desenvolvida no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social/ Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS/CI-AGS).

Caixa Escolar; do Conselho/Colegiado escolar; do Grêmio Estudantil; do Conselho de representantes de turmas; da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – COMVIDA; e do núcleo de projetos da escola. Citam-se ainda as discussões realizadas durante as Atividades Complementares (ACs) com a coordenação; as diversas reuniões por segmento e de grupos de alunos que transformam a escola cotidianamente por meio de suas lideranças representadas ou referendadas pelo seu engajamento. Há também representantes da escola atuantes nos conselhos institucionais do município (de educação, cultura, alimentação, meio ambiente, ação social, de juventude, de segurança pública etc.); nas conferências públicas municipais; nos Orçamentos participativos, audiências públicas e nos Planos Pluri Anuais participativos.

Em um país democrático, todas as Escolas Públicas deveriam propiciar o exercício da cidadania e da democracia como uma constante na vida da comunidade escolar. Participação em assembleias, discussões comuns, verificação de contas e conferências de recursos em murais na prefeitura, nas escolas, na câmara de vereadores, nas associações, sindicatos e órgãos colegiados por meio de requerimentos, ouvidorias e audiências podem não ser suficientes para que a participação social ocorra de fato e de direito. A participação social requer ação para propor, apoiar ou criticar os planos e ações; isso impetra comprometimento, maturidade, escuta, respeito, desprendimento, solidariedade, autonomia, estudo e colaboração para transformar seu espaço.

No espaço escolar é possível se pensar em várias formas de exercício da participação social (trans)formando-o em um lugar adequado para experimentar a consolidação da democracia, fazendo da escola um espaço de discussão e construção de uma experiência de formação prática dentro e fora desse ambiente. Além disso, a participação no desenvolvimento de projetos e trabalhos acabam por provocar a melhoria da aprendizagem dos estudantes e possibilitam o desenvolvimento territorial. Abordaremos, nesse sentido, a forma como a comunidade escolar atua, dialoga, se organiza; define seus papéis no fortalecimento da escola pública de qualidade; e estabelece parcerias com instituições locais, poder público e privado.

Esse trabalho agrega temas que revelam a dinâmica de uma escola pública preocupada com a Participação Social na gestão democrática e, para isso, discorre sobre o tema na sua introdução. Em seguida, na segunda seção, trata da escola pública e apresenta os modelos de democracia, os desafios e o papel dos conselhos no regime brasileiro. Na terceira seção, apresenta gestão democrática do ensino público em si e do ensino público na Bahia. Quanto à Metodologia, na seção quatro, se discorre sobre a abordagem, os sujeitos e os procedimentos de coleta de dados. A quinta seção destaca a gestão democrática do CEPCV, apontando desafios

e conquistas, formas de interações, relações de poder, (trans)formações, a experiência na tentativa de conter o processo de municipalização do CEPCV (2018). Relata ainda como o projeto *O lugar onde moro, o lugar que quero viver* ajudou a escola durante a pandemia, apresenta a experiência de mediação da escola no processo de reconhecimento da Identidade Geográfica (IG) do Requeijão de Santa Bárbara (BA). Na sexta seção são apresentados os resultados da pesquisa e, na sétima e última seção, apresenta os resultados da pesquisa, trazendo, por fim e como proposta, a contribuição de Tecnologias de Gestão Social (TGS). E, conclui-se o trabalho com as Considerações Finais.

## **2 ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA**

---

A gestão democrática da escola pública é um preceito constitucional, conforme o Art. 1º da Constituição onde se lê que “[...] todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos direta ou diretamente” (Brasil, 1988), consagrando uma nova ordem jurídica e política no país, com base em dois pilares: a democracia representativa (indireta) e a democracia participativa (direta), entendendo a participação social como processo inegociável para o exercício democrático a ser realizado, especialmente por meio da educação. No Art. 206, a Constituição Federal estabelece os “princípios do ensino” e inclui, entre esses, o Inciso VI, “Gestão Democrática do Ensino Público”, presente também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que, no seu Art. 205 determina que “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), na época em que foi criada, instituiu a participação social na gestão escolar. Ademais, as indicações do Sistema Nacional Articulado de Educação propõem “[...] a participação dos profissionais no projeto pedagógico, e da comunidade, nos conselhos escolares, além de uma 'progressiva' autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira às escolas.” (SNAE, 2009, p. 289).

Portanto, a participação na gestão escolar incide positivamente na aprendizagem para a vida, o exercício da autonomia e a atuação pedagógica. Dessa forma, a participação é um pressuposto da própria aprendizagem e, formar para a participação, é também formar para a cidadania. Isto é, para participar com responsabilidade do destino da comunidade onde a escola se insere.

O Documento-Referência da I Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2009), refere-se à qualidade da educação e afirma que, não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade na escola. Esta melhoria da qualidade da educação está ligada à criação de espaços de deliberação coletiva, onde a gestão democrática dos sistemas de ensino constitui uma das dimensões de acesso à educação de qualidade.

É preciso superar o velho modelo tecnocrata de política pública baseada na premissa do Estado externo à Sociedade. Por sua vez, a participação social

como modo de governar significa [...] adequar a racionalidade técnica da administração pública a uma nova forma de governar baseada no diálogo constante com os atores da sociedade civil (Brasil, 2011, p. 83).

O princípio constitucional da gestão democrática do ensino público não se limita à educação básica e se reporta a todos os níveis e modalidades do sistema sendo “[...] um princípio basilar a partir do qual se fortalecem espaços de participação e de pactuação já instituídos e por instituir” (Marques *et al*, 2014, p. 03). Este tema ganha ainda mais relevância no atual contexto de expansão de forças políticas qualificadas como de extrema direita, sendo o ambiente escolar espaço privilegiado para a produção de reflexões e práticas comprometidas com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, atenta à democracia como valor inegociável. A participação nas escolas públicas, estimulada por uma gestão escolar democrática, poderá produzir caminhos para o enfrentamento à barbárie e à consolidação da democracia.

## 2.1 MODELOS DE DEMOCRACIA

Para discutir o conceito de democracia, conforme largamente utilizado por forças políticas das mais variadas matizes atuais, é preciso reconhecer um regime que pressupõe a constituição de uma esfera pública onde ocorrem a discussão, deliberação e voto sobre os problemas coletivos de uma comunidade. Este ideal tem sido objeto de discussões que questionam o significado, alcance, limites e desafios para a consolidação de espaços equitativos de participação social. Aliás, é sempre necessário recordar que, na experiência grega, o próprio espaço da *polis* estava restrito e fechado para a participação de mulheres, pessoas escravizadas e estrangeiros.

O problema da participação e do engajamento nas questões públicas e a discussão sobre o lugar de realização deste ideal de formação de interesses e vontades coletivas perpassa o tempo e as variadas perspectivas políticas. No modelo de democracia representativa, o Estado e a sociedade civil ocupam funções distintas, sendo o Estado responsável pela expressão dos diversos interesses. Este modelo atende ao dilema previsto na concepção contratualista do Estado no qual este seria o responsável por proteger os cidadãos e, particularmente, o instituto da propriedade privada, considerada condição de inserção social. A barreira imposta por esta condição (a propriedade privada) desafiou a democracia representativa na criação de condições suplementares de garantia da participação popular na discussão sobre temas públicos. Assim, ao longo do tempo, alguns ajustes foram feitos no modelo de democracia representativa com adoção de critérios mais inclusivos para o exercício do voto, como o instituto das representações

especiais (Young, 2006). De todo modo, refere-se à participação tendo o processo eleitoral como elemento central.

O problema fundamental para a realização do ideal da representação, considerando a diversidade de interesses dos distintos grupos sociais, para pensadores como Schumpeter (1961), está no reduzido senso de racionalidade e responsabilidade dos indivíduos e a ausência de uma vontade que leva o cidadão comum a um certo grau de ignorância e falta de bom senso em assuntos políticos. Assim, o autor sustenta a ideia de que o povo só seria soberano no momento da eleição dos seus representantes e, no mais, poderia ser explorado por grupos tanto antes quanto depois deste momento de escolha.

A teoria apresentada por Schumpeter (1961) propõe que a democracia é um método de formação do governo, e a participação da sociedade na política é limitada ao voto, cabendo a um grupo minoritário de cidadãos (elite) a formulação de propostas e restando ao cidadão comum apenas escolher entre as diferentes proposições. Esta democracia, que se consolida no pós-guerra, é denominada de “democracia de baixa intensidade”. Isto é, compreende a democracia existente, sem a interferência do povo que é soberano apenas para constituir os governos, não existindo grandes processos participativos (Avritzer, 2007).

Confrontando essa perspectiva, especialmente a partir da crítica aos processos eleitorais como suficientes para a realização da participação social, a democracia participativa busca complementar os princípios da representação com a noção de participação direta. Assim, este modelo propõe ao cidadão acompanhar e direcionar as decisões políticas, atuando ativamente nas questões públicas para além da simples escolha dos representantes no período eleitoral. Para Peruzzotti (*apud* Jardim, 2011), a democracia representativa deve ser ampliada no sentido de produzir um ambiente institucional capaz de oferecer aos cidadãos a oportunidade de influenciar na dinâmica das instituições representativas de forma permanente. Isto significa que a representação deve ser entendida como um complexo processo político que ultrapassa o momento eleitoral e acompanha o período dos mandatos representativos, por meio da sociedade civil, com o intuito de influenciar a tomada de decisão política.

Desta forma, a representação não estaria restrita ao parlamento, sendo possível também identificá-la em outros espaços que buscam a inclusão política. No caso da representação em espaços participativos, essa se difere da representação parlamentar por não haver, segundo Avritzer (2007), o requisito explícito da autorização.

Para Jardim (2011), representação e participação não são necessariamente categorias excludentes, pois se articulam sendo importante ampliar o número de espaços e de atores da

sociedade civil com influência no processo político. A autora propõe que tal articulação possa se dar em espaços informais e formais, como nos Conselhos e Conferências de Políticas Públicas, fóruns, agremiações, conferências públicas, institucionalizados por meio da Constituição Brasileira de 1988.

Mesmo diante disso, é impossível negar os avanços dos movimentos sociais e de boas iniciativas tomadas de forma bastante tímidas, a exemplo das tecnologias sociais da economia solidária, da economia criativa, das moedas e fóruns sociais que, ao assumir a contramão da democracia participativa e representativa, colocam-se como pauta necessária ao sonho de qualquer sociedade que almeja ser reconhecida como sustentável.

A democracia deliberativa parte do princípio que determinar não se resume à tomada de decisão em si, mas a um processo inclusivo e democrático de argumentação e justificação de proposições típicas de sociedades complexas (Avritzer, 2000). Buscando confrontar o modelo elitista, a democracia deliberativa propõe que o debate e a negociação argumentada devem ganhar espaço na arena pública. Há, na atualidade, um conjunto de experiências de institucionalização dos espaços de deliberação constituídos genuinamente pela sociedade, como conselhos, conferências e o orçamento participativo.

Habermas (1997), que pode ser considerado o precursor contemporâneo da perspectiva deliberativa, considera que as decisões devem ser legitimadas por meio de debate público entre os cidadãos no qual surjam proposições de resolução dos problemas, entretanto não seja necessária a participação institucionalizada. Jardim (2011) aponta que a participação popular deve ir além da discussão e atuar diretamente nos processos decisórios não se limitando ao campo opinativo.

As decisões tomadas não necessariamente precisam ser consensuais para serem legítimas, pois diferentes atores com dessemelhantes valores, apresentarão posições díspares e razoáveis sendo necessário, portanto, construir acordos e consensos. Para Avritzer (2000), o processo de decisão será legítimo quando mais razões forem trocadas e consideradas, favorecendo a inclusão. Bohman (2000) apresenta a deliberação como um processo dialógico e colaborativo, no qual os participantes se reconhecem nas decisões e, assim, são estimulados a continuar cooperando.

A Democracia Redistributiva é uma definição de Boaventura Santos (2000) que a expõe como o primeiro grande investimento da conversão do Estado em um novo Movimento Social. Esta hipótese analisa o momento presente com vistas ao futuro e considera que a instituciona-

lização do Estado articulador estaria por ser inventada. Além disso, prevê que as lutas democráticas dos próximos anos serão fundamentalmente travadas por movimentos em busca de desenhos institucionais alternativos.

Sua ideia se apresenta como uma espécie de solução para novos e velhos paradigmas. Para o autor, o Estado deve se tornar um campo de experimentação institucional que permita a coexistência de diferentes soluções como experiências piloto, sujeitas a monitorização permanente de coletivos de cidadãos aptos a fazer uma avaliação comparada de desempenhos.

Nestas circunstâncias, o Estado experimental deve não só garantir a igualdade de oportunidades nos diferentes projetos de institucionalidade democrática, mas deve também – e é este o segundo princípio de experimentação política – garantir padrões mínimos de inclusão, que tornem possível a cidadania ativa necessária a monitorar, acompanhar e avaliar o desempenho dos projetos alternativos. Estes padrões mínimos que servem de inclusão são indispensáveis para transformar a instabilidade institucional em campo de deliberação democrática. O novo Estado de bem-estar é um Estado experimental e é a experimentação com participação ativa dos cidadãos que garantem a sustentabilidade do bem-estar (Santos, 2015, p. 48).

No que tange à “intensidade” da participação do cidadão, existe, portanto, um embate teórico quanto à efetivação da democracia. Tal fato não impede reconhecer que, dependendo do espaço, da cultura e do formato de democracia escolhido por cada gestor nos vários cantos do país, é possível observar a coexistência dos diversos modelos de Democracia. Até porque, desde à Proclamação da República em 1889 foram elaboradas seis constituições, sendo a de 1988 a última, em vigor. Desde então, houve revisão de várias Emendas Constitucionais e, atualmente, observa-se certa conclamação de retrocesso de direitos e garantias que comprometem o próprio sistema democrático. A tentativa de golpe em 08/02/2023, que atacou as instituições, depredou espaços e objetos simbólicos da nossa identidade, traz à tona a necessidade de reflexão em todas as instâncias com a democracia, bem como a necessidade de uma reflexão dos seus modelos, destacados no Quadro 1, que apresenta uma síntese do assunto até aqui exposto.

**Quadro 1 - Poder de atuação nos modelos de democracia**

<b>DEMOCRACIA</b> <b>(O poder de uma comunidade de cidadãos)</b>			
<b>Representativa</b>	<b>Participativa</b>	<b>Deliberativa</b>	<b>Redistributiva</b>
<b>Democracia de baixa intensidade</b>	<b>Democracia de média intensidade</b>	<b>Democracia de alta intensidade</b>	<b>Democracia de altíssima intensidade</b>



Método de formação do governo, onde a participação da sociedade na política é limitada ao voto, cabendo a um grupo minoritário de cidadãos (elite) a formulação de propostas, restando ao cidadão comum apenas escolher entre as diferentes proposições.	Busca complementar os princípios da representação e da participação direta. Propõe ao cidadão acompanhar e direcionar as decisões políticas, participando ativamente das questões públicas para além da simples escolha dos representantes no período eleitoral.	Busca o debate e a negociação argumentada e ganhou espaço na arena pública. Na atualidade, observa-se de forma progressiva a institucionalização dos espaços de deliberação nos quais a opinião pública informal, constituída genuinamente pela sociedade, é considerada nos processos deliberativos das instituições.	Considerado o primeiro grande investimento da conversão do Estado em um novo Movimento Social. Esta hipótese analisa o momento presente com vistas ao futuro, considera que a institucionalização do Estado articulador estaria por ser inventada.
A democracia existe, mas o povo é soberano apenas para constituir os governos, não existindo grandes processos participativos. (Avritzer; Santos, 2002).	Para Peruzzotti (2016, <i>apud</i> Jardim, 2011), a democracia participativa deve conter um ambiente institucional que possa oferecer aos cidadãos a oportunidade de influenciar na dinâmica das instituições representativas de forma permanente.	Habermas (1997), que pode ser considerado o precursor contemporâneo da perspectiva deliberativa, considera que as decisões devem ser legitimadas por meio de debate público entre os cidadãos, a partir do qual surjam proposições de resolução dos problemas. Entretanto, esse autor considera que essa participação não deva ser institucionalizada.	Santos (2015) afirma que o novo Estado de bem-estar é um Estado experimental e a experimentação com participação ativa dos cidadãos que garante a sustentabilidade do bem-estar. Além disso, prevê que as lutas democráticas dos próximos anos serão fundamentalmente movimentos por desenhos institucionais alternativos.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2021).

A análise do Quadro 1 nos leva a estabelecer algumas reflexões sobre o exercício da democracia e de poder e o que representa para cada cidadão, seja ele representante (eleito) ou representado (eleitor). Isso revela o tipo de democracia que se escolhe, se convive, se acredita. Mas é na coerência entre discurso e prática que o ideal de democracia se revela.

Na dinâmica do CEPCV, a Democracia Participativa não é uma escolha apenas ideológica, é um propósito legalmente revelado em regimentos, portarias e leis. Entretanto, nem sempre os propósitos podem ter coesão com os projetos pessoais ou de poder de todas as esperas (local, estadual nacional).

E a escola, por ser um aparelho ideológico, é cenário também de disputa política, faltando-lhe por vezes respaldo necessária para agir com a autonomia necessária ao exercício da democracia participativa. Muitos interesses permeiam este espaço e, em decorrência disso, a democracia pode oscilar na sua prática cotidiana.

No caso do CEPCV, a história de resistência concede certa autonomia ideológica no município de Santa Bárbara. A credibilidade dos pais, a mudança de perspectiva dos alunos, o respeito da comunidade, os resultados com os projetos e nas avaliações externas (em tão pouco tempo) e o engajamento do aluno na melhoria da comunidade local, permitem que a escola consiga exercitar uma Democracia de alta intensidade, com possibilidades de sua prática cotidiana torná-la uma experiência democrática de altíssima intensidade.

O fato de o CEPCV ser uma das pouquíssimas unidades escolares a sobreviver à política de municipalização e ainda se manter ativa hoje, em função da recusa de alunos, pais e professores, demonstra a força que a escola possui dentro e fora do município. “[...] Não dá para renunciar ao que foi construído aqui na escola, paredes novas não tem história viva. O fato de resistir nos fez pertencer, é isso que é complicado de abrir mão”. Essa fala da professora Maria José, registrada durante a jornada pedagógica de 2024, revela que a escola sabe desta força. E isso é um aspecto muito positivo para a defesa da democracia na escola.

## 2.2 LIMITES DA DEMOCRACIA

No Brasil, a participação popular vem se verificando nos conselhos de direitos, conselhos gestores, conferências, audiências públicas, orçamentos participativos, dentre outros espaços legítimos de discussão e deliberação acerca de questões de interesses e demandas coletivas da sociedade. Tais espaços, recentemente, sofreram descontinuidades em função do avanço de forças de extrema direita sobre o Estado. Fato emblemático desse processo foi a promulgação do decreto nº 9.759, de abril de 2019 extinguindo colegiados da administração pública federal. Essa “página infeliz da nossa história”, no entanto, serve para percebermos que a democracia não é um processo acabado; ela não se efetiva em práticas uniformes em todos os lugares, mas varia de país para país e em cada momento histórico, refletindo a vida política, social e cultural de cada um. Além disso, está em permanente construção metamorfoseando-se, concomitantemente, com a história das sociedades.

Por meio de condicionantes institucionais, Moura (2007) indica que o Estado de Direito implica na supremacia de regras comuns para governos e governados sob os princípios da legalidade, isonomia e amparo judicial, associadas à vontade da maioria por meio do voto; à existência dos partidos políticos; ao sistema eleitoral; e aos sistemas de governo que determinam as pessoas e as condições de exercício do poder. Mas será isso suficiente para uma democracia?

Ideias ou crenças, vontade de cada um, ou de um número suficiente de pessoas envolvidas em determinado projeto de governo que propagam suas concepções, levando-as ao povo por meio de sua liderança, influenciando a opinião, a conduta e a ação da sociedade ou de parte dela, podem ser consideradas uma prática democrática? As condições econômicas se constituem como direito e elemento imprescindível à democracia? Quem exerce a democracia de fato? As redes sociais são empecilhos ou contributos da democracia atual?

Talvez o mercado, religião, o fascismo, a truculência, ignorância, descaso, controle, tentem decidir quem deva ser considerado “cidadão” hoje, apto a exercer a “democracia”. Se isso acontece, a educação vem falhando, talvez propositalmente por preconceito, descaso, projeto de poder e controle.

Dados de 2022, publicados pela Agência Senado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) evidenciam que os investimentos públicos na área da educação ficaram em 5,4% em 2020. Essa porcentagem, já deveria estar em 7% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo as metas do atual Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE determina que o investimento deveria aumentar progressivamente até atingir 10% do PIB já em 2024. Aliás, as despesas e os investimentos na educação pública brasileira foram diminuindo desde 2016, no governo de Michel Temer, no pós-Golpe da Presidenta Dilma Roussef, quando a área da educação sofreu severos cortes de investimentos públicos, especialmente com a Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016:

“Art. 110. Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão:

I – no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do caput do art. 212, da Constituição Federal; e  
II – nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

Art. 111. A partir do exercício financeiro de 2018, até o último exercício de vigência do Novo Regime Fiscal, a aprovação e a execução previstas nos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2017, corrigido na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Brasil, 2016).

Entender suas formas, seus processos comunicacionais, seu nível de igualdade/desigualdade, suas condições de trabalho, convicções, motivações, ideologias, dentre outros fatores, influenciam diretamente no impacto da democracia e no seu processo de manutenção, avanço,

declínio ou tentativa de substituição por regimes autoritários. Por isso, as condicionantes éticas, segundo Moura (2007), apresentam uma natureza especial e necessitam de participação das pessoas que acreditam na democracia para que ela se aperfeiçoe. Aspecto que se diferencia das demais condições.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva, o neoliberalismo, o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, o autoritarismo, o preconceito, o racismo, a intolerância religiosa, a misoginia, as desigualdades sociais, dentre outros elementos, ameaçam permanentemente a democracia, visto que a distanciam de sua essência, dos seus fundamentos e princípios. Mesmo assim, a democracia fez-se presente por várias vezes em sua história, revezando-se com regimes políticos ditatoriais/autoritários. De acordo com Brava (2008), as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985) encurtaram o período de vigência das liberdades democráticas formais para menos de 40 anos. A democracia brasileira seria, portanto,

[...] “uma jovem senhora” que vem se ampliando por força das pressões sociais, mesmo carregando a herança elitista, que em momentos de crise prefere-se recorrer ao retrocesso, sem querer arriscar-se ao novo que se anuncia de forma genuinamente democrática, talvez seja por isso que o Brasil Republicano tenha vivido seu período democrático permeado por três longos momentos de ditadura, mesmo com tão pouca idade (Brava, 2008, p. 42.).

Recentemente, foi possível observar heranças elitistas se revitalizando com o auxílio da legislação vigente de um corporativismo vicioso das instâncias que deveriam servir para proteger o interesse coletivo. Usando ou modificando a legislação para atender a interesses escusos, ameaçando a democracia, reacendendo gerações de políticos e aliados que sem nenhuma cerimônia faziam o que desejavam com a população brasileira, blindados pela própria estrutura democrática. E, assim, controlando conselhos, simulando movimentos sociais, ameaçando universidades e instituições, declarando mentiras para o mundo, usurpando, violentando e violando o patrimônio material e imaterial, sem controle, sem critérios e com o apoio das forças que deveriam proteger a democracia.

Exemplo disso foi a nomeação de Sérgio Camargo, em novembro de 2019, feita pelo então presidente na época, Jair Bolsonaro, para presidir a Fundação Cultural Palmares (FCP),

considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) “inapto” para ocupar o cargo, tendo a ONU questionado o fato publicamente<sup>2</sup>.

Este episódio da história, alerta para a necessidade de defesa das instituições democráticas, e a educação não pode se negar a esta tarefa. Afinal, o esquecimento de conquistas tão importantes de vários segmentos da sociedade pela luta por um país verdadeiramente democrático que derrotou a última ditadura, finda em 1984 através do processo de redemocratização do país, não foi suficiente para conter a negligência; a falta de investimento na educação; a tentativa de extermínio das populações originárias; e o apoio de regimes autoritários de outros países. Ações desta natureza foram capazes de permitir o desmando, o terror e a barbárie por um período deste novo século (2016-2022)

A democracia brasileira, cada vez mais, precisa ser reavivada, especialmente nas escolas como uma conquista importante para o povo, marcada pela instituição de processos eleitorais para escolha de governantes e pela promulgação da Constituição Federal de 1988 tendo como cláusulas pétreas a igualdade, liberdade, justiça, a alternância de poder, o voto direto secreto e universal e a separação de poderes. A Constituição de 1988 foi, portanto,

[...] um empreendimento coletivo no qual o povo e as elites reelaboraram os valores necessários de reorganização da convivência civil traduzidos em instituições práticas de um novo ‘fazer’ político e social [...] que reforçou a ‘convicção’ de que é possível avançar para novas e melhores formas de convivência civil, organizadas em torno do reconhecimento dos direitos sociais, da liberdade e igualdade políticas, como base de formação de uma nova governabilidade, de caráter democrático [...] significou uma evolução da cidadania (Ivo, 2001, p. 88).

A ofensiva da lógica privada na sociedade brasileira nas últimas décadas também impôs um paradigma de privatização comprometendo a democracia. Nesse contexto, são inúmeros os limites ou ameaças para a democracia (inclusive com o argumento de salvar a economia do país) já citados anteriormente e outros mais, tais como: o clientelismo; o individualismo; o corporativismo; a concentração de renda, propriedade e poder; as heranças culturais e políticas das elites e oligarquias brasileiras; a própria deficiência da cultura da participação; e as condicionantes socioeconômicas, institucionais, psicossociais e éticas.

---

<sup>2</sup>MAZZEI, Beatriz: site combate ao Racismo Ambiental”. Disponível em: Cf.: <https://racismoambiental.net.br/2021/04/10/criticado-pela-onu-presidente-da-fundacao-palmares-coleciona-retrocessos/>

Mesmo diante de tudo isso, ainda se pode ser otimista, enxergando possibilidades, afinal o Brasil é um país novo, rico e diverso. E a história do Brasil não foi construída só com erros, temos acertos que precisam ser apropriados pela memória do povo que tem uma capacidade extraordinária de ressurgir após cada crise. Após valorizar a experiência do Orçamento Participativo no Brasil, Boaventura (1998, p. 45) sinaliza uma trilha interessante que vale a pena compartilhar:

A fiscalidade participativa é uma via possível para recuperar a “capacidade extrativa” do Estado, vinculando-a à realização de objetivos sociais participativamente definidos. Fixando os níveis gerais de tributação fixados, a nível nacional, e por mecanismos que combinem a democracia representativa e a democracia participativa, o elenco dos objetivos financiáveis pela despesa pública, aos cidadãos e às famílias deve ser dada a opção de, através do referendo, decidir onde e em que proporção devem ser gastos os seus impostos.

Analisar a democracia, sua formulação no processo de redemocratização da sociedade brasileira e seus impasses, requer certa cautela, especialmente quando pensada dentro do universo da escola pública. Esta tarefa exige a compreensão dos papéis de cada um no espaço escolar e o exercício constante de Participação Social, indispensáveis a este processo.

### 2.3 O PAPEL DOS CONSELHOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Os Conselhos, que ultimamente vêm sendo objeto de estudo em diversas áreas, são espaços de participação social, compreendidos também como órgãos colegiados, plenárias ou lugares de discussão nos quais os indivíduos se encontram e se constituem como grupos. Destacam-se como espaços de participação social não podendo ser desvinculados do contexto em que foram criados e atuam. Historicamente, os Conselhos possuem diversas funções, sempre no sentido de fortalecer as relações de poder na esfera governamental e garantir direitos. Nem sempre atuam para a democratização das instituições, afinal os governos autoritários também se apropriam desse dispositivo, realidade verificada nos fundamentos e na história da criação e funcionamento dos Conselhos.

As pesquisas realizadas por Avelino (2012, p. 66) trazem o histórico sobre iniciativas de administração colegiada no Brasil há muito tempo, servindo de inspiração para os conselhos recentes. No Brasil colonial, Conselhos configuravam-se enquanto Câmaras, Assembleias de Aldeia e Juntas Gerais e funcionavam ao lado do vice-rei ou do governador, constituídas por autoridades religiosas, civis e militares sem envolver a participação popular.

O Conselho Nacional de Educação, por exemplo, foi instituído mediante Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931, como órgão consultivo e propositivo do Ministério da Educação e Saúde Pública, voltado para assuntos do ensino. Na Constituição de 1934, foi prevista a criação de Conselhos nos Estados e, conforme afirma Avelino (2012, p. 71), “[...] a participação de agentes não governamentais nesses órgãos, foi direcionada a assuntos técnicos mais especializados”. Na constituição de 1937 foi criado o Conselho da Economia Nacional. As funções previstas para este grupo iam além do caráter consultivo, conferindo-lhe poder para a formulação de pareceres sobre projetos governamentais da economia nacional, que só poderiam ser encaminhados sob aprovação prévia do Conselho. Assim, a criação de conselhos no Brasil não tem relação com regimes democráticos, posto terem sido criados até em períodos de exceção, como ocorreu no Governo Provisório após 1930, fato que “[...] reforça a ideia de que esses órgãos podem também ser instituídos com base em ideias, como a do autoritarismo instrumental” (Avelino, 2012, p. 74).

A reorganização do Estado brasileiro, a partir do Golpe Militar de 1964, levou o país a um retrocesso, por conta do regime autoritário da Ditadura. Muitos desses conselhos foram extintos e outros foram criados em função dos interesses vigentes. Nas décadas de 1970/1980, a mobilização dos movimentos sociais demonstrou inconformismo ao autoritarismo, violência e injustiças cometidas pelo Estado durante a Ditadura Militar. Isso levou à inserção dos Conselhos na agenda política do governo para negociar reivindicações com os movimentos populares, representados pelas minorias como pessoas com deficiência, negros, mulheres, homossexuais, índios, sem-terra, entre outros grupos historicamente vulneráveis. Segundo Rocha (2022, p. 125):

A institucionalidade da participação consta em diversos dispositivos da Constituição (1988). O art. 29 preconiza a cooperação das associações representativas no planejamento municipal; os Arts. 194, 198, 204, entre outros, referem-se ao princípio democrático e descentralizado da administração nas áreas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social), da educação, da criança, do adolescente, do idoso, entre outros, por intermédio da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas.

Nos anos de 1980, os movimentos sociais engajados na redemocratização do país demarcaram o debate sobre os Conselhos a partir de duas proposições, conforme Gohn (2011, p. 78) “[...] como estratégia de governo, dentro das políticas da democracia participativa; de organização de um poder popular autônomo, estruturado a partir de movimentos sociais da sociedade civil”. Entre os anos 80 e 90, a temática da participação foi reduzida em decorrência de mudanças no cenário político e a introdução do ideário neoliberal. Por outro lado, o impulso

pela redemocratização, especialmente com a retomada das eleições diretas produziu experiências democráticas marcantes, especialmente, em nível municipal, como o Orçamento Participativo de Porto Alegre. Conforme ressalta Gohn (2003, p. 59):

O conceito de participação cidadã está lastreado pela ideia de universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e em uma nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, remetendo à definição das prioridades nas políticas públicas a partir de um debate público.

Segundo Gohn (2003, p. 95-96), esse processo teve como marco formal a Constituição de 1988: “[...] que consagrou o princípio da participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia”. Reivindicados pelos movimentos sociais durante a Constituinte, na década de 1980, em clima de democratização do país, os Conselhos foram instituídos pela Constituição Federal (Brasil, 1988), com o objetivo evidente de partilhar o poder com a sociedade através do acompanhamento, da fiscalização, da formulação e do controle de políticas públicas. Segundo Almeida e Tatagiba (2012, p. 69), a Constituição Federal orienta a institucionalidade dos Conselhos:

Os Conselhos são instâncias que se particularizam no interior do sistema decisório das políticas públicas pelo seu caráter plural e híbrido, dado que são compostas por representantes estatais, representantes da sociedade civil e de prestadores de serviços. Essa composição torna o processo decisório mais permeável aos diversos interesses implicados na elaboração e execução das políticas públicas, favorecendo decisões mais justas e legítimas.

Os Conselhos reforçaram sua orientação democrática, cuja primeira função é o fortalecimento da participação social, no sentido de pensar, criar por meio de propostas, acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas como mecanismo democrático instituído constitucionalmente. Não é possível negar a existência de barreiras para a formação, aperfeiçoamento e atuação dos seus representantes para que estes possam exercer seu papel enquanto representante da sociedade e não defensor da gestão, cientes de que sua função tem grande importância para as relações de poder que regulamentam vários espaços na sociedade.

É fato que ainda existe um enfraquecimento da democracia representativa no Brasil, acompanhada por variadas formas de corrupção, violência, descrença e contradições nas relações de poder, especialmente no Congresso. A mídia e redes sociais e os meios de comunicação em geral muitas vezes se utilizam de uma estrutura conservadora, hierárquica e autoritária para



tratar a sociedade atual apoiados em uma ideologia perversa, contraditória e violenta que distorce a importância das instituições públicas com ideias e ideologias que contaminam as estruturas democráticas.

O papel da participação social, mais especificamente dos Conselhos como entidades de participação representativa insere-se na zona de conflitos entre o poder e os anseios da população e dos segmentos representados. Logo, o Estado e a sociedade são dominados por relações de poder e regulados por leis econômicas marcadas por relações desiguais, pela subordinação entre governantes e governados, detentores de poder e os devedores de obediência, podendo isso repercutir nos espaços institucionais de participação.

Por isso, os questionamentos apontados nessa seção, ainda carecem de reflexão, tendo em vista que a Democracia no Brasil é tão jovem quanto à própria história de nosso país. Defender os espaços de participação social nos Conselhos, colegiados, agremiações, associações e nos espaços institucionalizados, onde há as ações de organizar, opinar, discutir, fiscalizar, acompanhar e executar a política, a gestão e a economia do próprio Estado se constitui em desafios a serem conquistados. As negociações resultam em decisões consensuais entre representantes e seus representados em espaços como os Conselhos permeados por disputas, conflitos, contradições sociais e relações desiguais de poder.

Isso revela a descrença nos espaços institucionalizados para as discussões atuais, antes realizadas nos partidos e agremiações. Esta ideia de bipolarização segrega falas, opiniões e expressões próximas do universo dos adolescentes e provoca o “desinteresse” da juventude em participar da militância política. Diante das observações e conversas em bastidores com os jovens e adolescentes sobre esta questão, foi possível verificar que a juventude quer ser vista na sua individualidade, nos seus conflitos pessoais, nas suas discordâncias, limitações e nas suas escolhas. Isso significa que os alunos querem ser participativos no cotidiano escolar, mas para isso eles esperam que a escola crie espaços que dialoguem com suas perspectivas de vida, suas inquietações, seus medos e potencialidades.

Apesar do "protagonismo juvenil" ter ampla discussão na área da educação, especialmente a partir da implementação da reforma curricular do ensino médio com diretrizes revelando novos conceitos, os alunos não conseguem se reconhecer nestes espaços. Por isso, a gestão participativa precisa acolher e criar junto com os alunos espaços físicos, interativos, artísticos e virtuais onde esses consigam se expressar da melhor forma.

Afinal, não existe roteiro pronto para “desenvolver o protagonismo juvenil”. Ele acontece na medida em que o aluno se sente respeitado, estimulado e capaz de contribuir com o que

defende e acredita. Segundo Escámez e Gil (2003, p. 9) “[...] deve-se educar os estudantes para que exerçam uma cidadania responsável”. Afinal, “não há um futuro pré-determinado” (Escámez; Gil p.8); os caminhos da vida, tanto material quanto social ou cultural são construções históricas definidas pelas ações humanas. E o fato de realizar escolhas e assumi-las devem ser condições essenciais ao exercício do protagonismo juvenil. Mesmo porque, as “[...]nossas decisões trazem efeitos ou consequências positivas ou negativas para nós e para os demais [...]” (Escámez; Gil p.8).

Durante a curadoria do suplemento literário do CEPCV, duas revistas literárias foram produzidas por estudantes da escola e apresentadas na Feira de Ciências e Empreendedorismo no mês de novembro de 2023, as falas registradas nas redes sociais, nos depoimentos observados no *link* da rede social do suplemento, administrado pelos alunos e professores, prova o quanto os projetos da escola revelam a participação social dos alunos. Ou seja, é possível observar a trajetória deste protagonismo da juventude no CEPCV quando são dadas as condições necessárias para a expressão deste engajamento<sup>3</sup>.

Isso prova também que apenas as estruturas físicas das instituições não são suficientes para os alunos expressarem seu conhecimento e manifestar sua diversidade. O aluno se expressa o tempo todo, ainda que a escola possa não querer enxergar. Mas quando a escola é acessível, democrática, responsável e sensível aos apelos humanos, ela enxerga seu aluno de forma integral e se prepara para desenvolver, colaborativamente, suas habilidades e seus potenciais na sua arte e na sua linguagem. Nas habilidades expressas ou não, seja pelos animes ou mangás, seja pela forma de encarar a vida; nas suas preferências simbólicas; suas referências musicais; ideologias; suas leituras de vida e de mundo. De tal modo, se responsabilizando com eles na execução das atividades, da concretização do que acredita e defende, com respeito, diálogo e ética.

Como afirma Escámez e Gil (2003, p.9) “[...] deve-se educar os estudantes para que exerçam uma cidadania responsável”. Então, cabe à educação tornar todos autorresponsáveis por suas escolhas, como condição do ser humano livre, autônomo e capaz de assumir seus próprios caminhos.

A formação de um ser humano pleno, requer participação ativa na resolução de problemas pessoais e sociais de diferentes amplitudes, de autonomia intelectual e moral, pois é neste momento que ele se sente parte importante do processo, da engrenagem da vida, da sua

---

<sup>3</sup> Ver relato de experiência no link <https://www.instagram.com/reel/CzwlxyyAMXX/?igsh=N2V5MTN0eXNvNnR0>

complexidade e capacidade de lidar com mudanças. A solidariedade, respeito às diferenças, cooperação, aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades sociointelectuais são essenciais para o exercício da vida social no CEPCV.

O que faz refletir sobre o termo de intelectual "orgânico", de Gramsci que remete ao engajamento vital do intelectual com as classes fundamentais de um determinado espaço social; "orgânico" é o compromisso vital que os intelectuais podem ter com as classes. Os intelectuais orgânicos têm uma função revolucionária: formular, disseminar e consolidar na dinâmica da vida social uma visão de mundo que seja capaz de se tornar força social com potencial suficiente para promover concretamente a transformação radical do modo de vida. Contando com forças socioculturais que mantivesse uma certa autonomia em relação a eles no processo de efetivação da revolução social que se deseja.

Encontramos na leitura do texto Problemas do materialismo histórico (Gramsci, 1978), as seguintes palavras:

É preciso destruir o preconceito muito difundido de que a filosofia é qualquer coisa de muito difícil pelo fato de ser atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são "filósofos", definindo os limites e as características desta "filosofia espontânea", própria de "toda a gente", isto é, da filosofia contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não só de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, portanto, também em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de atuar que se esboçam naquilo que geralmente se chama folclore (p. 21).

O intelectual orgânico é o sujeito atrelado ao sistema cultural, aquele que procura pensar questões polêmicas e dirigir uma prática que esteja necessariamente atrelada a problemas sociais modernos. Isso é o que observa-se na prática dos projetos desenvolvidos no CEPCV. Onde os envolvidos se sentem parte da organização, da cultura e agem sempre em relação, e nesse agir se constrói uma proposta de transformação na qual as velhas ortodoxias cedem espaço para novas inquietudes e dilemas que geram esforços de compreensão, ação e reflexão.

Reconhecer os espaços institucionais de expressão plena na Escola, compreender onde cada energia nos leva; onde o protagonismo reverbera; onde cada um se engaja; ganha reconhecimento; conquista seu espaço de atuação, escolher ou pensar no projeto que acredita, reconhece defende e atrai. Perceber onde e com quem eles mais se envolvem e trazem retorno das suas

experiências, é um trabalho coletivo que acontece em uma gestão participativa capaz de entender sua clientela e desenvolver uma educação que acolha a diversidade humana e se preocupa com a formação dos alunos.

Infelizmente, muitas instituições não conseguem realizar esta escuta, observar o poder transformador do protagonismo juvenil. Isso é percebido também na diversidade de profissionais que faz parte da escola. Muitas vezes nem os colegas de trabalho colaboram ou se dão o trabalho de perceber o protagonismo acontecendo a sua volta; não foram formados assim; suas crenças aprisionadas no tempo e nas suas experiências enrijecem suas convicções e práticas pedagógicas.

Acreditar que o protagonismo precisa ser ensinado ou teorizado só demonstra distanciamento, vaidade e desperdício de tempo e oportunidades. Saberes como estes, fixados em suas zonas de conforto, impedem o professor de mediar, reconhecer ou prestigiar práticas libertárias e transformadoras que podem estar presentes nesse espaço.

E, talvez por ainda estarem presos nos seus processos de crenças, de vaidades desnecessárias, não consigam contemplar experiências internas de transformação. O que é lamentável, pois perdem a possibilidade de contribuir para o engajamento destes alunos no mundo que ele se percebe e, muitas vezes, não conseguimos ver onde e como eles se manifestam e transformam este mundo.

Mas quando o inverso acontece na escola, quando o professor consegue imergir e acompanhar o processo de desenvolvimento do aluno, é notável perceber a emoção de se sentir realizando junto com o aluno um processo transformador, especialmente quando se dá conta disso, como demonstra os relato da experiência dos alunos e dos professores na rede social do suplemento literário do CEPCV<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Ver em: <https://www.instagram.com/suplementoliterariocepcv/p/CzmDk0UgYeF/>.

### **3 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO**

---

Investir na educação é investir na democracia, especialmente porque a escola pode se constituir como espaço onde os indivíduos podem coexistir com outras pessoas, em qualquer idade, podendo se perceber como cidadãos, sujeitos de direitos e garantias, capazes de dialogar, divergir, discutir e construir coletivamente alternativas de enfrentamento às questões e problemas públicos. Experimentar a democracia na escola é uma experiência de autonomia, de protagonismo, de respeito, ética e cidadania.

Apesar de existirem diferentes tipos de democracia, estes podem se complementar, se fortalecer e com a participação social se constituir em um modo de governar, provocando a adequação da “[...] racionalidade técnica da administração pública a uma nova forma de governar baseada no diálogo constante com os atores da sociedade civil” (Brasil, 2011, p. 83). Nesse sentido, a gestão democrática do ensino público não é tarefa fácil, especialmente em função dos entraves burocráticos que fazem com que gestores (as), por vezes, encarem sua tarefa mais como um encargo ou como uma mera transferência de responsabilidade para docentes, estudantes e corpo funcional. Outra dificuldade importante está no fato de que a plena participação depende de condições concretas como uma jornada de trabalho adequada, engajamento, pertencimento, remuneração decente e estrutura tecnológica adaptada aos novos desafios do ensino e aprendizagem.

A participação é uma conquista que envolve a dimensão político-pedagógica da escola exigindo autonomia e formação emancipatória. Dentre as iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão democrática do ensino, há os que defendem a eleição de diretores de escola e a constituição de conselhos escolares (Padilha, 1998; Dourado, 2000; Antunes, 2002) respaldados na participação de todos os segmentos escolares: pais, professores, alunos, funcionários. Há também aqueles que defendem o “Planejamento Participativo” na construção do projeto político-pedagógico, envolvendo neste processo a comunidade interna e externa à escola (Padilha, 2001; Bordignon, 2009) ou o “Planejamento Socializado Ascendente”, entendendo que o planejamento, para ser democrático, exige também uma metodologia democrática para sua elaboração. Outros exemplos podem ser encontrados na vasta literatura sobre o tema como, por exemplo, o Plano Local de Fortalecimento dos Controles Sociais, artigo publicado nos Anais do Virtual Educa em 2018 pela autora desse estudo, que conta com a participação de grupos de trabalho constituídos para discutir, analisar e propor medidas para sua

implementação. Como alerta Elie Ghanem (1996, p. 62):

[...] um poder maior na relação com o Estado democrático supõe que a participação popular não se restrinja à gestão da unidade escolar, mas que se aperfeiçoem os meios de sua influência no conjunto do sistema de ensino, para o que é indispensável à informação sobre recursos públicos disponíveis, critérios de distribuição e execução orçamentária.

O fato é que, produzir, atualizar e aprimorar instrumentos e mecanismos de gestão democrática do ensino público é essencial. Sabemos que o ritmo de avanço é muito lento e que muitas das mudanças recentes só foram alcançadas por meio de lutas. Mas, por fim, a escola é mesmo este espaço coletivo de aprendizagem onde é possível construir ideias, pensar em alternativas, dialogar e buscar soluções conjuntas. No entanto, é preciso também reconhecer que, em muitos casos, a escola ainda se encontra presa a espaços físicos e mentalidades incompatíveis com a autonomia e a inovação e, por vezes, desperdiça oportunidades de experiências de aprendizagens como, por exemplo, em espaços virtuais.

A existência de diversos modelos de participação nas escolas comprova que as mudanças a serem realizadas são possíveis e podem sobreviver aos impactos que continuam a produzir um mundo cruel, desigual, egocêntrico, ameaçador e intransigente. E nos faz pensar em formas, ideias, atitudes e alternativas capazes de serem utilizadas por mais pessoas, valorizando ambientes solidários, fortalecendo a participação e controles sociais existentes.

A sociedade industrial vem dando lugar à sociedade em rede, logo precisaremos pensar em espaços que atendam a essa nova forma de organização. A escola que se encarrega de preparar os estudantes para o futuro precisa olhar para frente, sair da mesmice, ousar e criar espaços colaborativos, tanto na dinâmica física quanto virtual. O bom uso das redes sociais pode produzir oportunidades para ampliar a comunicação e estimular a produção de novas aprendizagens, a partir do acesso facilitado às informações disponíveis dentro e fora da escola. São exemplos disso o uso das redes sociais, os mecanismos de compartilhamento de galerias e arquivos de imagem, notícias, fóruns de discussão, *chats* e *blogs*, aplicativos e outros meios característicos de um espaço colaborativo onde várias ideias são pensadas, construídas e melhoradas coletivamente.

Para Steven Johnson (2011), as grandes inovações criadas pela humanidade não resultam de prodigiosos talentos individuais ou de mentes superiores isoladas. As maiores invenções, ao contrário do que costumamos pensar, precisam de ambientes propícios onde possam florescer. Johnson (2011, p. 69) analisou importantes invenções dos últimos 700 anos até o surgimento da *web*. A partir daí, traçou sete padrões de inovação fundamentais

desenvolvidos pelo homem e pela natureza, assim elencados: as descobertas que surgem a partir de outras descobertas; as redes em que há troca constante de informações; as intuições construídas lentamente; as intuições acidentais; a aprendizagem a partir dos erros; as sinergias entre diferentes áreas do conhecimento; e os processos generalizados de sedimentação do saber.

Diante do exposto, o referido autor chega à conclusão de que qualquer pessoa é capaz de criar algo inovador. É preciso, porém, saber cultivar a criatividade. Ele relembra a história das grandes invenções que mudaram o mundo para demonstrar que, tanto nas ideias, quanto na biologia, a evolução depende de meios em que espécies diferentes entrem em contato. Nesse sentido, a escola pode se constituir como local privilegiado para a produção de espaços colaborativos com estímulos e combinações de diversas opiniões para reflexões e tomadas de decisões. Esta tarefa requer cooperação de ideias fundamentadas em conhecimentos, vivências, preocupação com o mundo e a participação, capazes de possibilitar novos conhecimentos e aproveitar o potencial de cada membro do processo.

### 3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO NA BAHIA

Diante do exposto vamos visitar alguns cenários que formalmente podem ser utilizados para estimular a participação social no sentido do fortalecimento do exercício da democracia na gestão escolar no Estado da Bahia, com base no Regimento Unificado de 2011 da Secretaria da Educação do Estado. Tal Regimento foi aprovado pela Portaria nº 5.872, de 15 de julho de 2011 e prevê estruturas administrativas, políticas e gestão que envolvem órgãos do colegiado, Conselho escolar, Conselho de classe e órgãos executivos (gestão, secretaria, caixa escolar, coordenação pedagógica, serviços administrativos), mas também dispõe sobre organização didática e normas de convivência (para alunos e professores, servidores, pais ou responsáveis, atos infracionais e apuração). Por fim, define as atribuições e competências de entidades ou associações especiais, como Grêmios Estudantil e Associações de Pais e Mestres.

O Regimento Escolar é o documento mais utilizado pela comunidade escolar por ser de fácil acesso; definidor da natureza e da finalidade da escola; da relação gerencial entre seus elementos constitutivos; das atribuições de seus órgãos e sujeitos; das suas normas pedagógicas; dos direitos e deveres dos seus sujeitos; e das funções e instâncias de representação. Os municípios podem, inclusive, optar por adotar o Regimento Unificado da Secretaria da Educação do Estado da Bahia para as unidades escolares da rede municipal que não possuam documento dessa natureza. Pela sua importância, é fundamental que haja acessibilidade e que o Regimento seja amplamente disponibilizado, virtualmente ou em lugar de fácil acesso, para consulta da

comunidade escolar. Como mencionado anteriormente, o Regimento Unificado em comento prevê estruturas administrativas, políticas e de gestão que passaremos a apresentar na sequência.

### 3.1.1 Grêmios Estudantis

O Grêmios Estudantis é uma associação de participação exclusiva de estudantes, legitimada nas escolas públicas do Estado da Bahia, caracterizada como instância de exercício de cidadania dos alunos, liderando atividades esportivas, culturais, sociais, de defesa e preservação do patrimônio e apoio aos estudantes com dificuldades de integração e aprendizagem, constituindo-se uma organização política não partidária. O Grêmios tem por finalidade centralizar os eventos propostos pela comunidade de alunos, bem como cooperar para a formação ou aperfeiçoamento do caráter do estudante, conforme orienta também a Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, período de redemocratização do Estado. Conforme Regimento Unificado da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (2011) o Grêmios Estudantis da escola tem seus objetivos definidos no Art. 87, p. 34, nos seguintes termos:

São objetivos do Grêmios Estudantis: I - congregar o corpo discente da unidade escolar em atividades culturais e recreativas para atender às finalidades do grêmios; II - lutar pela adequação do ensino às reais necessidades da juventude e do povo, bem como pelo ensino público gratuito; III - pugnar pela democracia, pela independência e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, convicção política ou religiosa; IV - lutar pela gestão democrática permanente na unidade escolar, através do direito à participação nos eventos internos de deliberação da unidade escolar, para assegurar o sucesso escolar do estudante e a melhoria da qualidade do ensino; V - defender os interesses individuais e coletivos dos estudantes, professores e servidores administrativos, no ambiente escolar; e VI - incentivar a cultura literária, artística e desportiva por seus membros.

O Grêmios Estudantis é um espaço importante na escola, por ser uma das primeiras oportunidades que os jovens têm de participar de maneira organizada das decisões de uma instituição, agindo pela perspectiva política em benefício da escola e da qualidade de ensino. Neste espaço de participação dos estudantes, várias ideias, planos, projetos e decisões podem surgir a partir das próprias demandas dos estudantes. A sala de aula pode ser também um espaço complementar de aprendizagem para a atuação nos Grêmios, ajudando os estudantes a aprender a escrita de documentos com os saberes assimilados em cada área. Posto haver a necessidade de argumentos pautados na língua portuguesa, geografia, história, sociologia, matemática, biologia



ou até na física), apresentando suas ideias e opiniões com atuação mais responsável do exercício de autonomia.

O Grêmio é um órgão de representação da organização dos estudantes dentro da Unidade Escolar que possibilita a exposição de ideias, reivindicações, ações e anseios de maneira organizada e democrática. Sua atuação na escola deve ser incentivada e apoiada, pois trata-se de um veículo de formação para a cidadania e consiste num espaço de desenvolvimento social. A questão a ser colocada recai sobre como este incentivo é realizado de modo que não sirva apenas para bater metas ou ser uma instituição figurativa, mas sim que atue de forma a tutorar os estudantes com suas ideias, habilidades, criatividade e autonomia.

O próprio Paulo Freire (1989), na obra “Pedagogia da Autonomia” já sinalizava a importância de ser autônomo num sentido sociopolítico-pedagógico, sendo a educação voltada ao desenvolvimento crítico e ativo; capaz de oferecer noções de responsabilidade e liberdade a partir da tomada de consciência e de decisões, isto é, da *práxis* que leva à libertação.

Por isso não adianta apenas incentivar a organização estudantil do ponto de vista formal. É preciso estimular o exercício da autonomia, da percepção do sujeito da própria existência regida pela identidade, colaboração, participação, experimentação, diálogo e *práxis* cotidiana, de forma a não se deixar sucumbir pela injustiça. Muito menos permitir ser usado como marionetes de quem pensa que a democracia é restrita a partido, conveniência, interesse próprio ou a ingenuidade política indispensável ao sistema opressor, seja de direita ou esquerda.

Paulo Freire (1989) comenta que condições materiais econômicas, sociais, políticas e ideológicas são quase sempre barreiras difíceis de superar na transformação do mundo. O autor nomeou essas barreiras como “conscientização”: o esforço de conhecimento crítico dos obstáculos.

O ato de aprender implica pensar sobre possibilidades dentro da ética cotidiana e consiste em construir e reconstruir. Toda prática educativa que demanda a existência de sujeitos dialógicos e conscientes do seu papel na sociedade, convivendo com educadores, assinala o ensinar como um ato de amor e reciprocidade, (quem ensina também aprende e os que aprendem, ensinam). Quanto à escola, deve estar sempre atenta ao seu trabalho porque influencia na passagem da heteronomia para a autonomia dos alunos. O clima pedagógico-democrático é o que deve favorecer o aluno a aprender na prática que sua liberdade deve estar sujeita a limites pautados na ética da convivência humana. Contudo, sua autonomia deve estar sempre em permanente exercício de participação social, afinal estamos no mundo para conviver em regime de colaboração mútua e precisamos uns dos outros para viver bem, de forma digna e humana.

Isso difere da curiosidade domesticada que leva à memorização mecânica para atender a algum interesse que nem se sabe qual, em resposta a demandas que sequer são suas e não se sabe para que servem. O conhecimento deve sempre estar a serviço da melhoria do bem comum para todos. A postura da escola e dos docentes deve ser dialógica, aberta, humana e libertadora.

Os grêmios estudantis, portanto, por serem espaços de livre atuação dos alunos, permitem que estes sejam protagonistas das suas ações e, quando isso ocorre, vem acompanhado de senso de liderança, maturidade, respeito ao próximo e criatividade para lidar com as adversidades. Para fortalecer a participação dessas agremiações na vida escolar é necessário reforçar o papel que os alunos desempenham para o êxito do projeto político-pedagógico na defesa da escola que se deseja para todos.

### **3.1.2 O Colegiado**

O Colegiado representa um espaço onde se pode discutir o processo e os resultados da aprendizagem obtida pelos estudantes, aconselhar, apoiar a equipe gestora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras, acompanhar, mobilizar e avaliar as ações e projetos desenvolvidos pela escola. O Colegiado deve ser formado por representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar: direção, professores ou coordenadores pedagógicos, servidores técnicos administrativos, estudantes, pais ou responsáveis e comunidade local, para que juntos possam atuar de forma colaborativa na perspectiva de efetivar responsabilidades sobre as ações voltadas ao desenvolvimento da educação pública em cada escola.

No Colegiado Escolar temos representantes de todos os segmentos que convivem na unidade escolar, eleitos a cada dois anos pelo voto direto e escolhidos com o objetivo de representar os interesses de todos que os elegeram ou não.

O Colegiado se reúne mensalmente, ordinariamente ou extraordinariamente, conforme necessidade da escola. Seus membros possuem mandato de dois anos e a escolha dos representantes é realizada por segmento. A eleição é direta e ocorre por meio de edital, organizado pelo colegiado vigente, envolvendo todas as pessoas da escola. Após eleição e posse, a nova gestão é convocada pela anterior para realizar a transição e, junto com a nova composição, se organiza o cronograma de trabalho, deixando pré-agendada as reuniões ordinárias para colaborar com a melhoria de escola. Lembrando que Presidente e o Vice-Presidente são escolhidos pelo Colegiado eleito por meio de votação secreta, que deve contar com a presença obrigatória de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros titulares. Considera-se eleito Presidente o candidato mais votado e Vice-Presidente o segundo mais votado.

De acordo com as normas estabelecidas, o Colegiado tem como visão consolidar a gestão escolar democrática, a partir do estabelecimento de relações de compromisso, parceria e corresponsabilidade entre a escola e a comunidade, com vista à melhoria da qualidade social da educação. Para isso, apresenta as seguintes funções:

**Quadro 2- Funções do Colegiado**

<b>DELIBERATIVA</b>	<b>CONSULTIVA</b>	<b>AVALIATIVA</b>	<b>MOBILIZADORA</b>
Elabora, aprova, toma decisões relativas às ações pedagógicas, administrativas e financeiras, incluindo o gerenciamento dos recursos públicos destinados à unidade escolar.	Assessora a gestão da unidade escolar, opinando sobre as ações pedagógicas, administrativas e financeiras.	Elabora diagnóstico, avalia e fiscaliza o cumprimento das ações desenvolvidas pela unidade escolar.	Apoia, promove e estimula a comunidade escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino, do acesso, da permanência e da aprendizagem dos estudantes.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).

A participação dos vários segmentos representados, aproxima a gestão escolar de um ideal democrático na medida em que permite o desenvolvimento da consciência social dos seus participantes na busca por uma escola pública de qualidade. A gestão democrática e colegiada pressupõe uma ação organizada em constante aprendizado para a formação da consciência cidadã. Assim, ao construir interações sócio pedagógicas eficazes, cada membro eleito em representação a seu segmento contribui para transformar a dinâmica do cotidiano escolar, assim como o cumprimento da função social que a escola deve exercer.

A autonomia do Colegiado Escolar é exercida nos limites da legislação vigente e das diretrizes da política educacional expedidas pela Secretaria da Educação. É importante que o Colegiado possa participar das discussões para contribuir democraticamente com as ações da escola, tais como: elaboração, revisão, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico; ações de planejamento e do Regimento Escolar; participação da elaboração do calendário escolar, avaliando periodicamente seu cumprimento; participação da discussão e da elaboração do cardápio da merenda escolar, levando em consideração os hábitos alimentares locais e o valor nutritivo dos alimentos, realizando o acompanhamento da sua execução e sugerindo adaptações quando necessário; participação da elaboração do plano de aplicação dos recursos finan-

ceiros alocados na escola, analisando suas respectivas prestações de contas, antes do encaminhamento à Secretaria da Educação; e articulação com a equipe gestora, incentivando o desenvolvimento de ações voltadas para a integração entre a escola e a comunidade<sup>5</sup>.

É fundamental que o Colegiado seja regido por estatuto próprio, elaborado e aprovado com a participação de todos os segmentos, tendo como referência a legislação vigente, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, amparado e orientado pelos seguintes ordenamentos: Constituição Federal de 1988, Artigo 206, Inciso VI, que estabelece a gestão democrática do ensino público na forma da Lei; Constituição Estadual de 1989, no seu Artigo 249, § 1º, inciso II, que assegura a gestão democrática através da criação dos Colegiados Escolares; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394/96, Artigo 14, Inciso II, que assegura a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; Lei nº. 11.043, de 09 de maio de 2008, que dispõe sobre a finalidade, competência e a composição do Colegiado Escolar nas escolas públicas da Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino; Decreto nº 11.175 de 18 de agosto de 2008, que dispõe sobre o processo de implementação; e na Portaria nº 9868, de 30 e 31 de agosto de 2008, que aprova os procedimentos e instrumentos constantes no caderno de orientações, o qual determina o período para a eleição.

Na eleição de 2017, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) implantou a Portaria de nº 1.480 e aprovou as diretrizes, procedimentos e instrumentos para o processo de eleição e o funcionamento do Colegiado Escolar para o biênio 2017/2019. Além disso, estabeleceu as normas e instruções relativas ao processo eletivo dos Colegiados Escolares nas escolas da Rede Pública da Educação Básica Estadual, em conformidade com a Lei n.º 11.043/2008.

Mesmo diante de tantos aparatos legais, não existe uma participação efetiva dos representados durante o mandato dos seus representantes junto ao colegiado. Ao serem questionados sobre isso em um momento descontraído durante o intervalo, na sala dos professores, algumas justificativas foram colocadas: “Confio em quem ajudei a eleger; muito burocrático, não vejo diferença”. Ao mesmo tempo, quando questionados se gostariam de participar, disseram: “O que ganho com isso? Deus me livre, muita responsabilidade, tenho mais o que fazer; deixa pra quem gosta”.

---

<sup>5</sup> Cf: O colegiado escolar fortalecendo a gestão democrática **Jornada pedagógica 2023**. Disponível em: <http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Caderno-de-orientacao-ao-colegiado-2008-1.pdf>.

Falas assim também levam a pensar que a gestão participativa pode ser entendida como gestão representativa por alguns colegas. E, ainda, que mesmo sendo promovidas ações e havendo conquistas em função de tais iniciativas do colegiado, não fica clara a forma como os representados se percebem na gestão participativa. Fato a ser mais bem investigado.

Afinal, confiar em algumas instituições que nos representam, especialmente na escola, nosso primeiro espaço de atuação institucional, requer solidariedade e engajamento.

### **3.1.3 Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COM-VIDA**

A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) surgiu no Brasil a partir das deliberações da I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o da Educação em 2003. Na ocasião, os estudantes participantes propuseram a criação de “Conselhos Jovens de Meio Ambiente” para todas as escolas do país. Com esta iniciativa, também foi criado o Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, envolvendo 16 mil escolas que participaram do processo da I Conferência em centenas de seminários de formação de professores em Educação Ambiental. Desses seminários participaram também 21 mil estudantes, delegados e delegadas eleitos em todas as escolas, mobilizados pelos “Coletivos Jovens de Meio Ambiente” e pelas Comissões Organizadoras Estaduais coordenadas pelas secretarias estaduais e municipais de educação, pelos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs), Organizações não Governamentais e outras instituições.

A COM-VIDA une a ideia dos jovens de criar “conselhos de meio ambiente nas escolas” à proposta dos Círculos de Aprendizagem e Cultura de Paulo Freire. Portanto, os estudantes se tornam articuladores da COM-VIDA. das ações estruturantes e, com isso, conseguem desenvolver um protagonismo motivado pelo engajamento, pela autonomia, espírito de equipe, comprometimento, responsabilidade e empoderamento social. Se guiam por interesse nas questões socioambientais exercitando seus valores éticos, sua identidade cultural, contribuindo para gestão democrática. Isso se concretiza no respeito às diferenças, na equidade social, solidariedade e cooperação entre os indivíduos, no sentido de se sentirem pertencentes e aptos para socializar, trocar experiências positivas com sua comunidade, desenvolvimento parcerias que dão maior visibilidade às ações que consideram transformadoras.

Para fortalecer as ações da COM-VIDA, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental, criou em 2012 o Programa

de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA). A instituição deste Programa deu-se de modo articulado à Consulta Pública da minuta da Política Estadual de Educação Ambiental (atual Lei nº 12.056/2011). Sobre a norma, *in verbis*, destaca-se o formalizado pelo PEA-BA, 2011 p. 20:

A Lei nº 12.056/2011, construída através de consulta pública, como estratégia de articulação democrática, dispõe sobre os conceitos, objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos e linhas de ação para a implantação da Política de Educação Ambiental, estabelece os órgãos de gestão, as obrigações e direitos do Estado e dos parceiros e destaca a necessidade da elaboração do PEA-BA.

A referida consulta reuniu aproximadamente 5.000 pessoas em 26 Seminários territoriais para a sistematização do conteúdo debatido, criando o marco legal para a regulação do PEA-BA. Dessa maneira, o Governo do Estado da Bahia, através das Secretarias do Meio Ambiente e da Educação, conjuntamente com a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia (CIEA-BA) consolidou as bases para a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental, alicerçado num processo de construção participativa.

No CEPCV, as primeiras discussões surgiram durante a Virada Educacional da escola em outubro de 2016, durante a Oficina de Educação Fiscal. E, em fevereiro de 2017, a primeira COM-VIDA da escola foi instituída. As orientações metodológicas para a criação DA COM-VIDA buscaram ajudar a difundir os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprimorando e atualizando a Agenda 21 da escola em um espaço favorável à implementação da democracia redistributiva, convivendo em um espaço participativo, dinâmico, colaborativo, solidário, animado e saudável. Ou seja, capaz de promover o intercâmbio entre a escola, instituições parceiras e a comunidade local, com foco nas questões socioambientais. Não à toa a escola passou a promover o intercâmbio com a comunidade, focando nas questões socioambientais locais, tais como: desenvolver e acompanhar a educação ambiental na escola de forma permanente e contribuir com a construção do PPP Inclusivo e Sustentável da escola. Em 2018, decorrente disso, foi realizada a Conferência de Meio Ambiente na unidade escolar, promovendo intercâmbio construtivo dos alunos do CEPCV com outras COM-VIDA na Bahia. De lá para cá, a COM-VIDA da escola começou a protagonizar as principais ações transformadoras da escola.

Ações sempre envolvendo estudantes, professores, funcionários e membros da comunidade engajados com a temática, além de outros convidados interessados em ajudar nas iniciativas, focadas em pensar e desenvolver planos para melhoria da qualidade de vida da escola e

do seu entorno. Essa mobilização chegou a envolver as secretarias de Agricultura e Meio Ambiente; serviços públicos; e associações comunitárias em reuniões acaloradas que, muitas vezes, tiveram de ser feitas em espaços maiores com rodas de conversas para ampliar os diálogos da escola. Sempre com o intuito de colaborar e somar esforços com outras organizações da escola, como o Grêmio estudantil, grupos de líderes e monitores, membros da Associação de Pais e Mestres, Conselho e Colegiado da Escola, trazendo a Educação Ambiental para todos os espaços, disciplinas e projetos da escola por meio dos eixos temáticos que refletiam sobre os problemas locais.

Esse engajamento com outras organizações da comunidade, os processos de Agendas 21 Locais, associações (de bairro, de moradores), Organizações Não-Governamentais (ONGs), prefeitura, empresas, universidades públicas e outras instituições resultaram em algumas parceiras nos 102 Projetos que atualmente o CEPCV desenvolve. A Fig. 1 representa bem o espaço da COM-VIDA da escola atualmente:

**Figura 1** – Campo de ação da Com - Vida



**Fonte:** Coletânea sobre práticas sustentáveis, SEC-BA, 2017. Reprodução.

E mesmo que a COM-VIDA esteja fisicamente localizada na escola, as ações não se limitam a este espaço. As discussões também acontecem de forma virtual ou são ampliadas para outros ambientes, seja em associações, outras escolas, seminários, conferências. Justamente por conta disso que a Comissão não deve ser compreendida como sendo da escola, pois se trata de

um espaço que tem como objetivo central a aproximação da escola com a comunidade. Ações na área socioambiental devem ter, cada vez mais, o princípio de “pensar globalmente e transformar localmente”, promovendo a percepção de que o espaço local é também global e vice-versa. Tal característica que aproxima da Democracia redistributiva, mesmo sabendo que experiências como estas só constarão de pesquisas no campo teórico daqui a um bom tempo, pois ainda são objetos de experimentações e transformações no campo da prática, especialmente educativa, apesar da retórica de Paulo Freire. Afinal, experiências de democracia redistributivas serão sempre um campo de disputas ao remeter a um coletivo que muitas vezes não comunga dos mesmos ideais.

A experiência com a COM-VIDA do CEPCV reforça o conceito de gestão social, nos termos de Fischer (2019, p.46):

- a) é um campo de conhecimento e espaço de práticas híbridas e contraditórios; é um processo de mediação que articula múltiplos níveis de poder individual e social;
- b) é gestão de redes, de relações sociais, mutáveis e emergentes, afetadas por estilos, de pessoas e comportamento, pela história do gestor, pela capacidade de interação e por toda subjetividade presente nas relações humanas; é um processo embebido em contextos culturais que o confrontam e para os quais contribui, refletindo e transformando esses contextos de forma tangível e intangível;
- c) é para ser legítima deve ser eficiente e para ser eficiente, deve se legitimar, criando-se círculos virtuosos na lógica social que orienta a ação; requer competências e qualificações tácitas e uso de tecnologias de ação social;
- d) deve ser apropriada em contextos de formação / capacitação que articulem reflexão e prática; requer instrumentos de coordenação e regulação articulados e convergentes;
- e) é um desafio à criatividade.

Na Fig.2, Fischer (2019, p. 43) detalha a Gestão Social para o Desenvolvimento sustentável em escalas que vão do local ao regional, nacional e internacional/global, contribuindo na condução da prática de (trans)formação na escola.



**Figura 2** – Gestão Social para o Desenvolvimento Territorial Sustentável



**Fonte:** Fischer (2019).

A supracitada Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011 que institui a Política de Educação ambiental não é um documento escrito por especialistas ou técnicos de governo, mas pelo conjunto dos educadores ambientais da Bahia. Reiteramos que as secretarias da Educação e Meio Ambiente da Bahia são os órgãos de gestão da Política Estadual de Educação Ambiente que inclui a COM-VIDA. Assim, dentro da estrutura administrativa da SEC-BA, existe a Superintendência de Educação Ambiental, que orienta os núcleos territoriais de educação e as escolas.

Para garantir seu funcionamento, a COM-VIDA se organiza na escola como um Núcleo Mobilizador que coordena e orienta a execução das atividades através de uma proposta de Acordo de Convivência com vigência de dois anos. Este acordo pode ser mudado a cada Conferência de Meio Ambiente na Escola. As responsabilidades e forma de funcionamento são definidas pelos membros da COM-VIDA em consonância com a direção da escola, tendo por meta o compromisso de cumprir os objetivos definidos coletivamente. As reuniões ocorrem de acordo com as datas pré-definidas e/ou, extraordinariamente ao final como a última quarta feira de cada mês, ou quando necessário. Na Fig. 3, tem-se a capa do Programa de Educação Ambiental da Bahia.

**Figura 3-** Programa de Educação Ambiental da Bahia SEC- BA



**Fonte:** SEC-BA. Reprodução.

A construção desses espaços elencados possibilita mudanças no processo de gestão da escola, pois a tomada de decisões prioriza o trabalho participativo nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, objetivando assegurar a efetividade no alcance das metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola e com as responsabilidades assumidas coletivamente.

Colegiados, Conselhos, associações, agremiações, fóruns de discussão, conferências, e movimentos sociais são instâncias de participação e podem contribuir na tentativa de democratizar as relações entre o poder público e a sociedade civil, especialmente na escola. O maior desafio é fazer da escola o lugar onde o aluno irá sentir-se apoiado por todos e motivado a continuar seus estudos e, assim, obter sucesso em seu papel social e pessoal. Afinal, sentir-se parte é um ponto fundamental do processo democrático.

Neste sentido, a COM-VIDA do CEPCV consegue realizar este papel. Talvez pelo fato de não ser considerada por muitos um espaço institucional. É lá onde se esboçam ideias colaborativas; se reflete do local para o global e vice-versa; á onde se inova, propõe, empreende e são traçadas estratégias colaborativas de ações coletivas. Onde se define parcerias, apoios e iniciativas que ressoam no espaço escolar. a COM-VIDA do CEPCV foi a responsável pelo Requeijão Filosófico; pelo núcleo de projetos da escola; pela Identificação Geográfica do Requeijão de Santa Bárbara BA, pelo Festival do requeijão; pela implementação da sala de leitura; e financiamentos dos projetos: Plantas para o Futuro, Campus experimentais, da rádio escolar, do canal no YouTube; e da confecção do site da escola.

Embora não seja algo sigiloso, observa-se que o fato de dialogar em um espaço de não institucionalização deixa as pessoas mais livres para pensar sobre a instituição. Isso liberta, transforma e reinstaura uma nova forma de perceber a escola como um espaço que também pode ser revolucionário.

Isso requer desprendimento e maturidade do gestor da escola pública para entender seu papel de gestor social, fomentando o que seja de fato fundamental para a instituição pública, especialmente para a democracia. O que também requer um olhar sensível para decidir no coletivo os anseios de toda a comunidade escolar. A escuta também precisa ser atenta para identificar os espaços democráticos existentes e ter competência técnica coerente, capaz de realizar a gestão social de modo a facilitar a mediação de vários grupos e dialogar com o propósito de saber operacionalizar as decisões tomadas, prestando contas acerca das demandas assumidas. É importante, além disso, que a gestão coloque em prática os acordos estabelecidos consensualmente por todos.

A democratização da gestão do ensino público deve considerar ainda a sala de aula como um local democrático, onde as opiniões sejam respeitadas; os problemas resolvidos conjuntamente; e os conteúdos trabalhados como desafios a serem desvendados através da pesquisa. Enquanto não se consegue obter respostas precisas, é possível pensar em alternativas para minimizar as dificuldades existentes nas escolas e na sua comunidade. Há estudantes que poderiam aprender muito se pudessem ser compreendidos em seus anseios, bastando o simples fato de serem ouvidos. Com isso, pode-se organizar e tornar efetivas as propostas pensadas e decididas coletivamente no Grêmio Estudantil, no Conselho de Líderes de sala, no Colegiado, na Associação e onde mais houver espaço de participação coletiva.

## 4 METODOLOGIA

---

“Já trazes, ao nascer tua filosofia.  
As razões? Essas vêm posteriormente,  
tal como escolhes, na chapelaria,  
a fôrma que mais te assente...”

(Mário Quintana).

As questões norteadoras da presente investigação se identificam com a abordagem qualitativa. Na atualidade, tal abordagem ocupa lugar de destaque na produção do conhecimento, pois constitui relação direta com ramos de saberes os quais se propõe a investigar. E, ao mesmo tempo, oferece seus próprios saberes para composição de inventários metodológicos necessários à produção do conhecimento, historicamente construído pela humanidade. Contudo, esses ramos do saber devem sempre estar ancorados em teorias que possibilitem reflexões e permitam a construção do conhecimento de forma dialética.

Em uma pesquisa é relevante a apresentação consistente de procedimentos e resultados quanto à reflexão crítica dos princípios teóricos que a sustentam. Desse modo, optou-se por dedicar uma seção com notas referentes à pesquisa empírica, ao invés de descrevê-la sucintamente na introdução da dissertação, no intuito de favorecer a compreensão mais ampla do processo de investigação trilhado ao longo do trabalho. Todavia, vale ressaltar que a metodologia não se restringiu à empiria. O processo de investigação foi iniciado desde o projeto de dissertação com a pesquisa bibliográfica, dispensável de descrição nesse contexto de formação.

A pesquisa em tela é empírica e de cunho educacional. A definição de uma opção metodológica não é tarefa fácil, pois conforme revelou Gatti (2008) a área de Educação ainda não possui a tradição disciplinar de pesquisa. Os pesquisadores educacionais, em geral, recorrem aos referenciais e instrumentos gerados por outros campos de conhecimento. Apesar desta fragilidade, existem muitas pesquisas educacionais, sobretudo com a temática da gestão educacional, marcadas por um rigor metodológico tão bem elaborado quanto investigações de áreas de conhecimento com tradição disciplinar.

Cabe ao pesquisador ter clareza da escolha metodológica e ser coerente com o objeto de estudo. De modo similar ao exposto na metáfora de Quintana, na epígrafe citada, a escolha metodológica deve ter a “fôrma” de pressupostos que mais se “assentem” com o referencial teórico e a problemática de investigação da pesquisa. Nesse sentido, procurou-se, ao máximo, estabelecer esta coerência.

O objetivo desta seção foi o de expor os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo, parte integrante dessa dissertação. Na sequência foi apresentada a fundamentação acerca da abordagem e do tipo de pesquisa selecionado nesse estudo. Em seguida, descreveu-se o método e o material utilizados na coleta de dados.

#### 4.1 SOBRE A PESQUISA

Importa registrar que o campo empírico foi definido a partir da inserção da pesquisadora no Colégio Estadual Professor Carlos Valadares (CEPCV), localizado no município de Santa Bárbara (BA). O trabalho de coleta de dados centrou-se no relato de algumas experiências que marcaram a participação social na realização de projetos elaborados e geridos a partir da gestão escolar democrática, a saber: 1) a resistência à municipalização da comunidade escolar produziu situações que culminou na experiência com projetos; 2) o impacto do projeto “O lugar onde moro, o lugar que quero viver”, sobretudo no contexto de Pandemia; 3) o registro da Identidade Geográfica (IG) do Requeijão de Santa Bárbara(BA); e 4) a Criação de campus experimentais de desenvolvimento sustentável no município em tese.

Nesse sentido, a coleta de dados se realizou na perspectiva defendida por Freire (1994):

O recurso às Metodologias Integrativas possibilita a construção de um novo modo de viver e conviver socialmente, nos espaços de trabalho, educação, lazer, do morar e do habitar. A sua construção exige, necessariamente, uma prática participativa onde o sujeito partilha o seu conhecimento no campo do diálogo, pois o que se deseja conhecer é quais métodos proporcionam um fluir de aprendizado e saber, transformando os espaços de domínio em lugares de liberdade e criação. Não basta a construção de algo novo, apenas; é preciso que tal construção traga um legado coletivo e tenha sido gestada entre aqueles que usufruem, se beneficiam e respondem pelas práticas executadas e os resultados alcançados. De todos e para todos (Giannella *apud* Freire, 2013, p. 94).

Posto isso, o trabalho foi desenvolvido tendo como referências metodológicas a pesquisa-ação e o estudo de caso do CEPCV. A definição desses caminhos permitiu, na coleta de dados, a identificação de elementos e evidências que se confrontam, ajustam, adequam e aperfeiçoam construções sociais capazes de responder ou dar sentido à experiência de gestão escolar democrática e participativa.

Sendo assim, os recursos das metodologias integrativas referendaram essa pesquisa no que tange à coleta de dados em experiência de gestão escolar democrática e participativa. Tais “[...] abordagens, técnicas e métodos, norteados pela busca de uma recomposição entre as partes

cindidas do ser humano. A mente se incorporando, a racionalidade tornando-se sensível, a ciência subjetivando-se, o método abrindo-se para a intuição e a criatividade.” (Giannella; Araújo; Oliveira Neta, 2011, p. 143).

A metodologia integrativa nos moldes de Giannella, Araújo e Oliveira Neta (2013, p. 100) permitiu a combinação entre dados empíricos e a literatura teórica, direcionada à definição de conceitos, lacunas, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico, posto que:

[...] as metodologias integrativas oferecem uma gama de reflexões e métodos apropriados àqueles que buscam por uma forma distinta de gestão e de vida (insubordinada ao tecnicismo) e que desejam mudanças. esses grupos estão dispersos por todo o território mundo e, independentemente das diferenças étnicas, econômicas e sociais, buscam por uma transformação paradigmática tal que o ser humano esteja integrado à vida em suas mais diversas formas de existência, saber e expressão (Giannella; Araújo; Oliveira Neta, 2011, p. 100).

Ao analisar um espaço escolar com toda sua diversidade, territorialidade e transitoriedade é necessário a ampliação do olhar para se perceber o que na coletividade se produz, se desafia, se experimenta e se constrói, evidenciando suas peculiaridades nem todos no mesmo tempo e na mesma lógica. Dessa maneira, a experiência da pesquisa possibilitou compreender que a verdade não pode aprisionar e a diferença não pode excluir, pois é papel da educação acolher a diversidade humana.

A escola, especialmente a escola pública, é um espaço transitório de construção coletiva que acolhe diferenças que se apresentam, como o inesperado, o passageiro, o inalcançável, o perdido, o desatento, o sábio, o intolerante, o arrogante e até o aconchegante. Seres diversos que se encontram em algum momento, no mesmo espaço, que exige uma certa sintonia dentro da diversidade. Logo, deve-se pensar uma gestão que acolhe, constitui a coletividade, destaca a complexidade no reconhecimento de inquietudes e na necessidade de colaborar no espaço que ocupa e com o público que se identifica, sem perder de vista o bem comum, a solidariedade e a interdisciplinaridade.

A realização de coleta de dados em organismo vivo e latente como a escola, possibilitou a identificação dos obstáculos para uma gestão escolar democrática que se reinventou diante dos desafios da comunidade a partir da produção de iniciativas, tais como: projetos sociais, práticas e produtos inovadores, estratégias de ações e mobilizações, planos, maquetes, mapas, parcerias, produção de jornal, revista, programa de rádio, *podcast*, receitas com produtos locais. E o fez respeitando as boas práticas e o saber comum, o patrimônio material e imaterial, a

diversidade social, religiosa, econômica, enfrentando juntos e de frente feridas comuns, a exemplo da ansiedade, depressão, omissão, racismo, clientelismo, patriarcado, machismo, xenofobia e outros males que afetam, direta ou indiretamente, o cotidiano escolar. Nesse percurso, a coleta de dados sobre a gestão escolar democrática trouxe à tona a necessidade de conhecer, dialogar, exercitar a solidariedade, a intersetorialidade, a institucionalidade e outras formas que permitissem o exercício da colaboração mútua para o desenvolvimento local, o exercício da autonomia, da ciência e da alegria. A coleta de dados apresentou desafios cotidianos, bem como o potencial de realizações a partir de parcerias, descobertas de formas de ver e viver a vida no seu contexto mais humano, local, social, global. O *lócus* da pesquisa foi a escola pública, com vista a gestão democrática.

#### 4. 2 SOBRE O ESTUDO DE CASO

Esta pesquisa se constituiu num estudo de caso tendo em vista apresentar características descritas por Yin (2005, p. 28), entre as quais, ter como problema: “[...] uma questão do tipo ‘como’ ou ‘por que’ sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos, sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle”. Nessa direção, o CEPCV se constituiu como campo de estudo e pesquisa. A experiência da pesquisadora, enquanto gestora da referida instituição, possibilitou reflexões acerca das possibilidades de a gestão escolar fortalecer o seu território por meio do exercício da participação social.

Diante do exposto, ficou evidente que esse estudo se constituiu numa investigação pautada num fenômeno contemporâneo da vida real, pois o processo de gestão democrática da escola pública teve como *lócus* o CEPCV e destacou as marcas de mudanças na vida de alunos, professores e comunidade em geral a partir de ações decorrentes da gestão na contemporaneidade. A pesquisa buscou identificar o que foi modificado nas trajetórias acadêmicas de indivíduos que compõem a comunidade escolar do CEPCV. De modo geral, os alunos dessa instituição fazem parte de grupos sociais historicamente excluídos em função de marcadores socioculturais relacionados a condição econômica, de raça, etnia, sexualidade, orientação sexual, condição de deficiência, dentre tantas diferenças marcadoras de vulnerabilidades no contexto de uma escola pública em uma cidade do interior da Região Nordeste do País.

Sendo assim, o presente trabalho não se resume à mera busca de evidências, mas ao exercício constante de interpretação e reflexão sobre os diferentes significados encontrados no decorrer do estudo. Nesse sentido, essa investigação contribuiu para a orientação pedagógica e, mais amplamente, para o contexto sociopolítico ao explorar situações complexas da vida real,

cuja análise possibilitou o reconhecimento sobre novas perspectivas de estudo que, em geral, chamam a atenção pelo fato de a temática ser pouco estudada no Brasil.

O detalhamento do protocolo desse estudo de caso “[...] funciona como um *chek-list* para que o investigador fique atento e se lembre de todas as ações para condução do trabalho, particularmente no levantamento das informações que precisam ser coletadas e as razões de coletá-las” (Martins, 2008, p. 74).

Nessa investigação foram elaborados protocolos utilizados para sistematização de dados em diferentes etapas da pesquisa. Durante todo o processo de investigação, recorreu-se, sempre que possível, ao auxílio de alguns interlocutores para leitura dos escritos e avaliação das ações. Entre os interlocutores, cabe destacar o papel fundamental da orientadora do trabalho na incansável tentativa de, como assevera Martins (2008, p. 4), “[...] evitar interpretações e descrições indevidas ou não contempladas pelo estudo”.

#### 4.3. SUJEITOS DA PESQUISA

O campo empírico foi composto pelos seguintes sujeitos, a saber: estudantes; professores; equipe gestora e comunidade do CEPCV e seus agentes sociais distribuídos no Colegiado Escolar, na Associação de pais, professores e amigos do CEPCV; e, também, dos líderes de sala e dos membros da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) e do núcleo de projetos. Cabe sinalizar que os representantes participaram de entrevista semiestruturada, conforme roteiro.

O acesso aos sujeitos entrevistados deu-se a partir da aproximação da pesquisadora, em função da sua rotina enquanto gestora nas reuniões dos Conselhos e do Colegiado, adotando por critérios: a legitimidade no processo eleitoral das representações, engajamento, frequência e o protagonismo assumido na dinâmica da Gestão Democrática.

#### 4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

As técnicas para a coleta de dados foram: observações, análise de documentos e entrevistas. Na sequência, descrevemos cada uma separadamente:

A) As Observações foram realizadas nas reuniões da Associação e Colegiado e tiveram o objetivo de identificar as temáticas integrantes das pautas das reuniões; o potencial de participação dos representantes da sociedade civil e dos representantes da gestão da escola; e os resultados das ações em torno da luta pela garantia de direito a uma escola pública de qualidade.



B) A Análise de documentos foi realizada nos arquivos do CEPCV, pelo fato de a investigadora ter acesso direto aos referidos documentos, na condição de gestora. Esta análise visou o conhecimento de documentos legais, orientadores das ações do Colegiado, da Associação de pais, professores e alunos, dos líderes de classe e da COM-VIDA. Cabe ressaltar que o último documento nasceu durante o processo de pesquisa no seminário de Educação Fiscal. Os demais foram elaborados ou modificados coletivamente, visando a compreensão da gestão democrática no universo da escola. Ainda seguindo os critérios da ética na pesquisa, as observações e os procedimentos para a análise de documentos foram precedidos pela autorização dos parceiros da escola (Conselho/Colegiado).

C) As Entrevistas Semiestruturadas tiveram a intenção de enriquecer a compreensão do objeto de estudo a partir das percepções dos sujeitos que vivem a experiência de participação nas atividades desenvolvidas pela gestão da escola. A entrevista foi orientada por um roteiro prévio com questões relacionadas aos temas: dados de identificação dos órgãos, grau de escolaridade; histórico de participação no movimento social. O roteiro de entrevista foi submetido à testagem por um colaborador, com o intuito de verificar a extensão da entrevista e evitar excessivo esforço do entrevistado; também serviu para observar a presença de repetições, rever a pertinência das questões para o estudo, efetuar revisões necessárias ao aperfeiçoamento do roteiro e fazer a inserção de outras temas relevantes para a investigação.

O estudo de caso representa uma estratégia metodológica relevante quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”; o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos, aspecto evidente nesse estudo, conforme exposto no início desta seção; e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real, fato também revelado nessa investigação que retrata o cotidiano de uma gestão participativa numa instituição educacional pública. O estudo de caso possibilitou a compreensão de fenômenos sociais complexos e permitiu uma investigação que preservasse as características holísticas e significativas dos eventos da vida real no *locus* de pesquisa.

## 5 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR CARLOS VALADARES

---

O Colégio Estadual Professor Carlos Valadares (CEPCV) é uma escola da Rede Estadual de Ensino, localizada no Centro da cidade Santa Bárbara (BA), distante 147 km da capital do estado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), essa cidade pertence à Região Metropolitana de Feira de Santana (BA), a segunda maior cidade do estado da Bahia, parte do Território de Identidade Portal do Sertão.

A cidade de Santa Bárbara (BA) foi fundada em 14 de dezembro de 1961, também chamada de Terra Santa, conhecida em todo o Estado da Bahia pela produção e comercialização de Requeijão. Há também, em larga escala, a produção de doces em compotas, beiju e carne de sol. De acordo com Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2013), o município de Santa Barbara (BA) se concentra na pecuária de gado bovino, principalmente o leiteiro e, mesmo com toda dificuldade por conta da falta de financiamento, a fonte de renda da cidade é sustentada pela agricultura, destacando-se a agricultura familiar com a produção de feijão, milho, mandioca, entre outros produtos peculiares nessa região. O município conta com 11 fabricas de Requeijão artesanal e uma de Laticínios. (Fig.4).

**Figura 4 - Identificação do Território**

Município do Brasil/ Bahia/ Santa Bárbara BA	
	
Praça da Matriz	
<b>Localização</b>	
<b>Coordenadas</b>	11° 57' 28" S 38° 58' 30" O

<b>Area Territorial</b>	347,021km <sup>2</sup> [2020]
<b>População Estimada</b>	20.971 (dados de 2021)
<b>Região metropolitana</b>	Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana
<b>Municípios limítrofes</b>	Feira de Santana, Lamarão, Tanquinho, Serrinha, Candéal e Santanópolis
<b>Distância até a capital</b>	147, 021 km (dados de 2020)
<b>Fundação</b>	14 de dezembro de 1961 (61 anos)
<b>Prefeito(a)</b>	Edifrancio de Jesus Oliveira (PSD, 2021 – 2024)
<b>Indicadores</b>	
<b>IDH</b> (PNUD/2010 <sup>[3]</sup> )	0,583 — <i>baixo</i>
<b>PIB</b> (IBGE/2008 <sup>[4]</sup> )	R\$ 64 930,423 mil
<b>PIB per capita</b> (IBGE/2008 <sup>[4]</sup> )	R\$ 3 207,71

**Fonte:** Sitio da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara (BA) com adaptações da autora

No município de Santa Bárbara há 26 escolas, com 3.873 alunos matriculados e 259 professores da Rede estadual. Esses docentes atendem alunos do Ensino fundamental 1 e 2. Para o Ensino Médio existe no município uma escola da rede privada (Colégio Águia) e duas escolas da rede pública estadual: O Colégio Estadual São José que tem 641 alunos no Ensino Médio Integral; e o Colégio Estadual Professor Carlos Valadares, atendendo a 623 alunos de diversas modalidades de Ensino (Médio, Técnico, Proeja, Projovem), alunos com necessidades especiais e alunos do pós-médio, com cursos subsequentes de duração de até quatro semestres. O CEPCV, no primeiro semestre de 2023, contava com 42 professores, 104 alunos matriculados nos anos finais (3º. Ano), 433 alunos no Ensino Médio e profissional, 95 do Proeja, 10 no Projovem e 33 estudantes matriculados no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Mesmo com tantas diferenças de modalidades, a escola conseguiu criar uma identidade que se diferencia das outras, inclusive pedagogicamente, com dados de avaliações externas que revelam a escola com o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município. Superior também à média das escolas estaduais da Bahia, conforme verificamos na Fig. 5.

**Figura 5 - Comparativo do IDEB 2021 (CEPCV, Santa Bárbara, Bahia)**



**Fonte:** EE - Colégio Estadual Professor Carlos Valadares: Aprendizado | QEdU

Importante ressaltar que o IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em Português e Matemática, avaliado pela Prova Brasil e considerando o fluxo escolar (taxa de aprovação destes alunos). Em 2023, havia um total de 178.346 alunos, sendo 41.001 da Rede Privada e 137.335 da Rede Pública, distribuídos da seguinte forma: 700 são alunos de escola Federal; da Estadual são 29.536; e da Municipal, 107.099, como apresenta o resultado do último IDEB (2021) divulgado.

**Figura 6- Cálculo do Ideb 2021 do CEPCV**



Fonte: Censo Escolar 2022, INEP.

Como consta na Fig. 6, a pontuação da escola alcançou a nota 4 em 2021, inferior ao *ranking* das melhores escolas do Brasil. Contudo, o dado que chama a atenção é o rápido aumento do seu percentual, pois se comparado a 2015 não chegou a pontuar; em 2017 alcançou 2,8; em 2019 foi a 3,8; e, em 2021 chegou a 4 pontos. O dado de 2021 é alto e representativo, considerando tratar-se de um ano atípico, quando vivenciávamos o processo de ensino pós pandêmico. Ano em que a maioria das escolas, sobretudo da rede pública, teve seu índice reduzido por conta das dificuldades geradas por esse contexto.

E é importante sinalizar um dado mais recente: no dia 27 de outubro de 2023, dos 104 alunos do 3º ano do Ensino Médio, 87 compareceram à realização da prova do IDEB; o motivo da redução foi o fato de a Secretaria não ter informado que boa parte dos alunos já estava atuando no mercado de trabalho. Por conta disso, seria necessária uma mudança de realização das provas para o Noturno. Como a mudança não foi feita, estes alunos incluídos no mercado de trabalho não fizeram a prova do IDEB. Esse fato demonstra a falta de apoio da Secretaria Estadual de Educação, à época, em virtude do pouco quantitativo de funcionários.

Mas este número de alunos poderá ter outro resultado, provavelmente só divulgado em maio de 2024. Fato é que toda a comunidade escolar espera um resultado bem melhor, em todos os sentidos, em função dos projetos em curso na escola, envolvendo todos os alunos, inclusive os trabalhadores. Isso faz com que os alunos se desafiem constantemente. Inicialmente a meta era de 6 pontos, mas, após as provas, muitos deles chegaram a garantir 6,5. Se auto desafiar também parece ser uma característica do CEPCV, mas este resultado só poderemos saber em futuros estudos.

No contexto de realização da pesquisa, a escola contava com um quadro de 75 servidores em sua equipe. Entre funcionários oriundos de outras instituições, terceirizados e REDA, são 20 pessoas; 43 professores; uma secretaria; uma coordenadora; dois vices diretores; uma diretora; e sete oficineiros do Programa “Educa mais Bahia”<sup>6</sup>.

O corpo docente é de qualidade, constituído de professores experientes, com formação acadêmica de especialização, mestrado e doutorado, o que contribui para manter uma prática voltada à interação entre teoria e prática. Buscando, assim, a inovação, o respeito, a autonomia e a relação de pertencimento, aspectos necessários a uma formação ampla e para exercitar na

---

<sup>6</sup> Programa que trabalha com temáticas relevantes, tais como: como lidar com as redes sociais; eu e os outros: autocuidado e responsabilidade social; quanto custa se tornar um empreendedor; Enem nota mil; bom de bola; quem dança e canta a todos encanta; fanfarra CEPCV, entre outros.

prática os conhecimentos estudantis.

Com apoios e parcerias, o CEPCV realiza vários projetos em formatos online e presencial: Museu virtual da Gente Barbarense; Requeijão Filosófico, com ajuda voluntária; projeto Horta Escolar e Horta em Casa; Revista Literária; Clube do Livro; Jornal; *Podcast*; e rádio escola, dentre outros. Além disso, o CEPCV criou um Núcleo de Projetos para a Capitação de Recurso. Em 2023, por exemplo, foram aprovadas cinco emendas parlamentares, além de recursos por meio de participação em editais voltados ao financiamento de projetos para melhorar o desempenho da escola como um todo.

Além das fontes de recursos disponíveis por meio de plano de ação e editais nos sistemas de recursos do MEC e da SEC-BA, a comunidade e os alunos também participam das seleções dos Programas oferecidos pela SEC do estado da Bahia. O “Projeto Mais Estudo”, por exemplo, consiste em uma monitoria composta de alunos com melhores notas e disponibilidade para ajudar seus colegas com dificuldade de aprendizagem. A comunidade também criou dois prêmios para prestigiar os alunos, dentre os quais cabe destacar o Premio Carlos Valadares, para as melhores notas; e Prêmio Aluno Nota 10 para as melhores iniciativas de intervenção social.

Entretanto, os programas preferidos dos alunos são os Projetos Estruturantes, os Jogos estudantis da Bahia e as Feiras de Ciências, Empreendedorismo e Inovação da Bahia (FECIBA), por conta das viagens, sobretudo as viagens técnicas motivadas pelos projetos que desenvolvem e as viagens para as Feiras dos livros, também muito concorridas. Nestes momentos as disputas de egos e vaidades costumam deixar o clima da equipe pesado. Administrar esta questão se tornou um desafio da gestão que precisou lidar com denúncias, fofocas, rompimentos de bons projetos, ou até desistências de projetos com muito potencial transformador.

Para reduzir situações como a entrega do planejamento do ano letivo com o agendamento das viagens e atividades dispendiosas, foram validados durante a jornada e publicados na Agenda Compartilhada. Assim, a transparência dos resultados começou a minimizar o desgaste. Outro desafio foi lançado pela gestão: se o projeto dos professores precisasse de mais recursos do que o previsto no orçamento da escola, estes poderiam inscrever os projetos nos editais divulgados no grupo. Desse modo, inclusive, o Clube do Livro foi construído e equipado em menos de oito meses em 2023. Atualmente, já existe dois recursos de projetos aprovados: Makota Valdina e outro da FAPESB/Pop Ciências com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

A formação dos professores conta muito para o sucesso com os projetos e o

levantamento da pesquisa da escola. No período da pesquisa, a equipe o CEPCV contava em seu quadro com 3 professores Doutores, 7 professores mestres, 3 professores mestrados e quase todos os demais eram especialistas em suas áreas de atuação. A única professora que só tinha o curso de graduação, em 2023 conseguiu ser aprovada em um curso de especialização. A proposta da gestão e da coordenação é a de sempre incentivar a formação e qualificação do seu quadro de servidores, visto que isso também possibilita a melhoria das práticas e favorece a produtividade acadêmica. Em 2023, o CEPCV registrou a publicação de 4 artigos nacionalmente; 1 artigo internacional, além da participação de professores e alunos em mesas de discussão e rodas de conversas, congressos, seminários, curadorias. Como consequência desse processo formativo contínuo de professores e alunos, a escola teve 105 projetos catalogados no ano de 2023 e o CEPCV recebeu vários prêmios durante o período da pesquisa em curso, dentre os quais vale destacar: Feira de Ciências e Empreendedorismo da Bahia (2018 e 2022), Prêmio IAF de Ed. Fiscal (2021, 2022/2023) e Prêmio Pedro Calmon (aluna 2021; professora 2023).

Essa realidade tem impactado a relação da escola com a comunidade barbarensense. É importante ressaltar, como já dito, que Santa Bárbara é um município com fontes de renda da agricultura e pecuária, se destacando na produção de requeijão artesanal e, por isso, sendo conhecida como a Capital do Requeijão. Este fato levou a Superintendência de Educação Especial a apresentar a oferta, desde 2018, de dois cursos de produção alimentícia (Agroindústria e Alimentos) para a escola. A oferta desses cursos pelo CEPCV vem causando impacto na realidade local, produção alimentícia e agrícola, especialmente como seus derivados.

Vale observar que as mudanças do CEPCV, ao longo de seus 56 anos de história, são de resistência, inclusão e luta para cumprir com seu papel na formação de pessoas comprometidas com a vida humana, mesmo e apesar das interferências político partidárias. Por isso, é papel dessa pesquisa também fazer esse registro, pois a maioria das escolas não tem conseguido preservar sua memória, evidenciando mudanças e permanências dentro de sua própria história e identificando seus diferenciais. Outra ação desta Gestão Democrática no CEPCV, no período da pesquisa, foi a de registrar o legado de todas as Gestões anteriores, demarcando como são lembradas na comunidade escolar. Esta ação não deixa de ser uma forma de reconhecer o trabalho de construção coletiva dentro de cada contexto, conforme apresentado no Quadro 3.

**Quadro 3 - Gestão e conquistas: CEPCV**

	<b>NOME DOS DIRETORES DO CEPCV</b>	<b>DATA DE ASSUNÇÃO</b>	<b>CONQUISTAS</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA O TERRITÓRIO</b>
1	RISONETE FREITAS	06/04/1961	LEGALIZAÇÃO	AGREGAR ESCOLAS ISOLADAS DO MUNICIPIO
2	MAURINA MATOS BARRETO	06/02/1974	FORMAÇÃO DO GRUPO	GRUPO CV DE ENSINO FUNDAMENTAL 1
3	MIRIAM FALCÃO	27/02/1989	CURSO TECNICO	CURSO TECNICO EM CONTABILIDADE
	MAURINA MATOS BARRETO	12/06/1991	ENSINO FUNDAMENTAL II	ENSINO FUNDAMENTAL. 1 e 2
4	ANA VALDIVA OLIVEIRA CERQUEIRA	09/03/1994	AEE	EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA
5	ANITA MATOS BARRETO	09/04/1998	CURSO GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA (UNEB 2000)	CONVÊNIO UNEB 2000
6	LADJANE BARBOSA DOS SANTOS	10/03/2007	QUADRA COBERTA, CHEGADA DE NOVOS CONCURSADOS, IDEB ALTO, REFORMULAÇÃO DO AEE	DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA (GREMIO ESTUDANTIL, CLT), APROVAÇÃO DO MEC DA SALA DE RECURSOS PARA O AEE, PPP, NOVOS EQUIPAMENTOS, RADIO ESCOLAR
7	JANETE AMORIM DE BRITO	10/07/2008	QUADRA COBERTA	INÍCIO DAS OBRAS
8	HUGO DAMASCENO DE ARAUJO	05/04/2012	CARDÁPIO PARTICIPATIVO	DEMOCRATIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
9	JANETE AMORIM DE BRITO	07/02/2013	AGREGOU FUNCIONARIOS DA MUNICIPALIZAÇÃO	AUMENTO DO IDEB
10	BRUNA MOREIRA RODRIGUES	29/08/2014	MAIS EDUCAÇÃO	OFICINAS NO CONTRATURNO
11	LADJANE BARBOSA DOS SANTOS	30/01/2016	PLANOS, PROJETOS., PRÊMIOS FE-CIBA, JERP, ENCANTE, IAF; IMPLEMENTAÇÃO DA COM-VIDA, FEIRAS DE CIÊNCIAS E DO EMPREENDEDOR; FESTIVAIS DO REQUEIJÃO, AUMENTO DO IDEB * DE 2.8 PARA 4.0, ENFRENTAMENTO DURNTE A PANDEMIA. ARTIGOS PUBLICADOS, PROJETO REVELAÇÃO.	FÁBRICA ESCOLAR DO REQUEIJÃO, MOBILIZAÇÃO DA IG, PREMIAÇÕES, RECONHECIMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL COM AS MOÇÔES, CAMPUS EXPERIMENTAIS PARA ESTÁGIO, NOVOS CURSOS TÉCNICOS (ALIMENTOS E AGROINDÚSTRIA) DA GESTÃO COLABORATIVA; TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DOS ALUNOS.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022).



É papel de uma gestão participativa, social e colaborativa olhar o passado para poder pensar melhor em alternativas conjuntas com quem de fato se preocupa com a educação e com o destino que podemos dar a cada um dos seus espaços através de uma gestão social que entenda o aluno enquanto aluno da escola e de toda a comunidade. Logo, é obrigação de toda a comunidade escolar, e não só do poder público e das instituições parceiras, atuar em prol do desenvolvimento social inclusivo e local.

### 5.1 DESAFIOS E CONQUISTAS DO CEPCV NA ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL

Com 56 anos de história de resistência e luta, o CEPCV sempre foi visto como uma escola inclusiva. Até porque, foi a primeira instituição da cidade a receber alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), com a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), definindo a obrigatoriedade desse atendimento<sup>7</sup>. Verifica-se então que o CEPCV acompanhou esses movimentos inclusivos, pois sempre se destacou, acolhendo os estudantes, sem discriminar as pessoas que quisessem estudar, inclusive oriundas de comunidades vulneráveis e supostamente mais violentas, dentre as quais destacam-se Areal, Iraque e Torto.

Outro dado relevante a ser ressaltado diz respeito ao fato de que apesar das limitações existentes face às condições sociais objetivas que agudizam o contexto educacional da maioria dos estudantes de escolas públicas, o CEPCV conseguiu, ao longo de sua história, formar pesquisadores, doutores, dentre outros profissionais reconhecidos em suas áreas de atuação. É claro que a localização privilegiada da cidade, próxima de universidades estaduais e federais (UEFS, UNEB – Campus I e Campus XI e UFBA), possibilitou um regime de colaboração e parceria da escola com essas instituições, através de projetos de pesquisa e extensão em diferentes áreas. Com suas características, o CEPCV é um espaço que fortalece a relação de pertencimento da comunidade, pontuada pela religiosidade e fé na padroeira; seu sincretismo; e a cultura de modo geral, abarcando a produção do requeijão.

---

<sup>7</sup> Isso se deu graças à instalação da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) na primeira Gestão Estadual do Governo Estadual de Jaques Wagner (2007-2014) e na segunda Gestão do Governo Lula quando esse documento foi publicado.

Esta estratégia de querer sempre mais foi ampliada pelos projetos desenvolvidos na Escola, apenas três em 2016, chegando a 105 em 2023. Tais projetos extrapolam o muro das escolas e envolvem as Feiras de Ciências, os Festivais no Estado da Bahia e em três outros estados do Brasil, além de eventos internacionais com a inscrição das propostas, prêmios, editais, dentre outras atividades. Desafiar parece ser um padrão entre os jovens e adolescentes, ramificado na comunidade escolar mesmo quando os resultados não são alcançados. Ao invés de desanimar, isso os impulsiona a melhorar, sendo o engajamento às ações e a participação nas atividades da escola fundamental nesse processo.

Com base nos fundamentos institucionais, a gestão do CEPCV buscou encontrar caminhos para a realização de uma gestão democrática, iniciando pelo estabelecimento de rotinas fixas pré-agendadas de reuniões com cada segmento integrante da comunidade escolar, a fim de partilhar decisões; e compreender a importância de todos e de cada um. Mostrando assim que, seguindo as normas do funcionamento da unidade escolar, os acordos se dão de forma colaborativa. Nesta senda, foram adotados os pressupostos educacionais da gestão democrática com plano de ação acessível a todos e a Agenda Compartilhada do coordenador, ferramentas essenciais à organização do trabalho. As reuniões devem, portanto, ter pauta aberta para incluir as demandas de cada um e, após os acordos estabelecidos, ser feito o registro em ata visando as interlocuções com os órgãos constitutivos da Secretaria Estadual da Educação. Essa interlocução, por vezes e cabe ressaltar, é insuficiente, especialmente em função da burocracia; da morosidade na resolução de problemas estruturais; e do clientelismo que submete as diretrizes educacionais dificultando o diálogo e a eficiência da gestão. Neste sentido, o Estatuto e o Regimento escolar ajudam a estabelecer modelos a serem seguidos e que podem/devem ser passíveis de controle e participação social.

Desafiar a comunidade barbareense a confiar no potencial da educação, sobretudo no que tange a importância da implementação de cursos técnicos como os ofertados no Eixo de Produção Alimentícia proposto pelo CEPCV, compreende encorajar os alunos a potencializar o desenvolvimento local com parcerias importantes e apresentação de resultados em espaços abertos; feiras; festivais; seminários; e artigos nas redes sociais. Essas práticas do CEPCV remetem ao que expressa Schommer (2014, p.26):

O desafio é o de desenhar sistemas de desenvolvimento que estimulem cada pessoa a desenvolver suas capacidades, a assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, ciente de que só pode fazer isso em conexão com outros, com suas comunidades, no seu contexto. Trata-se de pensar em como

fazer para que esse responsável primordial assuma tal responsabilidade, que seja protagonista do desenvolvimento, desenvolva suas próprias capacidades.

A contribuição do poder público na Gestão escolar é pactuada em rodas de conversas, feiras e seminários para os quais todos(as) são convidados na presença da Comunidade Escolar. O resultado desse trabalho é concretizado em políticas públicas, dentre as quais cabe o reconhecimento da cidade como Capital do Requeijão. Inclusive o 3º. Festival do Requeijão (2023) contou com transporte escolar para as visitas técnicas e pesquisas de campo dos estudantes. Também foi disponibilizado transporte para as atividades de extensão das universidades públicas, a fim de apoiar os projetos de professores e alunos.

## 5.2 INTERAÇÕES, RELAÇÕES DE PODER E (TRANS)FORMAÇÕES

De acordo com Freire (2009, p.69): “[...] somos os únicos seres que, social e historicamente nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora”. É nessa direção que a equipe gestora do CEPCV pensa e acredita a educação como a melhor forma de intervenção consciente do mundo, havendo a obrigação de deixá-lo melhor para as próximas gerações. O nosso grande desafio hoje, como alertava o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1986, p.14), é o de compreender que: “[...] na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder”.

Ao discutir as Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil), o trabalho de Milani (2004) nos ajudou a identificar e compreender o que caracteriza o desenvolvimento local no qual se insere a experiência do CEPCV, estimulando-nos a analisar as experiências propostas pela escola, seus fatores social, institucional e cultural no seu processo de construção de identidade. Isso feito, a fim de reconhecer avanços, entender limitações e apostar nas potencialidades. Essas propostas parecem estar em coerência com o pensamento de Milani (2004, p. 96), posto que:

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e transescalar – que participam de um projeto de transformação consciente da interdependência consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal,

educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: o desenvolvimento local é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural.

Nessa linha, a Gestão do CEPCV tem buscado delinear possibilidades de desenvolvimento de iniciativas voltadas para o município de Santa Bárbara (BA) por meio do estímulo ao diálogo entre a escola e a comunidade barbarensense como um todo e parceria das instituições universitárias e dos produtores locais, trilhando alguns passos no sentido da promoção do desenvolvimento local como relatado.

Como ensina Antônio Gramsci (1891-1937) na sua trajetória de vida, a educação é uma manifestação da cultura que, assim como as demais manifestações, depende do contexto histórico e social. Está relacionada também ao desenvolvimento tanto de aptidões quanto de potencialidades únicas para que cada um consiga ir aprimorando a personalidade nas suas tantas vertentes (filosófica, política, social, técnica, econômica) influenciando, dessa forma, a formação de uma cultura específica. Talvez isso explique a preocupação desse autor relativa à formação de intelectuais compromissados com a transformação da sociedade.

Carlos Milani, em artigo de 2007<sup>8</sup>, atribui o desenvolvimento local a um projeto político (no sentido gramsciano) de transformação social, consciente, coletivo e inclusivo situado histórica e geograficamente no tempo e espaço específico. E para explicar como isso se processa o autor retoma o conceito de capital social: “O capital social é fonte de recursos, é conjunto de normas, de instituições e de organizações, é forma de reconsiderar normas e valores desempenhados na vida econômica” (Milani, 2007, p.200).

Na sua análise sobre o conceito de Capital Social Milani destaca a contribuição de Lyda Judson Hanifan, um dos pioneiros do termo “capital social” definindo-o, em 1916, como o conjunto dos elementos tangíveis que contam aspectos da vida cotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família. Hanifan parte da ideia de que as redes sociais podem ter valor econômico. Estudando o desenvolvimento rural comunitário nos EUA (Hundred no estado de West Virginia), Hanifan usa o

---

<sup>8</sup> Cf: MILANI, Carlos R.S. Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 12, núm. 1, enero-abril, 2007, pp. 195- 224. Universidade de Santa Cruz do Sul Santa Cruz do Sul, Brasil.

termo capital em sentido figurado e pedagógico ao colocar que o epicentro do capital social estaria na escola (Hanifan, 2003, *apud* Milani, 2007, p.200).

Partindo de autores como John Dewey (“The School and Society”) e Woodrow Wilson (“Evolution of the Country Community”), Hanifan busca entender como valorizar a escola enquanto centro norteador de relações sociais em uma comunidade. Isso porque, na sua compreensão) o indivíduo não pode sobreviver sem a sociedade, sendo o capital social acumulado no sistema social a fim de produzir benefícios econômicos. Essa acumulação ocorre nos momentos de troca. Para Hanifan, a liderança tem papel fundamental no processo de construção e fomento do capital social, seja pelo crescimento do orgulho ou do sentimento de pertencimento à determinada comunidade (Hanifan, 2003, *apud* Milani, 2007, p.200).

Ao analisar o contexto histórico do CEPCV, há uma questão importante a ser considerada: a identificação da escola como instituição que acolhe alunos oriundos de famílias com condições sociais e econômicas menos favorecidas. Ou seja, trata-se de uma escola destinada àqueles socialmente mais pobres, aos vulneráveis, entre os quais se tem o público de estudantes com deficiência. Na sua história, o CEPCV sempre teve pouco investimento estrutural, social e cultural por ser uma segunda opção para professores, pais e alunos que almejavam visibilidade ou “sucesso”.

Normalmente, o Colégio Estadual São José (CESJ) era a primeira opção, por conta de ter sido fundado há mais tempo e dispor de estrutura arquitetônica imponente, com tradição reconhecida e atrelada às elites. Foi projetado para atender às famílias ricas da Bahia, inicialmente como internato da ordem de São Vicente de Paulo, administrado pelas irmãs vicentinas até 2010 e atuando nos ensinos Fundamental II e Médio. O CESJ, da década de 70 era uma das escolas maiores e mais caras da região. Em 1985, a referida Ordem Religiosa estabeleceu um convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia passando a ser uma instituição pública tradicional na cidade. Contudo, somente em 2021, a Ordem religiosa vendeu todo o espaço para a rede estadual de educação da Bahia, interessada na construção de uma escola estadual de novo padrão para o Ensino Médio integral com a intenção de agregar, quando finalizada a reforma, as únicas escolas estaduais das cidades, incluindo nesse processo o CEPCV.

A predileção por outra escola, bem como o preconceito, nunca foram empecilhos para que o CEPCV encorajasse seus alunos a desenvolver suas potencialidades. Prova disso é o aumento da clientela, a partir do ano de 2016, a ponto de ter, em 2023, quase o mesmo número de alunos que o Colégio São José e manter igual proporção de matriculados em 2024, mesmo com

a estrutura no Padrão das novas escolas de tempo integral da Bahia, caso da São José. Inclusive isso faz a coordenação da escola relatar que:

Eu não entendo como é possível alunos e professores do CEPCV ainda resistirem aos encantos da nova escola padrão top do Estado da Bahia, imaginava que a procura por novas matrículas aqui no CEPCV fosse mínima; a estrutura do CESJ é perfeita, imaginei um esvaziamento grande da escola. Como podem preferir uma estrutura minúscula, com problemas elétricos que até hoje impedem a fábrica-escola do requeijão de funcionar? Um calor terrível numa sala com ar condicionado impedido de ligar? Todo mundo se esbarra e a escola continua cheia (Rita Ribeiro, coordenadora do CEPCV no Conselho de Classe de 20 de dezembro de 2023, ao analisar o mapa de classe da escola).

O relato de Professora Maria José de Lima Macedo, atual e mais antiga professora do CEPCV, professora no Atendimento Educacional Especial (AEE) de alunos com deficiência, também chamou a atenção durante essa reunião:

Fui aluna do CESJ, depois me tornei professora, mas o fato de ter sido mãe solteira, foi motivo para que as irmãs de caridade me transferissem de escola, achavam que eu não seria bom exemplo para as alunas. Por isso, sinto tanto amor pelo CEPCV e, mesmo com tempo de aposentadoria, tenho grandes sonhos a realizar nesta escola.

Realmente a trajetória da professora Maria José Macedo na escola é intensa. Com quase 71 anos, ela também é presidente e membro fundadora da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) e, preocupada com a convivência da escola com seu entorno, por meio da COM-VIDA do CEPCV, a docente trouxe o entorno para refletir com a escola problemas comuns a todos. O primeiro tema mobilizado pela escola foi a desertificação, que numa roda de conversa em setembro de 2019, reuniu as instituições públicas e privadas, as associações, sindicatos e as universidades para discutir esta problemática. Reuniu também ex-alunos e amigos da escola que ocupavam lugares nas universidades, nas secretarias e outras organizações.

Percebe-se nos registros de Gramsci, presentes em obras como a de Azevedo (2010), a necessidade de compreender que todos têm direito de participar das decisões da sociedade, e não apenas os considerados pelo grupo social dominante como intelectuais. Para esse autor, o homem é inteligente, pensa e se pensa, utilizando esse intelecto para agir e modificar a sua realidade. O pensamento é também resultado da educação e da formação que se recebe. Logo, a escola precisa investir na formação, contribuir para a implementação e mudanças necessárias à sociedade como um todo.

Por isso a necessidade de acompanhar as mudanças ocorridas, pois assim como a escola influencia a cultura geral da sociedade, igualmente é influenciada por essa cultura. E as demandas de alunos que chegam às escolas é diferente, a cada época. Sendo assim, a escola precisa modificar-se juntamente com as novas percepções de mundo a serem necessariamente repensadas, tanto como método de crítica política quanto de produção de conhecimento.

Vale lembrar que a célula da gestão participativa do CEPCV tem sua concepção na Constituição de 1988, pensada por intelectuais e aprovada na LDB em 1996. Contudo, na implantação da COM-VIDA em 2018 ela foi exercitada, tendo a sua continuidade com a criação da comunidade do *WhatsApp*, se estendendo depois ao núcleo de estudos disciplinares “Sou Barbarense”, que envolve alunos e barbarenses que hoje vivem em outros lugares. Esta comunidade buscou trazer para a escola ex-alunos oriundos da zona rural que se tornaram professores doutores das universidades públicas parceiras. Foi assim que as instituições universitárias começaram a apoiar a escola. Esse processo foi iniciado pelos seguintes professores: Marluce Macedo (UNEB), Silvio Cunha (UFBA), Jaciete Barbosa dos Santos (UNEB), José Raimundo O. Lima (UEFS), dentre outros, que formaram uma Rede que tem se ampliado com os professores Alcides Caldas (UFBA), Pablo Piras (UEFS) e André Nascimento (UFBA). Por meio deles, outros professores universitários sugeriram e se tornaram também colaboradores, dispostos a ajudar com seus núcleos de pesquisas, enriquecer e apoiar os projetos da escola em parceria com as universidades e a comunidade local. Os relatos deles durante as rodas de conversas na escola pautavam temas como o pertencimento, a identidade, a inclusão, a cultura, a inovação, a ciência, a solidariedade, o respeito, a arte, a economia solidaria, confirmando o princípio de que:

A escola é um organismo vivo, que se transforma e é transformada com a dinâmica da sociedade e da vida. Os alunos, “aprendentes”, trazem para a escola o novo, a vitalidade, a vontade de participar e de fazer da escola um espaço que vá fazer a diferença em sua vida. Os professores, “ensinantes”, devem entender que “ensinar não é, apenas, transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. (FREIRE, 2015, p.16).

Essas abordagens têm melhorado a percepção de alunos e professores em relação à escola e fomentado novos projetos de vida, tanto individual quanto coletivo. Um dos projetos coletivos resultantes desse trabalho veio a partir do levantamento de estratégias para lidar com as adversidades presentes no contexto escolar. Uma iniciativa que deu certo foi a Gincana Cultural. Essa atividade surgiu nas primeiras semanas de aula, no início do ano letivo de 2018 como tentativa de lidar com a falta de professores.

### 5.2.1 A experiência da tentativa de municipalização do CEPCV

O ano de 2018 foi marcado por muita escassez, não só em termos do quantitativo de professores necessários para atender ao público de alunos matriculados, mas porque o então prefeito professor Jailson Costa dos Santos, ex-professor da escola, aceitou continuar com a política de municipalização. Em 2007, na gestão de Antônio Alves Mascarenhas que já havia municipalizado o Colégio Monsenhor Luiz Ramos Machado e o Colégio Estadual Wilson Falcão, mais uma tentou municipalizar instituição. Ou seja, o CEPCV foi pressionado para deixar de ser uma escola pública estadual e se tornar municipal.

Essa tentativa provocou problemas na vida funcional dos professores estaduais que tiveram muitas perdas na época. Isso também se deu com as escolas que, além de perder sua identidade, tiveram redução de recursos e investimentos dos programas estaduais; redução das notas do IDEB; e de avaliações internas.

Essa situação gerou uma comoção pública na cidade que rendeu, inclusive, a publicação de um Cordel de autoria da Professora Maria Jose de Lima Macedo em defesa da manutenção da escola pública estadual, acompanhado de um Abaixo-Assinado com mais de dez mil assinaturas. Esse documento chegou à Câmara de Vereadores e uniu membros da oposição e apoiadores do próprio prefeito, que se colocaram publicamente contra a municipalização. Os políticos entregaram um documento de repúdio à iniciativa e de apoio à escola pública, reconhecendo assim a importância educacional, social e cultural do CEPCV no município. O mais importante de tudo isso é que a comissão foi formada pelo Colegiado da escola e toda a mobilização, tanto na internet quanto nas ruas para coleta de assinaturas, foi realizada por estudantes e professores. A adesão à causa da escola foi tão grande que a maioria dos(as) barbarenses foi diretamente assinar o documento.

A primeira experiência relatada por professores estaduais acolhidos após este período pela Gestão do CEPCV para a regularização da sua vida funcional, atrelados com a resistência de pais, alunos e professores, movimentou a população e a gestão com abaixo-assinados e audiências públicas na Câmara de Vereadores, nas escolas, bem como carros de som de pais de alunos levando à mobilização orquestrada pela comissão contra a municipalização. O repúdio à ação do prefeito nas redes sociais ganhou forte repercussão a ponto de ele tentar reverter a situação, convidando membros da comissão anti-municipalização (Maria José Macedo e a diretora da escola) para uma audiência com o então Secretário de Educação do Estado da Bahia, o Sr. Walter Pinheiro. Esse movimento resultou em um acordo e o processo de municipalização



foi abortado. As turmas do ensino Fundamental II do CEPCV, além disso, conquistaram a garantia de cursos Técnico do Eixo de Produção Alimentícia.

Vale destacar que do ponto de vista político, a Gestão do CEPCV estava ciente do argumento incontestável: a escola era a única da Rede Estadual do município naquela época, pois a CESJ era conveniada a uma Ordem Religiosa e as demais instituições eram municipais ou privadas. Ademais, as experiências anteriores de duas escolas públicas estaduais municipalizadas em Santa Bárbara (BA) não foram bem-sucedidas. A rede estadual não poderia mexer na estrutura física do CESJ por se tratar de uma instituição conveniada. Nesse período, politicamente falando, o governo do estado da Bahia estava com a popularidade baixa e precisava manter a escola por conta das possíveis consequências eleitorais. Em contrapartida, a gestão participativa do CEPCV estava com muita aceitação na comunidade e contrariar essa Gestão poderia ser “um tiro no pé” para o governo. Mesmo assim, a Gestão sofreu muita pressão, especialmente interna e ameaças por telefone. Além disso, tudo era sempre muito difícil para esta escola e contrariar os interesses de um prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), dentro do governo do PT, não foi tarefa fácil. Como relata a gestora atual:

Lembro do primeiro encontro de gestores para o qual fui convocada a participar. Chegando lá já tinha três funcionários municipais que se apresentaram como diretores do CEPCV. Mas nosso diferencial no trabalho com projetos não passava despercebido. Neste mesmo encontro, a prefeitura foi obrigada a recuar, pois já tinha um artigo da revista que colocava o CEPCV como escola com potencial criativo, por conta de um projeto desenvolvido pela gestão com o trabalho de fortalecimento dos controles sociais da escola, publicado no Seminário Internacional, o Virtual Educa.

Neste sentido, a Gestão Social do CEPCV elaborou uma estratégia, montou uma comissão de resistência, pactuando que os alunos revelariam seus potenciais e não recuariam dos desafios. Contando com o suporte da escola, outra jornada foi iniciada para aproximar os alunos por meio do Grêmio Estudantil e fomentou a ação do Conselho de Representantes de Turmas. Então, os líderes de turma e o Colegiado passaram a ter uma agenda fixa de encontros com a Gestão e cada grupo apresentava seu plano de ação por ordem de prioridades. O Colegiado ajudava a Gestão a atender as reivindicações dos grupos e, a partir daí, vieram os prêmios, pois os professores se aproximaram mais dos alunos e passaram a trazer novos desafios e propostas de projetos, dentre os quais vale destacar o jornal, *O Sertão Cast*, e a rádio escolar, administrados pelo Grêmio estudantil. Foram iniciadas as visitas técnicas, solicitadas por meio de planos de ações pedagógicos e financeiro e uso das ferramentas digitais; ampliação da rede de internet

para toda escola, dentre outros, fazendo valer os anseios da comunidade escolar que em pouco tempo foram atendidos, sinalizando os efeitos de uma gestão escolar participativa. A sociedade civil da comunidade barbareense se disponibilizou a participar do processo e propôs os dois prêmios já citados: Aluno Nota 10, para os mais engajados e o Carlos Valadares para alunos com melhores notas.

### **5.2.2 O Projeto O Lugar onde Moro, o Lugar onde quero viver**

Nessa trajetória, a escola chegou à marca dos 102 projetos em 2023, apresentados na V Feira de Ciências e Empreendedorismo (nos dias 08 e 09 de novembro de 2023) com a presença das parceiras e muita participação social. Todavia, nesse percurso não tem sido fácil para o CEPCV. Durante a pandemia a escola sofreu perdas de colegas e amigos, foram muitos adoecimentos e perdas de familiares. Uma professora (Margarida das Virgens) foi a óbito em função da COVID. Por ela e por toda escola, neste mesmo período e antes mesmo que a Secretaria Estadual de Educação solicitasse, foi iniciado o retorno remoto dos professores do Atendimento Educacional Especializado com seus alunos, que acabou incluindo toda escola. Foi então iniciado um projeto de reencontro com a esperança e o desejo de sobreviver de forma digna. Nasceu o Projeto ‘O Lugar onde Moro, o Lugar que quero Viver’’: um olhar, social, cultural, político ambiental e econômico em tempos de pandemia. O projeto era realizado de forma remota e 100% online, inicialmente para as turmas do AEE, depois ampliado para todas as áreas de conhecimento. Cada área pensaria em alternativas para se conectar com seus alunos dentro de suas localidades e de acordo com a especialidade de cada professor.

Esse projeto surgiu em função da busca de respostas às demandas das comunidades escolares (rural e urbana) que, naquele contexto, se encontravam isoladas. De forma a intervir socialmente, a gestão do Colégio e os professores passaram a fazer uma integração pelo *WhatsApp* por grupo e proximidades, de modo a promover uma intervenção social. Esse projeto foi feito pensando no desenvolvimento político/cultural, socioeconômico e ambiental, na dinâmica local e territorial, visto que se enfrentava os desafios de uma pandemia, onde era imperativo ativar a reciprocidade e amorosidade para não sucumbir ao medo e ao desespero. Os resultados eram compartilhados com imagens de experimentos realizados dentro de suas casas. A horta da escola passou a ser a horta em nossa casa; experimentos de física, com a criação dos foguetes, acordavam a cidade e, no mesmo horário, eram enviados vídeos nos grupos dos alunos. Receitas

com o requeijão foram compartilhadas, orações coletivas eram socializadas. Muito se conquistou em meio a tantas perdas: solidariedade, afetividade, cuidado, respeito, atenção e cumplicidade criavam um clima de amorosidade e resistência.

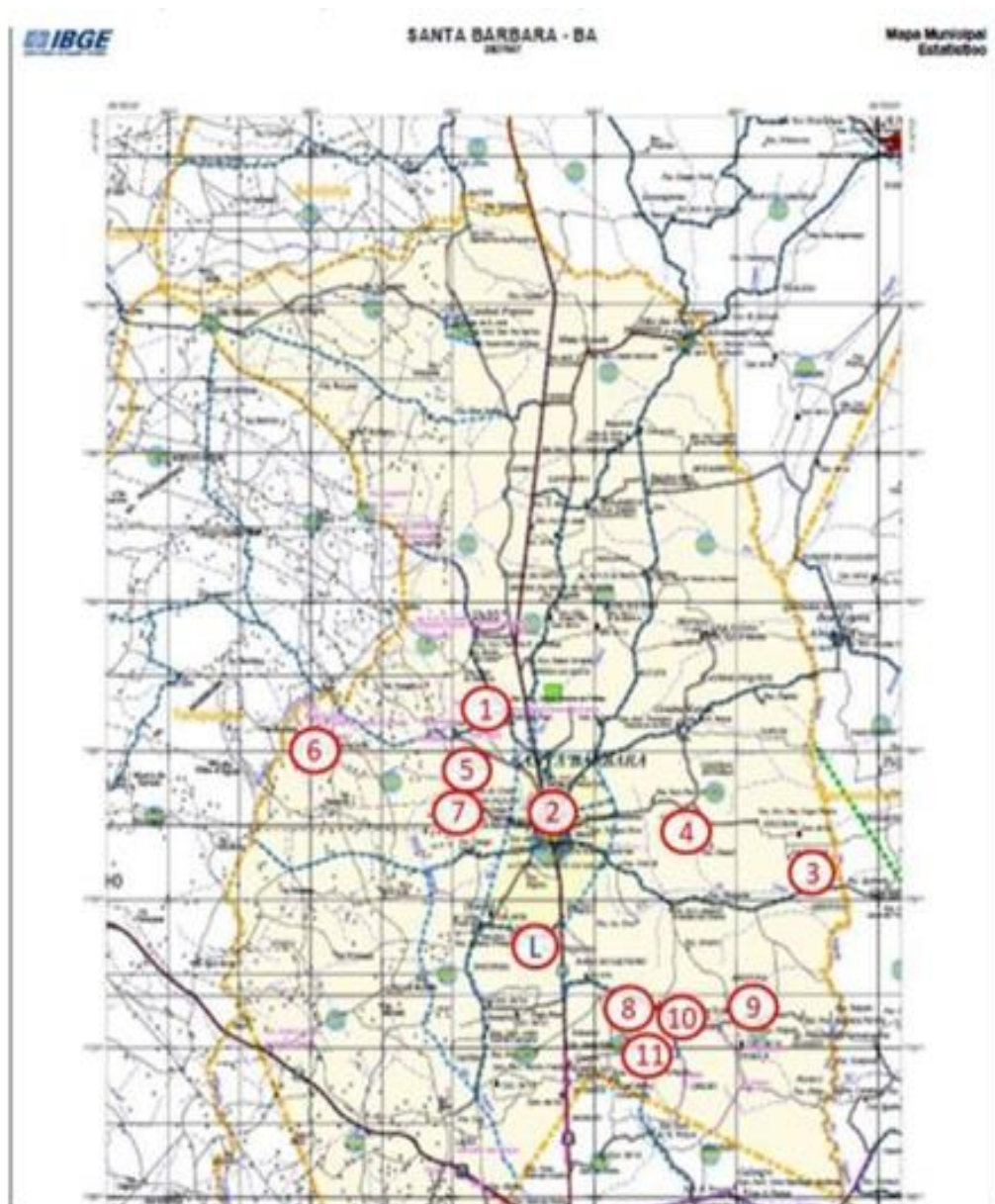
### **5.2.3 A experiência do reconhecimento da Identidade Geográfica do Requeijão de Santa Bárbara (BA)**

A utilização da Fábrica Escola do Requeijão (2022), resultante da implementação dos cursos técnicos do Eixo de Produção Alimentícia (2018), deram um grande impulso para valorização e reconhecimento do CEPCV, que foram muito além da oportunidade de manter a escola estadual funcionando e evitar a municipalização. Na realidade, essa trajetória revela o quanto a gestão participativa da escola trouxe grande responsabilidade, desafios e novas possibilidades de convivência com as adversidades locais. Investir na produção de alimentos no semiárido talvez tenha sido a maior delas.

A COM-VIDA da escola, por exemplo, lançou a proposta de discussão sobre o que fazer para melhorar a cidade considerada, à época, a 5ª. mais seca do Nordeste. Em 2019, a discussão foi ampliada para o reconhecimento da Identidade Geográfica (IG) do Requeijão de Santa Bárbara (BA) como alternativa para o crescimento econômico a partir dos cursos técnicos. Isso tudo atrelado à melhoria do IDEB, cumprindo as reformulações curriculares. Daí nasceu o desejo de realizar o trabalho de forma significativa com projetos relevantes buscando atingir também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com planos inovadores, ambiciosos e interconectados, através do trabalho colaborativo com a adesão da comunidade local, do poder público e das instituições parceiras dispostas a trilhar no caminho da inovação com baixo custo.

A gestão escolar do CEPCV tem buscado desenvolver ações voltadas à inclusão social por meio da valorização dos recursos disponíveis e acessíveis à escola. Daí a relevância dada ao Requeijão produzido na região e o empenho em buscar o reconhecimento deste produto como IG, pelo fato de a escola hoje ter desenvolvido 28 produtos derivados do requeijão com suas 14 turmas do Eixo de Produção Alimentícia (Técnicos em Alimentos e Agroindústria). Além disso, boa parte da população convive com essa realidade cultural, social e econômica, fazendo também do Requeijão barbarensense outro Capital Social. Cumpre então destacar a importância da gestão escolar do CEPCV em articular as ações na luta pelo reconhecimento do requeijão no contexto da IG.

**Figura 7** - Localização das Fábricas de Requeijão Artesanal e Laticínio



**Fonte:** Cobenge dos Santos et al (2020a), baseado no mapa municipal de Santa Bárbara (IBGE, s.d.)

A IG permite vincular um produto ao seu território de origem, levando em conta condições que possibilitam a identificação ambiental (clima, solo, relevo, hidrografia, geologia etc.); do patrimônio local (material e imaterial); e do seu saber (fazer humano transmitido de geração a geração). Atualmente existem vários exemplos de Indicações Geográficas: o queijo Roquefort, na França; o presunto de Parma, o queijo Parmegiano Regiano, o mármore de Carrara, na Itália e os vinhos do Porto, em Portugal. Na América Latina, podemos citar a Tequila do México; o Café da Colômbia; o Pisco do Peru; os Vinhos do Chile. No Brasil, há 104 IGs, das

quais 04 na Bahia, um estado rico em todos os aspectos, mas ainda com poucas IGs, a saber: na Microrregião de Abaíra temos a cachaça que leva esse nome; no Sul da Bahia, amêndoas de cacau; e no Vale do Submédio São Francisco, as uvas e mangas. Hoje em dia temos, ainda em fase de reconhecimento, o Sisal da região de Valente; o Café do Planalto de Conquista; a farinha de Copioba e o fumo, ambos do Recôncavo; o café do Oeste da Bahia; as cerâmicas de Maragogipinho o café de Piatã, na Chapada Diamantina; e o Requeijão de Santa Bárbara (BA) através da mediação do CEPCV.

Cabe ressaltar que para agilizar o IG do Requeijão estão sendo feitas parcerias pelo CEPCV, através da Gestão Social com apoio das Universidades e do poder público e privado; da COM-VIDA; do Portal do Sertão; do Núcleo Territorial Educacional (NTE19) da Superintendência de Educação Profissional; do Instituto Anísio Teixeira; e do INPI. A proposta de Gestão Social para o Reconhecimento da IG do Requeijão barbareense resulta também em uma rede de possibilidades de desenvolvimento local através da cultura, do esporte, da culinária, da geografia e da história local. Assim sendo, se abre espaço para uma intervenção educacional que visa buscar respostas às demandas das comunidades rural e urbana de forma a intervir socialmente com o fomento do bem comum, seja este um produto, um processo e/ou aprimoramento. Propõe-se, portanto, a integração com o mundo do trabalho; universidades públicas (UEFS, UNEB, UFBA); SEC; INPI; Prefeitura Municipal com parceria de todas as secretarias; Institutos Diamantes, Pacatu e Sou Barbareense; associação de moradores locais e rurais em prol do desenvolvimento socioeconômico e ambiental e da dinâmica local e territorial; e engajamento de professores e alunos para tal propósito.

#### **5.2.4 O Campus Experimental do CEPCV**

Com apoio da Superintendência de Educação Profissional da Rede Estadual da Bahia (SUPROT), a gestão do CEPCV implantou o Campus Experimental na Escola para formar profissionais técnicos em agroindústria por meio da Educação Tecnológica voltada a produtores rurais familiares e proprietários de agroindústrias familiares, levando em consideração as necessidades e exigências do setor de produção e comercialização de alimentos, bem como as especificidades do público demandante. O projeto objetiva, além disso, garantir o acesso à formação e à qualificação ao trabalho, emprego e empreendedorismo para atuar em equipe com atitudes éticas e atender exigências trabalhistas.

O público-alvo do Campus Experimental é formado por alunos e ex-alunos do Curso Técnico em Agroindústria do CEPCV; educadores; habitantes de comunidades em situação de vulnerabilidade social de todas as faixas etárias e diferentes condições socioeconômicas; além de representantes de organizações não governamentais que compartilham das mesmas ideias relacionadas ao meio ambiente, cultura e arte, cidadania, inclusão produtiva, espiritualidade, saúde, alimentação e qualidade de vida.

Dados do relatório anual retirado do Sistema de Gestão da Escola em 28 de novembro de 2023, revelaram que o CEPCV possui 624 alunos matriculados, distribuídos em 24 salas de aula nos três turnos de funcionamento: matutino, vespertino (17 salas com 393 alunos, relatório anual) e noturno (7 salas com 189 alunos, relatório semestral). Destes, 194 são do Ensino Médio e Novo Ensino Médio, 388 são do Eixo de Produção Alimentícia; 240 são alunos do curso técnico em Agroindústria; 188 do curso Técnico em Alimentos; e 42 são alunos do AEE em 9 turmas, no contraturno, por quatro professores de 40 horas mais um professor de 20 horas, além de dois técnicos que ajudam na dinâmica destes alunos.

É importante destacar que não existe a contabilização no sistema de 7 alunos por fazerem parte do Programa Nacional de Inclusão de Jovens na modalidade do Projovem Urbano, curso vinculado ao Governo Federal com formação em alimentos em nível fundamental, isto é, fora da média escolar e com idade de até 28 anos. O referido programa é executado pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia para regularização do Ensino Médio em 4 semestres. As aulas acontecem na sala 8 do CEPCV no turno noturno; a gestão financeira é da escola e estes alunos recebem ajuda de custo para alimentação e material pedagógico.

Poderíamos estimar 624 alunos matriculados no segundo semestre (dados de novembro de 2023) numa relação de pertencimento com a escola. Porém, ainda é preciso melhorar a prática destes 388 estudantes do Ensino Técnico (Agroindústria e alimentos) nos três turnos, que são a maioria.

Administrar este público ainda é um desafio. São modalidades, perspectivas, metas e públicos variados, cujos espaços de prática de ensino devem estar adequados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para que exerçam seus propósitos e suas identidades. Até porque, mesmo com a vasta quantidade de projetos nos quais os alunos se identificam e se envolvem, a escola é penalizada com algumas lacunas: não há um agrônomo no corpo docente e nem terra suficiente para a intervenção prática, apesar da existência da Fábrica Escola do Requeijão. Muitos equipamentos que tornariam a prática mais enriquecedora não podem ser

utilizados por causa da rede elétrica ainda bifásica, impedindo alunos e professores de usar adequadamente as ferramentas.

No curso técnico em agroindústria, onde estão matriculados a maioria dos alunos (atualmente são 240 somente desta modalidade e mais 148 nos cursos técnicos em alimentos), prevalece a queixa do espaço limitado da escola. Há 3.000 metros quadrados, mas 2.000 são de área construída, visivelmente impróprio para as práticas dos projetos. Ainda assim, conseguiu-se criar uma pequena horta comunitária de plantas comestíveis e medicinais, bem como uma pequena área reservada às plantas da caatinga.

Esclarecer as motivações da própria realidade, seja sociocultural, ambiental ou econômica que levariam à montagem/compra de itens para o Laboratório e à pertinência da participação dos referidos estudantes também é salutar, pois foram investimentos da escola apontados na participação social da gestão democrática. Assim como indicar as contribuições necessárias à formação dos estudantes da comunidade e seu entorno, fundamentando sua relevância com base na especificidade da temática e no fazer profissional de cada curso técnico participante.

As visitas técnicas de projetos de intervenção da escola elegeram algumas experiências sustentáveis no município. Quatro sítios (Gavião, Fazenda Novo Horizonte, Água Pequena e Haras Ganso) foram citados durante as reuniões da COM-VIDA, tendo em mente a preocupação com o reflorestamento da cidade e o desenvolvimento de técnicas e manejos sustentáveis na produção. A partir daí, tiveram início as visitas técnicas nestes espaços, resultando no Projeto do Campus Experimental, submetido, em agosto de 2023, à avaliação do Núcleo Pedagógico da Superintendência de Educação Profissional que aprovou e solicitou empenho de recurso para o setor financeiro poder financiar o cronograma de trabalhos dos professores das disciplinas no Campus. Estes professores, juntamente com a coordenação pedagógica, conseguiram organizar as visitas técnicas a partir de um fluxo semestral em cada disciplina, às quais sinalizaram a necessidade das visitas com o planejamento interdisciplinar para cada Campus.

Desta forma, o CEPVC conseguiu promover a realização de práticas dos alunos dos Cursos Técnicos em Agroindústria e Alimentos nas suas diversas modalidades e turnos de funcionamento. Focou então na proposta sustentável de atender à necessidade de escolarização e formação profissional dos jovens residentes em Santa Bárbara, em consonância com a realidade econômica e social da região. O curso Técnico assume esta proposta com projetos de trabalho e uma metodologia pedagógica interdisciplinar. Ou seja, uma concepção de ensino e aprendizagem voltada a atender os jovens barbarenses que, em sua maioria, apresenta vínculos com a

agricultura familiar, conforme contextualizado na justificativa dos cursos. Nessa direção, é fundamental refletir que: [...] A ênfase na formação integral do jovem, na participação das famílias na condução do projeto educativo e na gestão da escola, assim como a perspectiva de desenvolvimento local são os outros princípios que, sustentam o projeto pedagógico [...] (Queiroz; Silva, 2008, p. 3).

Assim, a proposta curricular foi organizada a partir das disciplinas de caráter mais prático e com tempo de construção maior, para que o estudante desenvolva o conhecimento construído no tempo da escola/comunidade rural da qual faz parte. Entende-se “[...] que a escola e a comunidade são tempo/espços para construção e avaliação de saberes” (Molina; Sá, 2011, p. 221). Ou seja, a proposta do curso é a de articular teoria e prática, proporcionando aos estudantes a compreensão dos problemas e tensionamentos de sua realidade.

Daí a importância de construir conhecimentos para que seja possível intervir no campo em que os alunos atuarão. Com a experiência nos Campus Experimentais foi possível observar como os proprietários vêm enfrentando o desafio de convivência com a seca no semiárido, especialmente com o agravamento do El Niño, que demonstra o quão cruel e significativo podem ser os impactos desse fenômeno climático no município de Santa Bárbara. À medida que o El Niño agrava a seca, leva alunos e professores a estudar mais sobre a importância da sustentabilidade. Esse fato valoriza a resiliência dos produtores que, com a adaptação de seus manejos, criam estratégias de sobrevivência para suas criações e culturas. Isso realça sobremaneira a importância dos Campus Experimentais como vem acontecendo nas rodas de conversas entre professores, alunos e produtores locais. Comprova que, mesmo durante o curto de experiência com os Campus (setembro a novembro de 2023) já são visíveis os resultados para a escola.

No tempo dedicado ao Campus Experimental, o estudante do Curso Técnico em Agroindústria foi acompanhado por um monitor do Programa Mais Estudo e do professor responsável pelo projeto. O aluno/monitor indicado pelo professor também teve incumbências específicas, como a de incentivar a leitura da realidade a partir de análises e reflexões de experiências vivenciadas no cotidiano e do diálogo e trabalho junto à família, tudo articulado com as políticas públicas e bases teóricas estudadas no tempo-escola. Nesse processo, o professor, acompanhado e orientado pela Coordenação Pedagógica e pelo núcleo da COM-VIDA, provou que os momentos de vivência no Campus favoreceram ações de ensino, pesquisa e extensão a serem continuadas em anos posteriores.

O Campus Experimental escolhido para observação realizada em outubro de 2023 foi o do Sítio Gavião, localizado na Comunidade de Gravatá, no Município de Santa Bárbara (BA),



de propriedade da Família Gavião, onde a já mencionada professora graduada em Letras e especialista em Educação Especial, Maria José de Lima Macêdo, mora e cuida do seu pedaço de chão, utilizando o meio ambiente como fonte para extração de alimentos, remédios e outras necessidades pesquisadas pelos alunos e professores do CEPCV. E é com responsabilidade e equilíbrio que Maria José vem garantindo também a sobrevivência de gerações futuras, com o apoio do seus dois filhos, nora e 4 netos, além de seus 12 irmãos residentes e não residentes no espaço que a ajudam com este projeto de sustentabilidade e busca apoio da comunidade e entorno. O relato da professora esclarece como isso se dá:

No Sítio Gavião é plantado quase tudo misturado às plantas nativas da caatinga, como: pirim, pau – ferro, sucupira, aroeira etc. Também é feito o contrário, é plantada espécies da caatinga, como o ipê, caatinga de porco ou catingueira, acácia, barriguda, angico, mulungu etc. Dentro da roça plantamos mandioca, batata doce, feijão, aipins e outros. As hortaliças se misturam com as PANCS (Plantas Alimentícias Não Convencionais), e as plantas medicinais estão por toda parte, tudo pertinho de casa como reza a permacultura, e misturados a tudo isso e ocupando boa parte do terreno, estão as frutíferas. Cajueiros, mangueiras, pés de acerola, de carambola, pitanga, romã, tangerinas, limoeiros, cajazeiras, licoreiros etc. Além do consumo da família, o Sítio Gavião divide parte da produção com amigos e colaboradores e ainda vende o excedente. Frutas e outras produções que não servem para o consumo vão para o galinheiro para alimentar as galinhas e, posteriormente, serem transformados em adubo natural. As galinhas rendem um bom dinheiro, além de abastecer a família com ovos e carne. Os ovos também são usados para fazer doces. São criados quatro carneiros por ano, em sistema de confinamento, para produção de carne e adubo. O alimento para eles vem de uma pequena plantação de palmas, de folhas e caule de milho, galinhas, capim que jogamos a semente em espaços que precisam ser preenchidos. Fazemos recuperação do solo com cobertura verde e seca, aproveitando a vegetação nativa. A água usada vem da captação de água de chuva do telhado, em caixas que somam vinte litros e de um barreiro, com correntezas por dentro da roça, onde também criam-se peixes. Possuímos um poço semiartesiano perfurado na propriedade. Mas toda a água usada na casa é reaproveitada. A energia é renovável (Solar). E tudo que for aprendido é repassado para os alunos, mostrado na prática para que todos tenham boa qualidade de vida, respeitando a biodiversidade. Das plantas já existentes é feita extração de óleos essenciais, perfumes, cosméticos etc. Há uma enorme quantidade de plantas medicinais, usadas para chás, banhos, defumadores, infusões, compressas...Outras tantas usadas como alimento. E a mais recente contribuição do Sítio Gavião é fazer um viveiro com mudas de plantas da caatinga, de todos os grupos: arbóreos, arbustivo e herbáceos, para controle de uso e conservação da biodiversidade. Este espaço é frequentemente visitado por alunos e professores, como fonte de pesquisa para projetos e extração de matéria-prima dos produtos.

A maneira como Maria José convive no seu espaço constitui experiência única em Santa Bárbara (BA), a ponto de a professora ser tida como referência para alguns produtores locais que pensam em desenvolver a agroindústria de maneira sustentável. Portanto, quando ela permite que a escola entre em sua casa, que também é seu território, e descubra - através da experiência interdisciplinar em parceria com professores do curso de Agroindústria que desenvolvem projetos e produtos de (trans)formação e de preservação ambiental -, demonstra, na prática,

como é possível produzir sem degradar; produzir sem desrespeitar; sobreviver sem destruir; aprender e desenvolver sem condenar as gerações futuras.

## 6 RESULTADOS DA PESQUISA

---

Os relatos destas experiências revelam o esforço de implementação do tripé educação, participação social e gestão democrática no CEPCV. Os pressupostos educacionais da gestão democrática adotados para a melhoria da participação social têm ajudado na organização do trabalho de gestão escolar articulada com o contexto local. A trajetória de (trans)formação contínua desenvolvida pelos projetos acabou sendo ampliada com alunos (curso de formação para o uso consciente das mídias sociais, oficinas do Novo Mais Educação e Educa Mais Bahia, formação para uso de impressora 3D e uso consciente de drone); professores (formações das escolas criativas, dos seminários territoriais, das especializações em parcerias com a UFBA e a SEC-BA); funcionários (cursos de boas práticas, de educação fiscal); e pais de alunos (com o Requeijão Filosófico, Sou Barbareense, palestras, encontros e assembleias e rodas de conversas). Os projetos do CEPCV inspiraram a escola e a comunidade a refletir sobre o contexto escolar e a importância de problematizar a realidade e as dificuldades comuns ao adotar os instrumentos de gestão como possibilidade de ressignificar o local. Isso feito com a mediação da escola, a partir da gestão democrática no contexto local, institucional e profissional que atua com a participação social da comunidade escolar e das interorganizações parceiras.

Nesse contexto, foram acumuladas experiências para a proposição de um Plano de Gestão Participativa no CEPCV, capaz de sistematizar e aprofundar a organização das diversas agendas de participação social pensadas na perspectiva da (trans)formação local e participativa da escola.

É possível afirmar que o ser humano transforma e se transforma por meio da educação. Educa e é educado. Nesse sentido, comungamos com o pensamento de Ghiraldelli (1987, p.9) ao sinalizar que “[...] a educação é antes de tudo uma prática”. Como prática social, a educação pode ocorrer tanto em espaços formais quanto em espaços não formais. E foi com essa perspectiva que se deu o desenvolvimento e a forma participativa na elaboração do plano de gestão no período pós-pandêmico de janeiro de 2021 a outubro de 2023 envolvendo vários segmentos sociais do CEPCV: Colegiado; Grêmios estudantis; COM-VIDA; Associação de pais, professores e amigos do CEPCV; comissão da Identidade Geográfica (IG); e núcleo de Projetos e Fórum de Gestores. Representantes da comunidade também foram incluídos, confirmando o papel da escola pública como espaço democrático, onde os sujeitos são ainda agentes construtores e reconstrutores desse espaço.

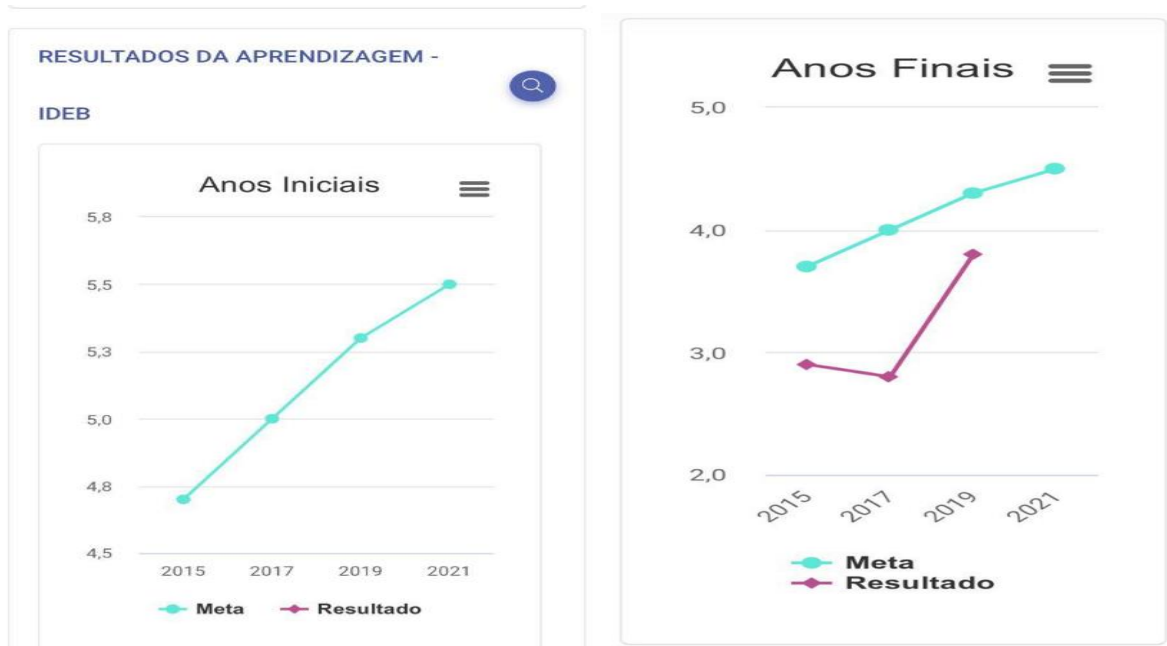
Este modo de perceber a organização da escola pública e de sua importância na tomada de decisões horizontalizadas, não possui um percurso linear. Pelo contrário, está marcado pelos contextos histórico, político, social e cultural de cada sociedade que o implementa com a intenção de promover mudanças nas práticas escolares. Assim, a gestão escolar precisa colocar em prática o que foi acordado por todos e não somente o que acredita ser preciso. É necessário refletir o que a escola é capaz de propor para a sociedade, como ela pensa a sociedade, de que forma elabora suas ações. A comunidade escolar (entendida aqui os alunos, pais, professores, equipe pedagógica, direção, funcionários) do CEPCV anseia por uma escola capaz de trabalhar um currículo vivo e significativo, preparada para que o ensino e a aprendizagem se efetivem por meio da participação social.

A proposta político pedagógica precisa estar alicerçada a uma pedagogia crítica. Carece ser capaz de dialogar e desafiar educador e educando a pensar criticamente sobre a realidade social, política, cultural, geográfica e histórica. Necessita que o educador, como na concepção de Paulo Freire, seja aquele que “[...] ensina os conteúdos de sua disciplina com rigor e com rigor cobra a produção dos educandos, mas não esconde a sua opção política na neutralidade impossível de se fazer” (2000, p. 44).

Além disso, deve dar resposta às demandas externas como a avaliação do IDEB, por exemplo. A diferença é que a dinâmica do CEPCV não foca somente nisso, posto ser o resultado do seu trabalho e compromisso com a comunidade mais ampla o que, inclusive, coloca o IDEB da escola como o maior da média estadual, segundo dados já falados e divulgados pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia acerca dos resultados da aprendizagem crescente dos estudantes. O Gráfico 1 reúne metas e resultados do IDEB do CEPCV referente ao período de 2015 a 2021.

O resultado, conforme ilustrado, mostra uma evolução significativa de 2019 a 2021. Aspecto distinto em relação a dois anos anteriores quando se verifica uma queda na aprendizagem entre 2015 e 2017. O gráfico comparativo (Fig. 8) evidencia uma evolução significativa no resultado da aprendizagem dos alunos (2019- 2021), talvez porque entre 2017 e 2019 as metas não tenham sido planejadas nem houvesse a participação social da gestão democrática.

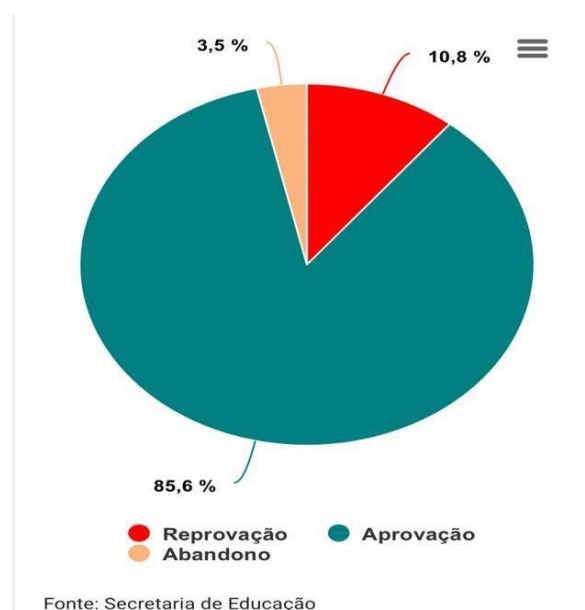
**Figura 8**–Gráfico das Provas do IDEB (2015-2021) do CEPCV



**Fonte:** Dados do aplicativo de gestão da aprendizagem do CEPCV/ SEC-BA

A Fig. 9 traz o Gráfico, no qual visualiza-se o baixo índice de abandono e reprovação se comparado aos anos anteriores, mesmo diante de um contexto de pandemia.

**Figura 9** - Movimentação de alunos durante o ano de 2021



**Fonte:** SEC BA: Dados do aplicativo de gestão da aprendizagem.

A análise revela um alto índice da aprovação, de 2017 a 2021, quando projetos e atividades eram conectados com os interesses da comunidade escolar e os recursos otimizados para produzir os resultados das pesquisas realizadas. Esses projetos, mesmo em período pandêmico, resultaram em um engajamento maior dos alunos com sua própria formação nas diferentes estratégias de conhecimento, valorizando a ciência e a pesquisa, apesar da enxurrada de *Fake News* da época. Os professores se envolveram com os projetos e com os alunos no mundo da informação crítica disponível num momento de pandemia, implicando no aumentos do índice de aprovação em 2021.

Diante desse trabalho vieram as premiações: Em 2021, 2022 e 2023 a gestão recebeu o Prêmio IAF de Educação Fiscal (2º e 3º. lugar na categoria escola). Na Feira de Empreendedorismo e Ciências do Estado da Bahia (FECIBA), dois projetos alcançaram o 1º. lugar (em 2018 e 2022). A Câmara de Vereadores concedeu duas moções honrosas à gestão da escola por conta disso. Antes disso, em 2019, a deputada Neusa Cadore solicitou junto à Assembleia Legislativa uma moção honrosa após participação da escola na FECIBA. Os projetos da escola se destacaram no Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEG) em 2023 e 22 foram selecionados para participar do seminário Territorial em Vitória da Conquista (BA), sendo um escolhido para representar a Bahia no Seminário Nacional de Educação Profissional em Brasília. No dia 28 de outubro de 2023 saiu o resultado dos projetos selecionados para disputar a 11ª. FECIBA. O CEPCV dobrou o número de projetos selecionados no ano anterior e se preparou para levar oito projetos em novembro para Salvador e 26 produtos inovadores derivados do Requeijão para serem apresentados na Feira de Empreendedorismo da Escola (08 e 09 de novembro de 2023) e no III Festival do Requeijão de Santa Bárbara (BA) em dezembro de 2023.

Outro aspecto a ser destacado nesse trabalho é a parceria com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no processo de reconhecimento da IG do requeijão de Santa Bárbara (BA); 3 artigos publicados nacionalmente; 3 trabalhos aprovados na Feira de Agricultura Familiar em 2021; 1 destaque, em 2023, no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão ENAPEG; 2 projetos apresentados (parceria com UEFS); 1 Prêmio Anísio Teixeira; 2 revistas cada uma com 2 edições (literária e Projetos CEPCV); 2 premiações criadas pela comunidade para os alunos destaques do CEPCV (Aluno Nota 10 e Premio Carlos Valadares); 1 seleção para a Maratona Hackthon - Independências do Estado da Bahia; e 1 projeto selecionado para 3ª Semana Nacional da Educação Profissional e Tecnológica transcorrida em 27 de outubro de 2023.

As experiências relatadas, por si, já demonstram o resultado de todas estas (trans)formações de práticas de participação social no CEPCV, possível com o plano de Gestão Colaborativa, construído por meio da participação social e com o auxílio das tecnologias acessíveis aos alunos e comunidade escolar como um todo. As ferramentas da coordenação pedagógica liderada pela gestora, dois vices, uma coordenadora, secretária e um representante do colegiado se alinham a uma equipe empenhada e em sintonia com o Projeto Político Pedagógico (PPP) integrado à Agenda Compartilhada. Fato essencial para que os planos de ações dos projetos desenvolvidos conquistassem êxito com a colaboração dos diversos segmentos de participação social da escola já mencionados.

Verificamos a relevância da gestão participativa para consolidação da gestão democrática, capaz de fazer transformações efetivas numa escola pública, pulsando energia de renovação e engajamento. Um projeto coletivo pautado na democracia, não como utopia, mas como possibilidade de realização concreta planejada e executada para este fim. Isso faz com que percebamos que o retrocesso democrático pode ser compensado pela gestão democrática. Mais experiências dessa natureza precisam ser catalogadas e espalhadas como forma de prevenção, por meio da (trans) formação da gestão para que a democracia não seja ameaçada novamente.

Acompanhar o sucesso dos ex-alunos, fruto desta participação já em outras instituições, ou pautando políticas públicas para a juventude, cultura, educação, saúde, dentre outras, nas conferências públicas municipais, disputando espaços nos controles sociais, inclusive na política, é um forte indicador de como a escola reflete a mudança que deseja. Mostrando-se indispensável para a melhoria de vida da comunidade, bem como para a convivência respeitosa, criativa, produtiva e transformadora.

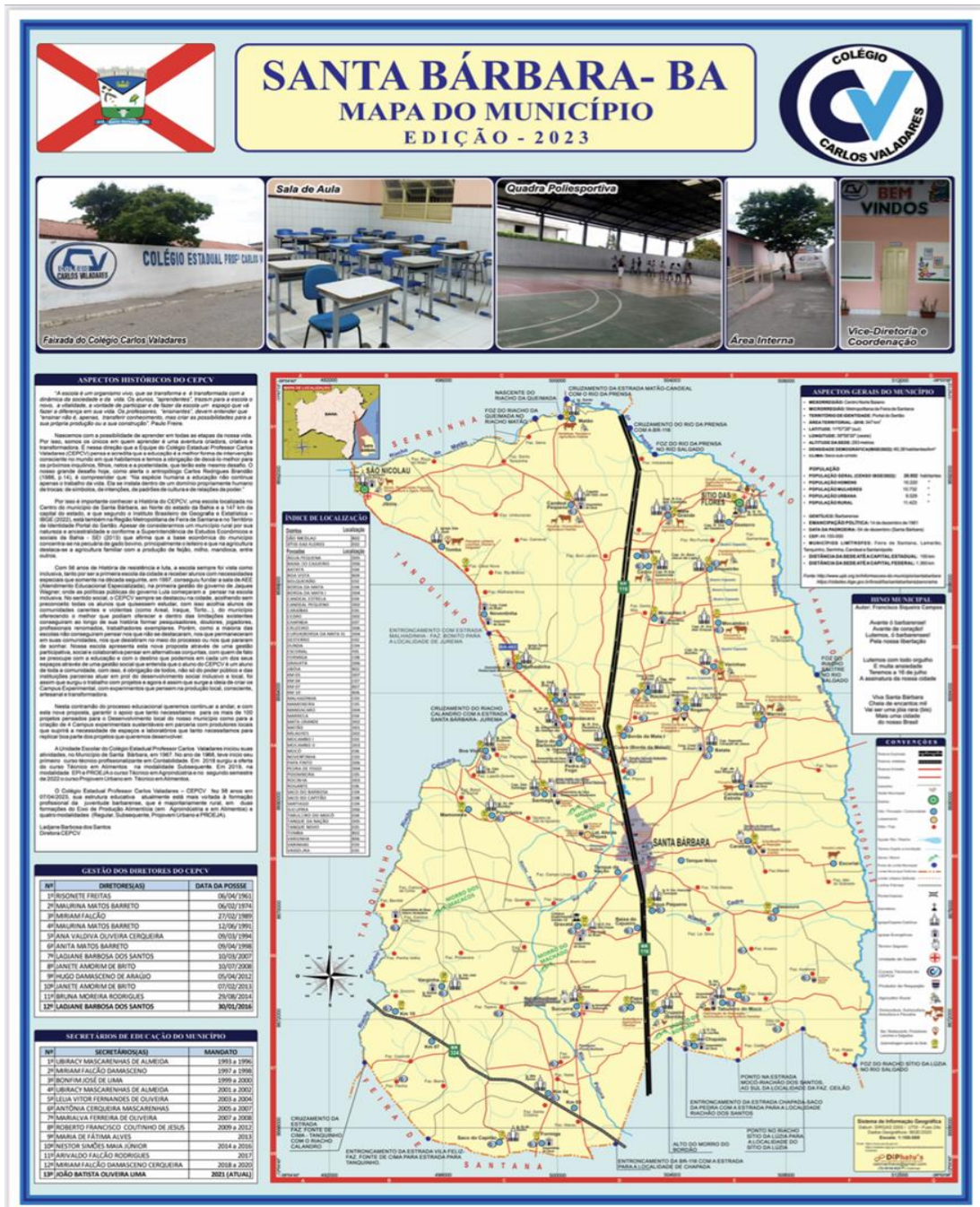
Discutir políticas públicas para mediação do reconhecimento da Identidade Geográfica do Requeijão de Santa Bárbara; ver o portal da cidade com o desenho retratado pelo poder público como Capital do Requeijão Bahia; e apresentar uma proposta de desenvolvimento de Campus Experimentais em parceria com os pequenos produtores para desenvolvimento dos projetos dos alunos, são indicativos de que a transformação vem acontecendo no território local.

Na Fig. 10, apresentamos o Mapa Colaborativo construído após realização da Caravana dos 7 roteiros da Gincana Cultural em maio de 2023, atividade que teve como tema “O lugar onde moro, o lugar que quero viver”, uma retomada do projeto criado durante a pandemia.

A organização desse mapa, possibilitou realizar uma verdadeira imersão coletiva no interior do município, reunindo todas as comunidades rurais, encontrando os alunos da escola

já em prontidão para apresentar suas comunidades após levantamento das possibilidades e limitações de desenvolvimento local. Cada parada foi um reencontro inclusive a gestão e os funcionários escolheram um dos sete ônibus disponibilizados pela escola para chegar às suas comunidades de origem. A autora, particularmente, preferiu se reencontrar com seus pais, moradores de duas comunidades próximas, a quase 12km da cidade: Azeitona e Salgado.

Figura 10 – Mapa de atuação da escola no Desenvolvimento Territorial



Fonte: CEPCV (2023), fruto da Gincana Cultural.



De acordo com o mapa, visualizamos a possibilidade de intervenção dos alunos nas suas comunidades com a ajuda de colegas e professores. Após apontarem as possibilidades e desafios do contexto com a utilização da ferramenta de gestão matriz *swot*, foi possível desenvolver um plano de intervenção socioeducacional, com o objetivo de revelar o capital social (Milani, 2004) do Território barbareense.

O cuidado e a compreensão de toda a equipe sobre a importância de cada trabalho para o desenvolvimento sustentável, traduz a reverberação do desenvolvimento local atuando em nível global, contribuindo com pautas importantes e construindo novas ferramentas que auxiliaram em outros estudos, a exemplo da IG -Identificação Geográfica do Requeijão de Santa Bárbara; da revista dos projetos da escola; da construção do site da escola; e a edificação do Mapa Colaborativo da ação de todos os projetos desenvolvidos.

Claro que diante de tantas demandas existe também cobranças internas e externas. Por isso, identificar e proteger o espaço de atuação da escola é importante para que a comunidade entenda que a escola não concorre com comerciantes, mas cria produtos para inovar. A escola não é a Prefeitura. É uma instituição educacional que faz gestão social visando viabilizar projetos de (trans)formação humana, afinal é assim que o conhecimento deve ser produzido.

Claro também que o CEPCV não é uma escola perfeita; há muitos problemas internos de ajustes de funções; dificuldade em conseguir recursos para todos os projetos; egos inflados; e vaidades tóxicas que permeiam o universo humano em todas as relações. Há também espaços para os descrentes, os acomodados, os encostados e os desatentos ao processo criativo e a onda de (transformações) vivenciados. Sobre os problemas externos, nos cabe cobrar resposta, acionar a participação social e legitimando seus espaços de atuação com o apoio necessário da gestão que sabe do seu dever de ser democrática e, as vezes, se pega em situações de autoritarismo e cansaço, limitação e corporativismo; hábitos que se reconhecem no coletivo e se tenta corrigir de forma humana e acolhedora, evitando constrangimentos.

Outro problema observado está no ajuste da rota, pois os órgãos centrais da educação focam mais nas avaliações externas para dar respostas ao baixo IDEB na Bahia, posta em uma das últimas colocações em 2019: 22º lugar. Ademais, em 2021, o índice caiu para 3,96, ficando na 26ª posição (em relação a 2019, o estado aumentou apenas três décimos) à frente apenas do Maranhão (3,92). Em relação ao Ensino Médio, a rede estadual da Bahia ficou como a quarta pior do Brasil, ao lado de Alagoas e Maranhão (ambos também com 3,5; com esta nota o desempenho da Bahia só foi melhor do que o Amapá (3,1), Pará (3,0) e Rio Grande do Norte (2,8).

O atual governador, professor e ex-secretário de educação tenta, a todo custo, investir na orientação das unidades escolares para focar nas avaliações externas, realizadas no CEPCV em 27 de outubro de 2023. A ação é legítima, mas melhorar a nota de Português e Matemática somente por meio de exercícios e aplicação de provas não é tão relevante. Pressão e altos investimentos para cumprir metas de avaliações externas não são suficientes para o sucesso de uma escola.

As mudanças internas e significativas dão sentido ao conhecimento. Estudar Paulo Freire e agir diferente dele apenas para obter nota, torna a escola um espaço de competição e mina a participação social na gestão democrática, já que outras metas acabam sendo impostas de cima para baixo. Obviamente é importante para o CEPCV uma boa avaliação no IDEB, mas não a ponto de se perder de vista um processo tão bonito de autonomia, identidade e criticidade.

## 7 TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL

As tecnologias de Gestão Social - TGS podem ser representadas como um produto, método, processo ou técnica, criados para solucionar algum tipo de problema social atendendo de preferência aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovados e capazes de serem replicados. Podem se apresentar de várias maneiras: relatórios, dissertações, teses, livros, revistas, manuais, projetos, modelos, planos, guias e legislações, plataformas colaborativas desenvolvidas em sites e aplicativos.

Para viabilizar a TGS faz-se necessário acionar o potencial das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) adequadas à prática da gestão social, especialmente quando visam a melhoria e/ou o avanço da sociedade através de uma vivência ou prática intensiva, produto, método, processo ou técnica criados para solucionar algum tipo de problema social que atendam às questões de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovadas.

As TICs ampliam a capacidade prática da gestão social que busca o desenvolvimento da sociedade. Pode ser considerada como uma estratégia de gestão utilizada para ajudar a construir uma sociedade mais justa, com reflexões e propostas que interajam com muitas pessoas, o que implica no uso racional das tecnologias.

Segundo Castells (2000), as mudanças em direção à sociedade da informação, constituem uma tendência dominante e este paradigma da essência da transformação tecnológica expressando as seguintes características fundamentais, presentes no Quadro 4.

**Quadro 4** - Características do paradigma da essência de transformação tecnológica

<b>A INFORMAÇÃO É SUA MATÉRIA-PRIMA</b>	<b>EFEITOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS</b>	<b>PREDOMÍNIO DA LÓGICA DE REDES</b>	<b>FLEXIBILIDADE</b>	<b>CRESCENTE CONVERGÊNCIA DE TECNOLOGIAS</b>
As tecnologias se desenvolvem para permitir o homem atuar sobre a informação, criando implementos novos ou adaptando-os a novos usos.	A informação é parte de toda atividade humana, individual ou coletiva e, todas as atividades tendem a serem afetadas pela nova tecnologia.	Graças às novas tecnologias está presente em qualquer tipo de processo.	Permite modificação e tem alta capacidade de reconfiguração.	Trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias.

**Fonte:** Adaptado de Castells (2000) pela autora (2022).

A análise do Quadro 4 aponta a experiência da transformação tecnologia, revelando os efeitos das novas tecnologias e sua flexibilidade; o predomínio da lógica das redes e suas convergências que assinalam conflitos os quais interferem na dinâmica do CEPCV, dentro e fora da escola.

No livro “O poder da identidade”, Castells (2000) examina as duas grandes tendências conflitantes e organizadoras da sociedade da informação: a globalização e a identidade. Para o autor, as ações coletivas com determinado propósito, cujo resultado tanto pode vir em forma de sucesso quanto de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade. No primeiro capítulo, intitulado “Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede”, Castells define identidade como a fonte de significado e experiências de um povo. Enfatiza também a necessidade de compreender a nossa contraditória pluralidade. Afinal, “[...] Não existem movimentos sociais “bons” ou “maus”, progressistas ou retrógrados. São eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação” (Castells, 2000, p. 20).

A percepção de demandas sociais e a proposição de soluções tecnológicas realizadas entre academia e as instâncias governamentais, apontadas por movimentos sociais, órgãos do governo ou comunidades locais, é um campo vasto para a pesquisa e merece atenção especial por parte da sociedade civil e do poder público. O uso de ferramentas de tecnologia social vem sendo explorada por muitos pesquisadores, especialmente com o desenvolvimento de tecnologias alternativas surgidas desde a década de 1960, ficando conhecido como Movimento da Tecnologia.

Neste sentido, a satisfação de demandas cognitivas com o objetivo de contribuir com a inclusão social, mediante criação das tecnologias sociais, tem colaborado com áreas diversas como a agricultura familiar; caixas que captam água da chuva; habitação popular; produtos alternativos que barateiam a obra; energias alternativas e limpas; reciclagem de resíduos que contribuem para preservação ambiental; e produção de alimentos e conservação desses, entre muitas outras tecnologias sociais.

A melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está ligada à criação de espaços de participação social, geralmente pouco utilizados no ambiente escolar e nas escolas públicas, apesar de legalmente ser uma condição da Gestão Democrática, pois:

A Gestão Democrática dos sistemas de ensino e das instituições educativas constitui uma das dimensões que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal. Afinal, a Gestão Democrática como princípio da educação nacional sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação (Conae, 2011, p. 59).

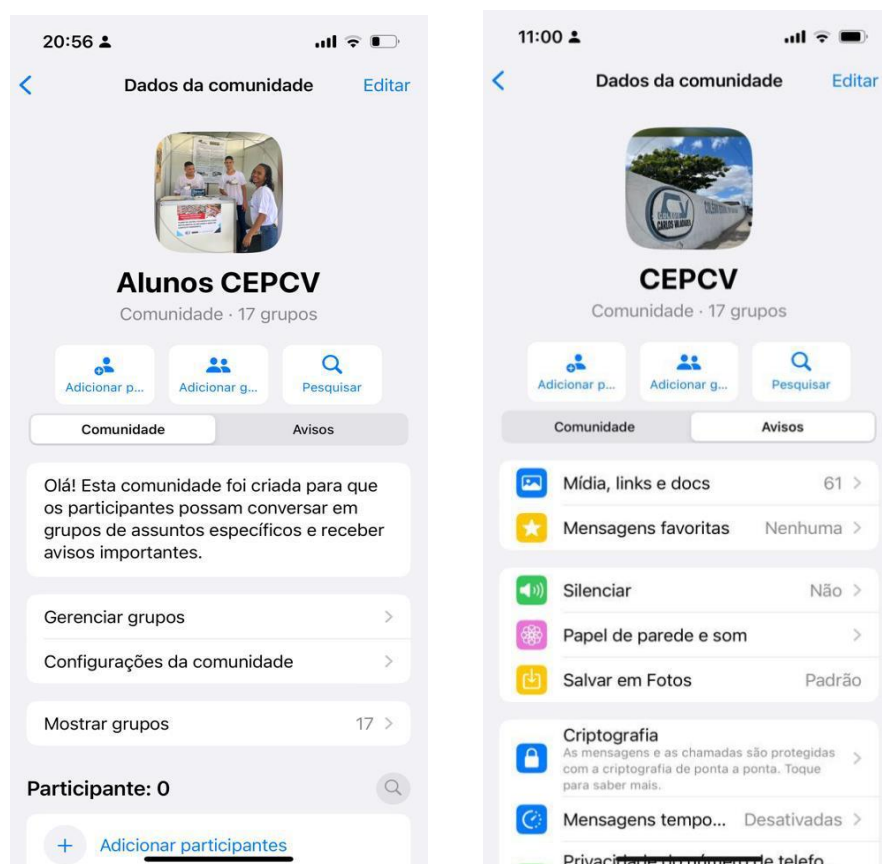
Para suprir a carência de estratégias que estimulem e orientem a gestão democrática nas escolas, proporcionar o engajamento de novos atores sociais comprometidos com a participação social, é necessário a realização de um trabalho que desafie, dialogue de forma aberta e transparente com todos, através de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório documental e de campo. Utilizar técnicas metodológicas de análise de documentos, questionários e de conteúdo com a proposição de inferências e interpretações, torna possível desenvolver como Tecnologia de Gestão Social (TGS) um plano local de fortalecimento dos controles sociais, capaz de estimular o engajamento e compromisso de todos da comunidade escolar. Espera-se, com isso, um impacto imediato nos seguintes campos Econômico (transparência, eficácia, eficiência, planejamento, controle do dinheiro público investido na escola de forma participativa); Social (exercício da Gestão Participativa e colaborativa, como a solução coletiva para os problemas observados na escola e no seu entorno, estímulo ao Exercício da Gestão Participativa, oferecendo um suporte para gestores sociais atuarem na Gestão Democrática das Escolas Públicas; e Ambiental (economia de tempo, energia e diminuição de conflitos internos para a solução dos problemas existentes, tanto interna quanto externamente).

Existe uma carência de pesquisas sobre a atuação da participação social na escola pública, especialmente acerca das práticas de participação e de articulação de uma gestão democrática. Afinal, a relevância estratégica da participação favorece a inserção dos atores sociais nos processos de decisão nas políticas públicas locais necessárias à promoção de uma educação de qualidade.

Já existia a intenção de desenvolver uma TIC que pudesse ajudar na comunicação, que contribuísse com o fortalecimento das práticas da participação social no exercício da gestão democrática do CEPCV. Portanto, o presente estudo revelou o potencial da participação social na Gestão Democrática, favoreceu a inserção de novos atores sociais nos processos de decisão nas Políticas Públicas locais necessárias à promoção de uma educação de qualidade por meio do uso dessas ferramentas, da seguinte forma:

- a) Gestores administram as comunidades dos grupos de *WhatsApp* de alunos (17 grupos), e outra comunidade com a rede de inter-relações que a escola desenvolveu (17 grupos), conforme Fig. 11:

**Figura 11** - Comunidades criadas para avisos do CEPCV (*WhatsApp* da gestão)

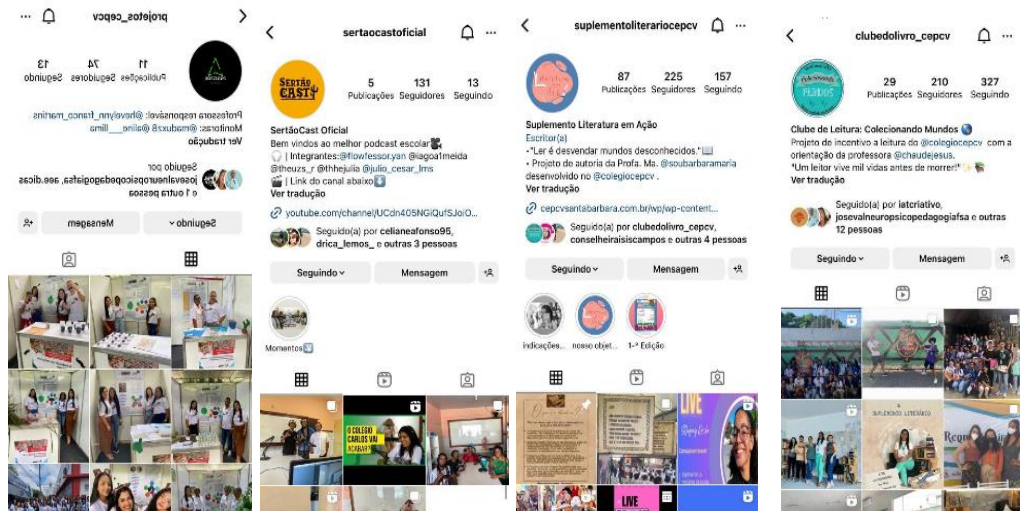


**Fonte:** *WhatsApp* da gestão

- b) Projetos dos alunos gerenciados pela dupla responsável e monitorado pelos professores. A ferramenta exposta demonstra a possibilidade de otimizar o tempo para publicar avisos da Gestão por meio da transmissão simultânea nos grupos de *WhatsApp* de alunos (17 grupos) e das interorganizações (17 grupos de organizações parceiras da escola), que colaboram com a gestão, destacando os seguintes grupos: grupo IG, grupo COM-VIDA, grupo Inclusão, grupo projeto. Radio escolar, jornal, *podcast*, revista literária, Colegiado, Associação de Pais e outros.

É possível verificar como funcionam as redes de comunicação de cada projeto, além dos grupos de *WhatsApp* e dos encontros semanais, presencial e virtual; ainda sobra tempo para socializar suas ações no Instagram de cada projeto, que a escola tenta agregar de uma outra forma, seja divulgando os QR Codes dos grupos no site ou no protótipo do aplicativo “É tudo nosso”.

**Figura 12-** Instagram dos projetos da escola



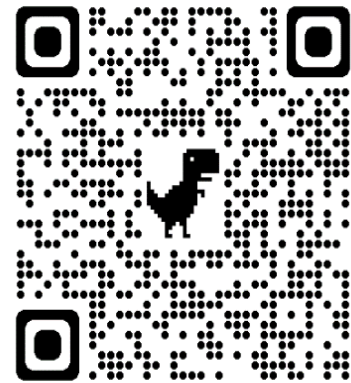
**Fonte:** Instagram administrado pelos representantes dos projetos.

Percebe-se a oportunidade de avaliar o alcance de cada projeto de acordo com as visualizações compartilhadas, a criatividade e o registro das produções durante o percurso de cada projeto. Recentemente, a gestão do CEPCV lançou um desafio: construir com os alunos uma *web série* de cada projeto com a resposta dos estudantes envolvidos. Em menos de duas semanas do desafio, já era possível compartilhar duas destas experiências.

c) Site da Escola

Na Fig.13 é possível perceber algumas das páginas do site do CEPCV, ainda em processo de construção para servir de repositório das atividades desenvolvidas na escola.

**Figura 13-** Páginas do site que apresentam um resumo das ações dos projetos



**Fonte:** Site da escola <https://cepcvsantabarbara.com.br/wp/>

O site tem várias utilidades e a autora elege como mais importante para o CEPCV a de organizar os projetos e permitir o compartilhamento das propostas de intervenção social, além da publicação dos programas para quem quiser assistir a qualquer momento.

d) Jornal da escola: eletrônico e impresso com alunos do grêmio estudantil

Sobre o jornal da escola, iniciado com a organização de um professor da área de linguagem, pode-se destacar a potência desse meio, sobretudo para que os alunos do Grêmio recrutem colegas com perfil para a área. Isso, atualmente, é feito com total autonomia dos estudantes (Fig. 14).

**Figura 14-** Jornal CEPCV



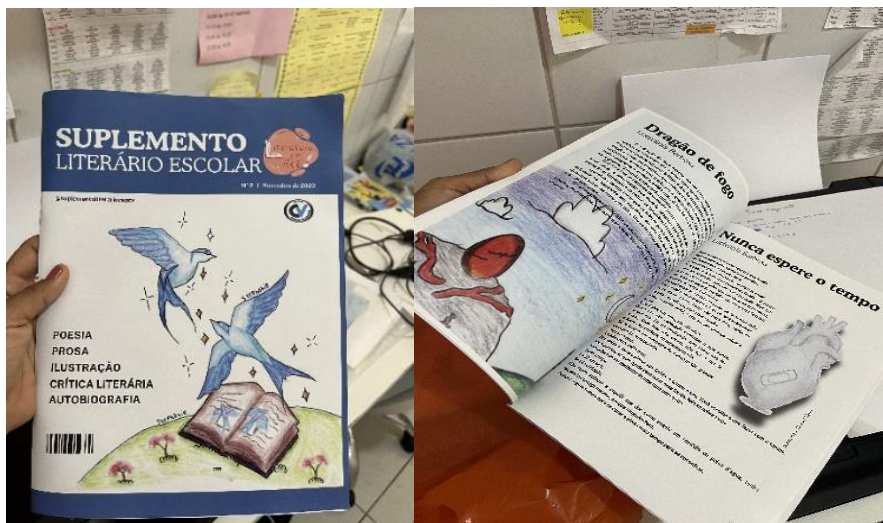
**Fonte:** <https://www.instagram.com/colégiocepcv/>

e) Revista Literária

A Fig. 15 apresenta uma dos projetos mais concorridos da escola, a Revista Literária, resultado das atividades desenvolvidas com o clube do livro.



**Figura 15** - Suplemento literário (2 edições 2022 e 2023)



Fonte: Acervo da escola socializado

A revista literária com apenas dois anos de lançamento, tem mudado rotas, vidas, e dado forma às emoções, gostos e escolhas dos alunos. Desde a primeira edição, a professora seleciona os alunos que constroem cada suplemento literário, sendo o resultado apresentado em formato de rodas de conversas, curadorias, lançamentos oficiais, visitas e apresentações em feiras e festivais.

Em seguida vem o Instagram da escola, rede social de maior acesso, compartilhado por alunos, pais, comunidade e interorganizações que colaboram com as ações que são compartilhadas (Fig. 16).

f) Instagram da Escola: Colegiado e Coordenação

**Figura 16-** QR do Instagram da escola



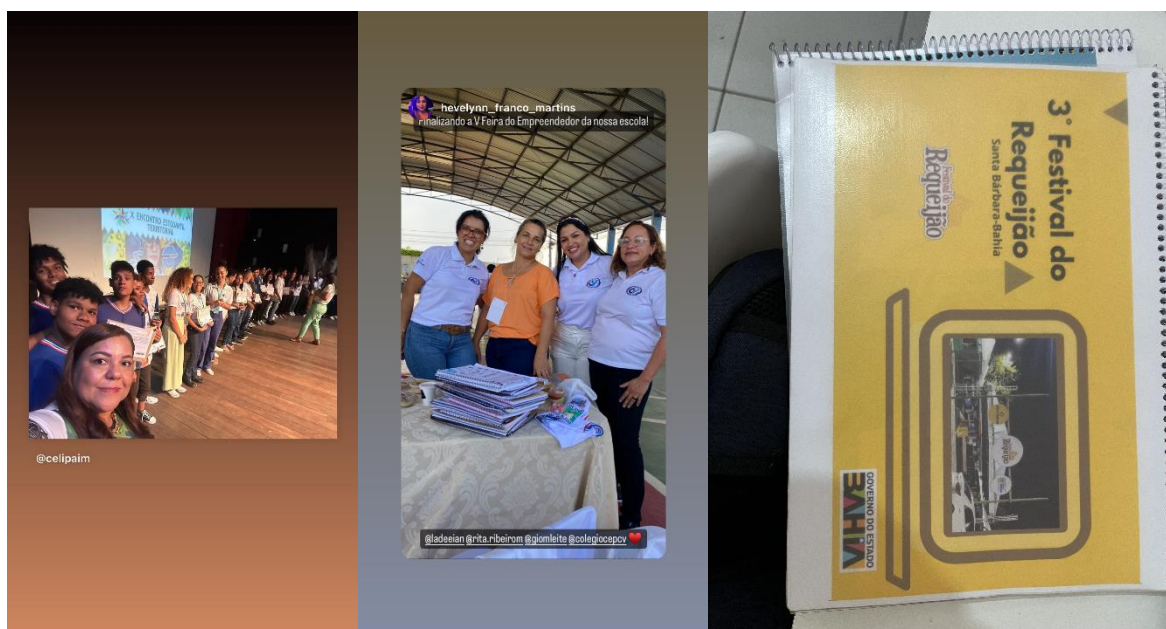
Fonte: Rede social CEPCV.

O Instagram da escola, administrado pelo colegiado, integra em tempo real as diversas atividades do dia a dia, compartilha notícias, avisos e reposta temas de interesse comum, dados sobre educação e informações importantes.

Existe também a produção de *Portifólios* dos projetos que fazem toda diferença na organização dos resultados dos projetos.

g) *Portifólio* com a produção dos alunos em atividades desenvolvidas pelos projetos

**Figura 17-** Registros de atividades da escola com produções e produtos desenvolvidos para ou com a comunidade



**Fonte:** Rede social de colaboradores da escola.

A produção de cada *portifólio* dos projetos é feita com a participação do professor de cada área; geralmente são avaliados por notas das disciplinas envolvidas em cada projeto. Isso é uma forma de se preparar para outras feiras e atividades que exijam este documento. Além disso, os alunos expressam satisfação ao apresentar o trabalho dentro e fora da escola. O potencial de (trans)formação da Participação Social na Gestão Democrática está “[...] no reconhecimento e na validação dos sujeitos da comunidade escolar. Tudo que é realizado por eles (alunos) é de intenso comprometimento, isso para um professor que gosta do que faz é motivo de realização” (Professora Isabela, 2023).

Há carência de estratégias de gestão que estimulem e orientem a gestão participativa

nas escolas, proporcionando o engajamento de novos atores sociais comprometidos com a participação social. Apesar disso, existe a intenção de desenvolver no corpo do Plano Local de Efetivação do Controle Social o aplicativo intitulado “É Tudo Nosso” para contribuir com o fortalecimento das práticas de participação com sugestões, denúncias, críticas e soluções, podendo vir a ser uma ferramenta para melhoria da gestão democrática da escola pública. Com o exercício efetivo da gestão democrática na escola, utilizando-se dos espaços físicos e virtuais, é possível que, a longo prazo, tenhamos uma população mais engajada, empoderada e legitimada pelo exercício da democracia participativa.

A relevância estratégica de ação colaborativa na gestão democrática escolar facilita a inserção dos atores sociais nos processos de decisão nas políticas públicas locais necessárias à promoção de uma educação de qualidade com rapidez e transparência. Talvez com a replicação da tecnologia social, se possa ajudar o desenvolvimento socioeducacional do território. É notável a carência de estratégias de gestão que estimulem e orientem a gestão participativa nas escolas e proporcionem o engajamento de novos atores sociais comprometidos com o protagonismo e participação social.

Cabe então apresentar o protótipo do Aplicativo “É Tudo Nosso”.

É importante ressaltar que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia aprovou a proposta e foram feitos três orçamentos para o desenvolvimento. Atualmente, aguarda-se a liberação de recursos o que, por conta da atual crise, impede que o aplicativo comece a ser utilizado. Na proposta, o *login* será o número da matrícula e a senha a data de nascimento de cada usuário.

O aplicativo em questão é um sistema inovador e sua aplicação prática facilitará e estimulará a dinâmica de participação envolvendo todos os segmentos da escola (alunos, pais, professores, Gestão, Colegiado). Este produto, além da Educação Pública, pode ser adaptado para: CGU, Rede Pública de ensino, gestores de escola, prefeituras e escolas particulares interessadas em adequar o serviço a sua realidade local. Portanto, configura-se numa TIC bastante útil para o fortalecimento do Controle Social e a escola, utilizando o aplicativo de celular, poderá ter facilitado o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da participação dos seus membros na Gestão Democrática. O escopo da solução do aplicativo deverá ser desenvolvido para a plataforma *Android*, com as seguintes funcionalidades:

1. Cadastro de professores;
2. Cadastro de alunos;
3. Cadastro de plano de ação;

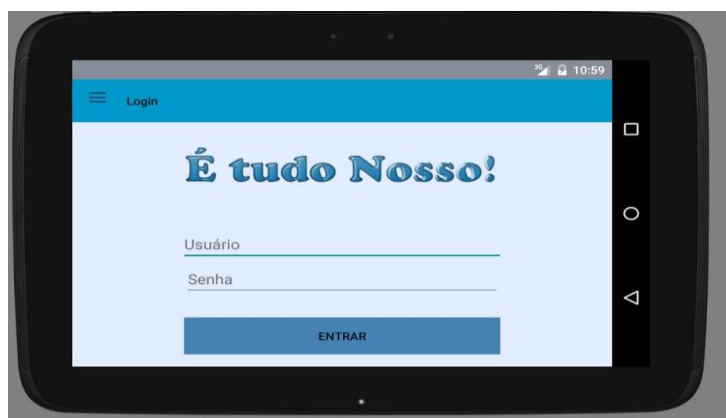
4. Cadastro de notícias;
5. Demandas locais e externas;
6. Transparência
7. PPP Participativo
8. Minha Contribuição
9. Minhas reivindicações
10. Pesquisas
11. Agenda Compartilhada
12. Prestação de Contas
13. Pautas do dia
14. Informes

Quanto à confidencialidade, o conteúdo deste escopo constitui informação privilegiada e, como tal, só pode ser utilizado exclusivamente no cumprimento e execução das condições estabelecidas, sendo expressamente vedado às partes: utilizá-lo para fins outros que não os previstos neste instrumento; repassá-lo a terceiros e/ou empregados não vinculados diretamente ao objeto proposto.

Na Fig. 18 demonstramos como será possível acessar o aplicativo “É tudo nosso” por meio do usuário (e-mail da conta enova, que todos os alunos e professores já têm acesso) e senha (data de nascimento). É importante esclarecer que as figuras 18, 19 e 20 são parte de um protótipo de aplicativo de gestão colaborativa desenvolvido para utilização de toda comunidade escolar na Gestão Democrática do CEPCV. Trata-se de uma ferramenta de participação social que será administrada pelos representantes eleitos por cada segmento do Colegiado (aluno, professor, gestão, funcionários), presidentes da COM-VIDA e representante do núcleo de projetos.

### Protótipo do Aplicativo

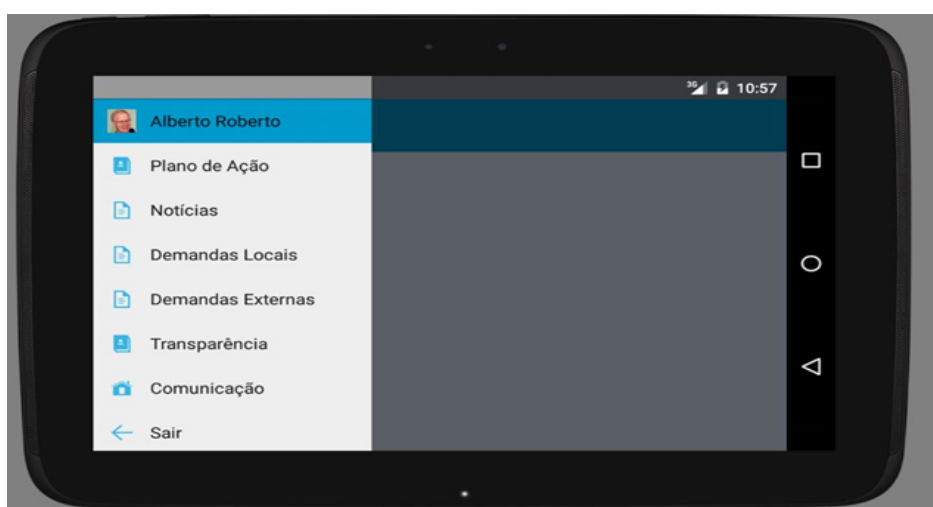
**Figura 18** Tela de Login aplicativo é tudo nosso



**Fonte:** Elaborado pela autora (2017). aprimorado em 2023.

A segunda tela trará as opções que aparecerão para cada usuário, que terá a oportunidade de atualizar seu perfil com foto, endereço, telefone, segmento que representa, idade e um espaço para descrição do seu perfil profissional e pessoal. Quanto às opções, estarão disponíveis para todos os usuários o Plano de Ação da gestão da escola. No caso específico do CEPCV, temos, dentre os possíveis usuários, a Associação de Pais, Professores e Amigos do CEPCV; Colegiado Escolar; alunos; funcionários; gestão e membros comunidade parceiros da escola; líderes de Sala e da Comissão Pró-Grêmio.

**Figura 19** – Tela de operacionalização



**Fonte:** Elaborado pela autora (2017), aprimorado em 2023.

A segunda tela, correspondente ao espaço onde usuário poderá realizar ação colaborativa para socializar por meio da participação social na Gestão democrática e seus responsáveis. Possibilitará ao usuário interagir com as dinâmicas da escola, conhecer as diversas propostas, opinar, se inscrever, construir e inovar.

A proposta do aplicativo é a de compreender a dinâmica da gestão, as ações dos segmentos de professores, alunos, funcionários, gestão e membros da comunidade local que são parceiros da escola vendo as Notícias. As Demandas Locais correspondem às necessidades elencadas por cada segmento Social, enquanto as *Demandas Externas* dizem respeito às listadas pelo Núcleo Territorial Educacional 19 – NTE-19 da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC-BA, dos projetos e demais questões necessárias. A Transparência faz um *link* com o Portal da Transparência e Transparência na Educação. A Comunicação será reservada a agendamentos para conversas em grupos, data de reuniões e assembleias, comunicados importantes, resultados, organização de conselhos, eleições, etc. Clicando em Sair, o usuário encerra o login.

### Menu de Ações:

A tela seguinte, demonstra como será o registro dos Planos de Ação dos diferentes segmentos com identificação do setor, usuários, e-mail e contatos.

**Figura 20** – Tela do Plano de Ação:



Setor	Telefone	E-mail	Plano de Ação
Gestores	35658966	gestor@mec.gov.br	Executar obras na sala
Colegiado	3658966	colegiado@mec.gov.br	Informatizar a secretaria
Grêmio Estudantil	36985632	gremio@mec.gov.br	Reunião mensal dos alunos

**Fonte:** Elaborado pela autora (2017), reproduzido em 2023.

A intenção é a de servir à rede pública de ensino e ajudar gestores de escola que queiram realizar a Gestão Participativa, podendo ser replicada para prefeituras. Este produto também poderá ser expandido para outras instituições públicas que prezam pelo exercício do Controle Social na Gestão, a exemplo da CGU e demais órgãos de controle.

As etapas de desenvolvimento começam com o levantamento de informações sobre os controles sociais e aplicativos existentes. Para isso, será feita uma pesquisa de produto, registro, acompanhamento e avaliação das ações propostas e contribuições dos representados, bem como um relatório síntese para divulgar os resultados do plano com a utilização do aplicativo.

Vale ressaltar que o aplicativo “É Tudo Nosso!” participou da etapa final do concurso Ideias Inovadoras, ficando entre os seis finalistas, na categoria oito, em 2015. Em 2016, concorreu ao prêmio nacional de Educação Fiscal, o único do Estado da Bahia na disputa. Os itens abaixo servem como proposta de função para cada opção prevista no aplicativo:

#### ➤ Planos de Ação por segmento:

- Gestores;
- Lideranças de classe;
- Colegiado;

- COM-VIDA
- Núcleo de Projetos
- Interorganizações (secretarias e universidades)
- Professores;
- Funcionários;
- Associação de pais, de amigos, e outros;
- Grêmios Estudantil.

➤ **Transparência - Instituições:**

- Secretaria de Educação (Municipal / Estadual);
- Avaliações externas; prova sabe, Saeb e Enem
- Conselhos
- MEC – Ministério da Educação e Cultura;
- Secretarias Públicas (Municipais e Estaduais);
- Jornais locais;
- Podcast
- Radio escolar
- CRT
- Interorganizações (universidades, institutos, associações, organizações)

➤ **Demandas Externas**

- |                             |                                      |
|-----------------------------|--------------------------------------|
| • Singeduc;                 | • Comunicações;                      |
| • Avaliações externas;      | • Atas;                              |
| • Diário Oficial do Estado; | • Ofícios;                           |
| • Diário Oficial da União;  | • Bilhetes;                          |
| • Jornais;                  | • Comunicado;                        |
| • Ouvidorias;               | • Pauta de reuniões;                 |
| • Educação Inclusiva;       | • Abaixo-assinado;                   |
| • Fóruns;                   | • Recibo;                            |
| • Ministério Público;       | • Certidões;                         |
| • Justiça; Saúde;           | • Redes Sociais;                     |
| • Ação social: CREAS, CRAS  | • Comunidades                        |
| • Conselho Tutelar          | • Aviso/notificações;                |
| • Transporte;               | • Contato: E-mail; <i>WhatsApp</i> ; |
| • Campanhas;                |                                      |

➤ **Demandas Locais: (com responsáveis previstos)**

- |                           |                           |
|---------------------------|---------------------------|
| • Da gestão;              | • Funcionário;            |
| • Dos líderes;            | • Alunos;                 |
| • Do Colegiado;           | • Com-Vida;               |
| • Do Grêmios Estudantil;  | • Fóruns;                 |
| • Dos Conselhos;          | • Associações;            |
| • NTE 19;                 | • Projetos estruturantes; |
| • Secretaria de Educação; | • Jogos estudantis;       |
| • Professores;            |                           |

- Pais;
- Educação Inclusiva;
- Delegacia;
- Câmara de vereadores;
- Prefeitura;
- Ouvidorias;
- Poder Judiciário: Ministério Público;
- Poder Legislativo
- Poder Executivo: secretarias
- Audiências públicas;
- Prestação de contas;

A proposta do aplicativo “É tudo nosso” foi socializada para implementação das ações em tempo real. Existe atualmente proposta de atualização do protótipo durante jornada pedagógica e na segunda etapa da Jornada, dias 07 e 08 de março de 2024, incluindo como proposta a gestão dos 102 projetos atualmente desenvolvidos na escola.



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A educação é um direito inegociável e a perspectiva inclusiva tem levado para dentro das escolas estudantes dos mais diferentes contextos sociais e com diversas formas de aprender e de estar no mundo, o que tem provocado questionamentos, reflexões e a necessidade de um espaço educacional que faça valer o direito de aprender, de participar, de desenvolver todo o potencial dos estudantes. E, sobretudo, a reivindicação de uma escola que se constitua em um verdadeiro espaço para as diferenças humanas, de combate à discriminação e ao preconceito. Para dar conta desses desafios, a escola necessita de uma gestão capaz de atender tais reivindicações. A minha vivência enquanto gestora de uma escola que apresenta muitas demandas de inclusão e a percepção de dificuldades sentidas por mim e por outros colegas gestores, especificamente no que diz respeito à gestão escolar, foram as razões que despertaram o interesse por pesquisar e conhecer mais sobre a realidade na qual atuo.

A pesquisa procurou investigar como a Gestão Democrática do CEPCV conseguiu mobilizar comunidade de uma Escola Pública no sentido de fortalecer o seu território - a cidade de Santa Bárbara (BA) - na busca de alternativas viáveis, de baixo custo e sustentáveis, que pautaram políticas públicas, mudanças sociais e melhoraram a aprendizagem dos alunos, conforme descrito ao longo do trabalho, bem como nos apêndices e anexos ao final desse estudo.

Se buscou, por meio dessa investigação, atingir os objetivos da pesquisa evidenciado com o experimento da Gestão Democrática no contexto de uma escola estadual pode funcionar como instrumento de colaboração para o fortalecimento do Território no qual a escola se insere. Ficou nítido como a implementação da Gestão Democrática, ao longo da experiência do CEPCV (2016 aos dias atuais), tem promovido mudanças sociais na escola e na comunidade local, inclusive melhorando a aprendizagem dos alunos, envolvendo os diferentes segmentos e atores que compõem o espaço escolar, além de obter o apoio das instituições que contribuem com as ações de mediação para o Desenvolvimento Territorial.

A experiência construída no CEPCV revelou uma trans(formação) cotidiana por meio de participação social assumida em assembleias; discussões comuns; verificação de contas; e participações em eventos municipais, estaduais, nacionais na prefeitura, escolas, câmara de vereadores, associações, sindicatos, conselhos, agremiações e órgãos colegiados por meio da participação social.

O estudo revelou que no espaço escolar é possível se pensar em várias formas de exercício da participação social e investigar como essa é exercida no interior do CEPCV, onde alunos são convocados constantemente a fazer escolhas, dialogar, tomar decisões, posições, baseados na coerência e na ciência, exercendo sua cidadania e sua participação em tempo real numa gestão dinâmica e democrática. Afinal, pensar a participação social na gestão democrática como ferramenta de defesa da própria democracia é pensar na perspectiva da (trans)formação local. Pois, conforme Freire (1979, p. 10): “Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens”.

A cada ano, e no decorrer do tempo, vem surgindo novos atores com ou sem engajamento com as demandas da escola. A construção de uma escola dialógica, democrática, com a intenção de ser redistributiva precisa entender esta dinâmica. Isso requer formação, ética, respeito, tempo e experimentos. O problema é que os experimentos vieram mais rápido que as outras coisas, o que pode gerar desgastes, improvisos e conflitos. A escola que em 2016 só tinha um projeto, em 2023 possui a ter 105, sendo que alguns com mais destaque que outros, o que não invalida o esforço coletivo.

Muitos destes projetos conseguem mobilizar funcionários, familiares e amigos no percurso. É gratificante observar o empenho de todos na realização dos produtos.

Devemos considerar esse cenário mesmo diante da rotina exaustiva de uma escola integrada a vários cursos e modalidades - Ensino Médio, Médio Integral, Profissional Subsequente, Proeja, Epi, Atendimento Educacional Especializado e Pró-Jovem Urbano, que atendem a três superintendências de Profissional e Especial; Meio Ambiente; e Gabinete que, infelizmente, não conseguem se comunicar nem atender demandas recorrentes da escola com a agilidade ideal.

O CEPCV, pelo quantitativo de envolvidos no mesmo espaço com 622 alunos, 35 professores, 20 funcionários, além de instituições parceiras, requer um esforço grande da gestão e, especialmente, da coordenação para saber lidar com os desafios, as vaidades, o egoísmo, a indiferença e a falta de entusiasmo, especialmente dos que chegam de paraquedas, encaminhados pela secretaria de educação/NTE 19 e possuem prioridades que, muitas vezes, não refletem o chão da escola.

Assegurar uma rotina escolar que dê resposta às burocracias impostas de um sistema nacional de educação engessado por controle, projetos de permanência de poder e por

prioridades que são mais político-partidária que educacional, é tarefa hercúlea Atender a uma estrutura de poder que não pretende abrir mão de vaidades, desejos de auto promoção para dar respostas a uma política neoliberal que defende nota como sinônimo ou garantia de sucesso, muitas vezes atrapalha o processo de Participação social na gestão democrática da escola pública. E mesmo se tratando neste momento de governo democrático, é preciso que a Educação seja um projeto coletivo de sobrevivência humana.

Os discursos do presidente Lula (2023) com ênfase na sustentabilidade não são suficientes, ainda que todas as estruturas de poder compreendam que o local reflete no global e vice-versa. Pensar e agir precisam de respostas rápidas, coerentes e precisas. É necessário dar mais espaço para a participação social não somente na escola, mas em todas as instancias públicas que devem de fato ser democráticas já que, por direito, o são. A gestão democrática requer identidade, compromisso coletivo, (trans)formação da cultura da instituição, espaço de inovação, compartilhamento de visão e valores, compromisso, colaboração, oferta de espaço físico adequado ao exercício da autonomia.

A escola é um espaço de possibilidades de trocas e capacidade de reinventar-se, conviver com diferenças, inclusive geracionais que partilham valores, princípios, culturas, crenças, técnicas, pensamentos, costumes e ideias. Ao mesmo tempo, é um espaço de potencialidades e valores que favorecem a percepção de mundo, a imersão em diferentes experiências, como as observadas no CEPCV com energia, instalações, induções, criatividade, solidariedade, parcerias, novas alternativas de coexistência e sobrevivência humana. Isso faz a escola pulsar, pois vivemos um momento em que é preciso pensar e buscar soluções para que o problema de agora não comprometa o futuro.

Permanecer na inércia, aguardar mudanças de cima pra baixo, parece se constituir na via mais cômoda para quem não deseja se comprometer com o seu processo de crescimento coletivo e engajado, que não reflete com as demandas atuais e nem se preocupa com as próximas gerações. Realizar prova de Enem e se preparar um futuro distante, já não são argumentos suficientes para manter o aluno na escola, embora ainda possa corresponder aos anseios de alguns pais. Os desafios da escola convivendo com síndromes novas, como ansiedade, transtornos, depressão, talvez seja uma forma de perceber que a sociedade está adoecendo. Assistir a nossos alunos se cortando ou se automutilando podem (e devem) ser sinais do que as palavras não sabem expressar. Conviver em uma sociedade doente pode produzir uma geração doente. O desencanto, o sofrimento, a dor precisam ser acolhidos pela sociedade. E a escola precisa acolher mais e, ao mesmo tempo criar condições para libertar palavras presas que se

expressem não em cortes, sangue ou morte, mas em encontro, voz, força, criatividade, desejo, acolhimento, sororidade e esperança. A experiência no CEPCV revelam observações de práticas de (trans)formações abarcando um pouco dessa realidade, ou apesar dessas adversidades.

Nesse contexto, as redes sociais, as TIC, trazem esta proposta de atentar para a necessidade de aproximação de um projeto de sociedade que não permita conviver com o que não funciona, a farsa, a indiferença, a falta de perspectiva, a degradação da vida, a exploração, o preconceito, a escassez de sonhos e o descaso social. Se desde cedo isso ocorrer, acredito que possivelmente teremos novas possibilidades. É por comungar dessa perspectiva freiriana que defendo não “entregar os pontos”. A escola humanitária, participativa e democrática é possível e ainda vale a pena sonhar por ela, através de um projeto de sociedade em que se estabeleça a Democracia de fato e de direito. É urgente assegurar um avanço em comunhão com um modelo mais humano, consciente e solidário de democracia, que permita produzir uma consciência de valores éticos em todas as instâncias e com o apoio das interorganizações atuantes no macro e no micro, em consonância com essencial a essa finalidade.

Assim, considero que o propósito desse trabalho de pesquisa foi atendido, na medida em que apresenta também o protótipo de uma TIC, o aplicativo “É Tudo Nosso”, bem como outras ferramentas de comunicação presencial e virtual para a gestão democrática utilizada na escola, com a inclusão dos planos de ação, projetos de trabalho, notícias e demais campos. Isto é, traz para linha de frente o diálogo direto para acompanhamento da ação, a socialização de estratégias eficazes de decisão coletiva dos recursos utilizados, bem como espaços para divulgação das pesquisas, registros dos resultados dos trabalhos realizados pelos professores e alunos. A socialização e devolutiva destes para a comunidade estudada ou beneficiada, pode ser um mecanismo que ajude o CEPCV e, quiçá, possa ser replicado para outras instituições.

Quando o aplicativo for viabilizado, a gestão democrática poderá contar em tempo real com a ajuda da Participação Social da Escola. Esta proposta será apresentada para a secretaria de Educação do Estado da Bahia e outros órgãos interessados no financiamento. Caso não exista manifestação de interesse, a autora procederá o registro da plataforma.

Porque acreditamos na tecnologia humana e na responsabilização da defesa da democracia ser de todos. No entanto, a participação social precisa de instrumentos acessíveis e rápidos para sua atuação. Esperar que esta ação vá surgir por interesse da gestão dos grupos que se beneficiam da ignorância se resume simplesmente a perda de tempo. O engajamento precisa de instrumentos e força para fortalecer a participação social e cobrar a gestão democrática.

A urgência em acolher o humano em todas as suas contradições e diversidade é uma estratégia boa de coalisão de forças em prol do que realmente interessa. Por isso, acredito que o uso de aplicativo apresentado nessa pesquisa (É Tudo Nosso!), prioriza ações importantes para todos. Temos como certo de que à medida em que cada usuário fizer uso, votando, colaborando, mudando, inovando, os planos irão se ajustar.

Futuramente mais ferramentas como esta poderão ajudar na conquista de uma democracia que facilite a atuação dos membros e colete informações no campo da participação social; que valorizem as boas práticas, a cultura sistêmica e a busca por uma sociedade mais humana, solidária e justa. Enfim, compartilha-se a ideia de Freire (2001, p. 30) ao afirmar a necessidade utópica de crer, sonhar e efetivar a educação, pois “[...]minha diferença está no otimismo crítico e nada ingênuo, na esperança que me alenta e que inexiste para os fatalistas”.

Somos todos “ensinantes e aprendizes” como dito pelo mestre Paulo Freire. Somos também humanos e limitados, muitas vezes considerados “impedidos” de ter direito ao que nos é de direito. Este trabalho não objetiva um título na carreira. Sua inspiração é para além disso. Intenciona fazer algo em prol da participação social e da gestão democrática no município ao qual pertencço, onde um dos melhores requeijões da Bahia, quiçá do Brasil, ainda não teve o reconhecimento que merece e o CEPCV se prepara para oferecer.

Como gestora, ensinando e aprendendo, num momento em que a democracia esteve a um passo de ruir, considero importante agrupar escola, comunidade, interorganizações em prol desse selo Identidade Geográfica que enaltece não apenas a qualidade de um produto, mas de uma população em situação de desigualdade socioeconômica e que tem, na Educação Profissional, um aporte para galgar novos caminhos sustentáveis e inovadores. Atualmente são 28 produtos inovadores que têm como matéria prima o Requeijão de Santa Bárbara, inclusive há uma experiência do requeijão temperado sem lactose de alunos e professores, publicada pela revista Internacional *Cuadernos De Educación Y Desarrollo* (Martins, 2023).

Somos todos seres políticos. Não podemos negar isso, pois cada ato ou ação em si é revolucionário e sobreviver em momentos de crise é uma prova incontestável disso; um ato realmente revolucionário.

É importante enfatizar que, após essa pesquisa, sinto-me mais apta a defender e realizar a participação social na Gestão Democrática da escola como tarefa diária e constante, por meio da qual será preciso entender o emaranhado em que nossas redes de relações podem nos envolver. Neste sentido, considero como caminho o protagonismo do cidadão comum, seja ele aluno,

professor, funcionário, instituições, pais de alunos. Afinal, democratizar o acesso aos mecanismos decisórios da esfera pública, através de mecanismos tecnológicos, estruturais e sociais, é um desafio não apenas do CEPCV, mas de toda a sociedade brasileira.

Ao elaborar a Tecnologia de Gestão Social (TGS) como forma de fomentar novas ideias e dar transparência aos processos socioeducativos, políticos, educacionais e inovadores, coloco-me do lado da Ciência, da inteligência humana, para produzir o que é bom e o que o coletivo elegeu como bom. Obviamente, sei que essa trilha é longa e de difícil acesso, mas creio ser possível e viável transpô-la de maneira civilizada, evitando o caos e a barbárie que por muito pouco escapamos. Talvez ainda não sejamos seres tão evoluídos, mas nada nos impede de ter ideias e perseguir os princípios básicos e norteadores da dignidade humana no coletivo do qual somos parte.

As ferramentas utilizadas fazem parte de um trabalho de exercício humano de mais de sete anos na gestão do CEPCV (2016 aos dias atuais), após quase 10 anos depois de ter sido gestora da mesma escola (2007-2008). O aplicativo “É tudo Nosso!” não corresponde a uma utopia, mas sim à viabilidade de pensar na democratização dos espaços públicos como um bem comum a todos, que precisa ser conservado, melhorado e defendido como instrumento de democratização de políticas públicas a serem experimentadas no ambiente escolar.

Trata-se de maneiras pensadas para fazer valer o direito de conhecer e transformar em um espaço criado exatamente para isso...a escola. É neste lugar público que compartilhamos conhecimento, mudamos a rota insensata do retrocesso em todas as áreas e, mais particularmente, na Educação. Até porque, a partir da Educação, as peças passam a ser movimentadas a favor dos menos favorecidos e ainda não compreendidos como cidadãos.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimação da ação. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 50. N° 3, p. 443-464, 2007.

\_\_\_\_\_. L. **Teoria democrática e deliberação pública**. **Revista Lua Nova**. N° 50, p. 25-46. São Paulo. CEDEC, 2000.

AZEVEDO, Fernando *et al.* A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo. In: **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Fernando de Azevedo [et al.]. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 33-66.

BAHIA - Secretaria da Educação. **Regimento Unificado 2011** Disponível em: < : <file:///C:/Users/User/Downloads/regimento-escolar-2011.pdf> pdf> Acesso 10 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Escolas sustentáveis: quais os caminhos?** Salvador, SEC, 2016. 296 p. Projetos que representam a Bahia na IV Conferencia Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente "Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis". disponível em <<http://www.file:///C:/Users/Lady/Downloads/coletania-escolas-sustentaveis.pdf> Acesso em: 22 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria a Educação. **Escolas sustentáveis: quais os caminhos?** Salvador, SEC, 2016. p. 296 Projetos que representam a Bahia na IV Conferencia Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente "Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis". Disponível em <<http://www.file:///C:/Users/Lady/Downloads/coletania-escolas-sustentaveis.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL, Câmara dos Deputados, 2011. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020). PL nº 8.035 / 2010 / Organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 106 p. – (Série Ação Parlamentar; n. 436)

\_\_\_\_\_. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1988. Disponível em:< [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoComplilado.htm](HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoComplilado.htm) >. Acesso em: 23 jan. de 2016

\_\_\_\_\_. MEC, 2008. **Documento Final da Conferência Nacional da Educação Básica**. Brasília. Brasília: MEC

\_\_\_\_\_. Secretaria Geral da Presidência da República, 2011. **Democracia participativa: nova relação do Estado com a Sociedade – 2003-2010**. Brasília: SG/PR (2a. ed.).

\_\_\_\_\_. SR/PR, 2011. **Democracia participativa: nova relação do Estado com a Sociedade – 2003-2010**. Brasília. SR/PR (2ª edição).

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BOHMAN, James. A **democracia deliberativa e seus críticos**. **Meta política**. Vol.4, nº. 14. p. 24-47. DF, México: CEPACOM, 2000.

- BRAVA, S. C. 2008 **A construção democrática e o futuro**. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=131>>. Acesso em 28 nov. 2021.
- CASTELLS, Manuel, **A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.2000.
- \_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).
- COSTA, S. **Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina**. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, Nº 4, 2004, pp. 703 a 78.
- CNTE, 2009. **Revista Retratos da Escola**. v. 3, n. 4, jan/jun/2009. Brasília: CNTE  
Disponível em:  
([https://www.cnte.org.br/images/stories/retratos\\_da\\_escola/retratos\\_da\\_escola\\_04\\_2009.pdf](https://www.cnte.org.br/images/stories/retratos_da_escola/retratos_da_escola_04_2009.pdf), 2009, p. 289) Acesso em 07 de nov 2023.
- ESCÁMEZ, J.; GIL, R. **O Protagonismo na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FISCHER, T. M. D. **Instituições, interorganizações e gestão do desenvolvimento territorial**. - Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2019. Disponível em:< [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32556/1/ebook\\_-\\_instituicoes\\_interorganizacoes\\_e\\_gestao\\_do\\_desenvolvimento\\_territorial.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32556/1/ebook_-_instituicoes_interorganizacoes_e_gestao_do_desenvolvimento_territorial.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. Painei **Entrevista com Paulo Freire**. Belo Horizonte, de 18 a 24/06/1989, vol 1, novembro, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A sombra desta Mangueira**. São Paulo. Ed. Olho d'Água. 120p., 2001
- \_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. Editora: Paz e Terra, 2015
- GIANNELLA, Valéria; BATISTA, Vanessa Louise. Metodologias Integrativas: Tecendo Saberes e Ampliando a Compreensão. **Revista RIGS**, 83-108, Escola de Administração, Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social. – Vol.2, no. 3 (set./dez. 2013)-. - Salvador: EAUFBA, 2013 < <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/issue/view/854/167>>. Acesso em 07 de fevereiro 2023.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47. maio-ago. 2011.
- Gramsci, A. **Problemas do materialismo histórico**. In A. Gramsci, Obras escolhidas. (pp. 19-66). São Paulo: Martins Fontes. (1978d).
- HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.



- IBGE. **Portal das cidades e estados**. 2008. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/santa-barbara.html>>. Acesso em 10 mai. 2022.
- JOHNSON, Steven. **De onde vêm as boas ideias**. Editora: Zahar, 2011.
- LIMA, Marcia Regina Canhoto. **Paulo Freire e a Administração Escolar: a busca de um sentido**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- MARTINS, H. F.; OLIVEIRA, L. C.; ALMEIDA, E. V. S. das V.; DA SILVA, G. F. Produção de requeijão temperado para intolerantes à lactose: praticando a alimentação inclusiva através de aulas práticas no Colégio Estadual Professor Carlos Valadares. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 15, n. 11, p. 14324–14337, 2023. DOI: 10.55905/cuadv15n11-073. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/2274>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- MARQUES, Binho; NOGUEIRA, Flávia; LAMBERTUCCI, Antônio Roberto; GROSSI JR, Geraldo. **O Sistema Nacional de Educação: em busca de consensos**. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/marques\\_nogueira\\_lambertucci\\_grossi.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/marques_nogueira_lambertucci_grossi.pdf)> . Acesso em: 14 de dezembro de 2021.
- MILANI, Carlos R. S. Como articular o 'capital' e o 'social'? Teorias sobre o capital social e implicações para o desenvolvimento local. In **Redes**, UNISC (Santa Cruz do Sul), v. 9, n. 2, p. 31-54, 2004.
- \_\_\_\_\_, Carlos R. S. Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, ISSN: 1414-7106, Universidade de Santa Cruz do Sul Brasil, p. 195 - 224, jan/abr. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056858010.pdf>. Acesso em 15 dez. 2023.
- MOURA, J.F.E. de. **Condições da democracia**. Disponível em: <<http://www.amatra4.org.br/publicacoes/cadernos/caderno-05?start=4>> Acesso em: 12 nov. 2014.
- PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ROCHA, Enidy. **A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafio**. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2021/04/10/criticado-pela-onu-presidente-da-fundacao-palmares-coleciona-retrocessos/>>. Acesso: 20 dez. 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto: Afrontamento, 2003.
- \_\_\_\_\_. **"Quando o local é global e vice-versa"**, in Rig, Tadeu e Spolidoro, Vera (org.), Porto da cidadania. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo", in Oliveira, Francisco de e Paoli, Maria Célia (org). **Os sentidos da democracia**, 1999.
- SANTOS, M.S. e mais 34 autores. (2020) **Santa Bárbara e os PET/MEC UEFS em sintonia com a Agenda 2030 da ONU**. Pôster no XIX ENEPET 2019, São Luís, Maranhão.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro:

Fundo de Cultura, 1961.

YOUNG, Iris Marion. **Representação Política, Identidade e Minorias**. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

REVISTA Literária Projeto do Clube do Livro da Escola CEPCV. Disponível em: <  
<http://cepcvsantabarbara.com.br/wp/2022/12/21/suplemento-literario-do-colegio-estadual-prof-carlos-valadares/>> Acesso 10 jan. 2023.

**ANEXOS**

**Anexo 1:Relatório anual Alunos do Turno Matutino e Vespertino de 2023**

Modalidade	Ano/Série/Outros – Turno	Total de Estudantes	Total de Turmas
<b>TECNICO EM <u>AGROINDUSTRIA-ENSINO MEDIO INTEGRADO</u> EPI</b>			
EDUCACAO PROFIS-SIONAL E TECNOLOGICA	1ª SÉRIE - MATUTINO	<u>34</u>	1
EDUCACAO PROFIS-SIONAL E TECNOLOGICA	1ª SÉRIE - VESPERTINO	<u>29</u>	1
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>63</b>	<b>2</b>
<b>TECNICO EM ALIMENTOS-ENSINO MEDIO INTEGRADO EPI</b>			
EDUCACAO PROFIS-SIONAL E TECNOLOGICA	1ª SÉRIE - MATUTINO	<u>23</u>	1
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>23</b>	<b>1</b>
<b>TECNICO EM <u>AGROINDUSTRIA-ENSINO MEDIO INTEGRADO</u> EPI</b>			
EDUCACAO PROFIS-SIONAL E TECNOLOGICA	2ª SÉRIE - MATUTINO	<u>44</u>	2
EDUCACAO PROFIS-SIONAL E TECNOLOGICA	2ª SÉRIE - VESPERTINO	<u>38</u>	2
EDUCACAO PROFIS-SIONAL E TECNOLOGICA	3ª SÉRIE - MATUTINO	<u>21</u>	1
EDUCACAO PROFIS-SIONAL E TECNOLOGICA	3ª SÉRIE - VESPERTINO	<u>10</u>	1
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>113</b>	<b>6</b>
<b>NOVO ENSINO MÉDIO</b>			
EDUCACAO REGULAR	1ª SÉRIE - ITINERÁRIO FORMATIVO - TEMPO PARCIAL - MATUTINO	<u>18</u>	1

EDUCACAO REGU-LAR	1ª SÉRIE - ITINERÁRIO FORMATIVO - TEMPO PARCIAL - VESPERTINO	<u>26</u>	1
EDUCACAO REGU-LAR	2ª SÉRIE - ITINERÁRIO FORMATIVO - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS E CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - MATUTINO	<u>34</u>	1
EDUCACAO REGU-LAR	2ª SÉRIE - ITINERÁRIO FORMATIVO - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS E CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - VESPERTINO	<u>26</u>	1
EDUCACAO REGU-LAR	2ª SÉRIE - ITINERÁRIO FORMATIVO - TRANSDISCIPLINAR I - MATUTINO	<u>29</u>	1
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>133</b>	<b>5</b>
<b>ENSINO MÉDIO</b>			
EDUCACAO REGU-LAR	3ª Série - MATUTINO	<u>45</u>	2
EDUCACAO REGU-LAR	3ª Série - VESPERTINO	<u>16</u>	1
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>61</b>	<b>3</b>
<b>Total da Escola:</b>		<b>393</b>	<b>17</b>

**Fonte: SEC-BA/ SINGEDUC**

**Anexo 2: Alunos do Noturno do 2º. Semestre de 2023 (modalidade semestral)**

<b>Modalidade</b>	<b>Ano/Série/Outros – Turno</b>	<b>Total de Estudantes</b>	<b>Total de Turmas</b>
<b>TECNICO EM ALIMENTOS-SUBSEQUENTE</b>			
EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	MODULO I - NOTURNO	64	2
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>64</b>	<b>2</b>
<b>TECNICO EM AGROINDUSTRIA-PROEJA</b>			
EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	MODULO II - NOTURNO	24	1
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>24</b>	<b>1</b>
<b>TECNICO EM ALIMENTOS-PROEJA</b>			
EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	MODULO II - NOTURNO	21	1
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>21</b>	<b>1</b>
<b>TECNICO EM ALIMENTOS-SUBSEQUENTE</b>			
EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	MODULO III - NOTURNO	40	1
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>40</b>	<b>1</b>
<b>TECNICO EM AGROINDUSTRIA-SUBSEQUENTE</b>			
EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	MODULO III - NOTURNO	12	1
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>12</b>	<b>1</b>
<b>TECNICO EM AGROINDUSTRIA-PROEJA</b>			
EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	MODULO IV - NOTURNO	28	1
<b>Total da Oferta de Ensino:</b>		<b>28</b>	<b>1</b>
<b>Total da Escola:</b>		<b>189</b>	<b>7</b>

**Fonte:** SEC- BA/ SINGEDUC

**Anexo 3: Alunos do Atendimento Educacional Especializado de 2023**

<b>ALUNOS ATENDIMENTOS NAS TURMAS DE AEE POR TURNO</b>				
NTE 19 - PORTAL DO SERTÃO: SANTA BARBARA				
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR CARLOS VALADARES				
Escola	Turno	Quant. de Turmas	Quant. de Professores	Quant. de Estudantes
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR CARLOS VALADARES	<b>MATUTINO</b>	0	3	14
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR CARLOS VALADARES	<b>VESPERTINO</b>	0	4	22
COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR CARLOS VALADARES	<b>NOTURNO</b>	0	2	6
<b>Total da Escola:</b>		<b>0</b>	<b>9</b>	<b>42</b>

**Fonte:** SEC-BA/ SINGEDUC

**APÊNDICES**



**Apêndice 1** - Convite para participação na entrevista**Prezado (a)** \_\_\_\_\_

Eu sou Ladjane Barbosa dos Santos e estou cursando o Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia. Meu projeto de dissertação de mestrado intitula-se “ESTUDO DE CASO DE (TRANS) FORMAÇÕES DE PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO COLÉGIO E. P. C. VALADARES SANTA BÁRBARA-BA”. Cabe salientar que os critérios para participação na pesquisa é que você tenha algum vínculo com a escola ou participe da Gestão Social existentes na instituição. Convido-lhe a participar deste estudo, pois esta pesquisa poderá contribuir para ampliar reflexões acerca do fortalecimento da Participação social (da escola) na Gestão Democrática da Escola. Vale informar que tive acesso ao seu endereço eletrônico, concedido pela instituição mediante autorização prévia, após a aprovação desta presente pesquisa.

Sua participação nessa pesquisa deve ser voluntária e consistirá em você nos conceder uma entrevista (individual, feita pela pesquisadora) com duração aproximada de 60 minutos, em data, local e horário dentro de sua disponibilidade. Cabe esclarecer, antecipadamente, que se alguma pergunta da entrevista lhe causar qualquer desconforto, você poderá deixar de respondê-la sem nenhum problema. Ao participar desta pesquisa assumo o compromisso de que você não será identificado (a), permanecendo em anonimato qualquer informação que identifique os sujeitos da pesquisa, conforme conta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que você receberá antes da entrevista.

Os resultados desta investigação serão devolvidos para a instituição, no sentido de contribuir para melhorar as Políticas Públicas e fortalecimento da participação Social na Gestão democrática para a (trans) formação da escola pública. Esses resultados também serão publicados de forma anônima, se preferir. Você poderá solicitar esclarecimentos antes, durante e depois da sua participação na pesquisa. Tais esclarecimentos podem ser obtidos com a pesquisadora Ladjane Barbosa dos Santos por meio dos e-mails: labasan2@hotmail.com (075) 3236-1409 ou do celular (75) 99954-8765. Desde já agradeço sua atenção e aguardo sua confirmação para participar dessa pesquisa.

Cordialmente,

Mestranda: Ladjane Barbosa dos Santos

## **Apêndice 2: Roteiro de Entrevista**

### **Apresentação:** Explicações iniciais

Primeiramente, obrigado pela participação.

O objetivo desta entrevista é coletar os dados necessários para minha dissertação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Minha pesquisa investiga como a gestão de uma escola pública pode mobilizar a comunidade escolar, no sentido de fortalecer a Participação Social e o desenvolvimento do território local? Desta forma, a sua experiência no Colégio Estadual Professor Carlos Valadares (CEPCV) é fundamental.

Vale esclarecer que nesta entrevista está sendo analisado tanto o processo de elaboração do documento referente a viabilidade de um Plano de Gestão Colaborativa para o desenvolvimento de uma ferramenta de gestão democrática o aplicativo “É tudo nosso”. Estas etapas serão referenciadas no decorrer do trabalho que posteriormente será socializado na escola.

Importante destacar que sua identidade será preservada. Os dados obtidos serão analisados em conjunto com os dados coletados através das entrevistas com as demais pessoas da unidade estudada. Eventualmente, se alguma citação for utilizada, os créditos só serão dados se houver permissão.

No geral, serão 12 questões abertas distribuídas em 3 blocos temáticos, com duração estimada em 30 minutos. Importante ressaltar que todas as respostas podem ser gravadas para posterior transcrição.

Este processo é necessário para dar maior agilidade durante a entrevista e tentar minimizar perdas de informações caso tentasse realizar a transcrição diretamente ao momento da fala. As gravações e suas transcrições não serão divulgadas ou compartilhadas na publicação do trabalho.

### **Parte I: - Gestão democrática**

1) Como se dá a elaboração do Projeto Pedagógico nas escolas?

- Não existe Projeto Pedagógico.
- Utilizando-se um modelo pronto, sem discussão com a equipe escolar.
- Utilizando-se um modelo pronto, mas com discussão com a equipe escolar.
- Utilizando-se um modelo pronto, porém com adaptações, sem discussão com a equipe escolar.
- Utilizando-se um modelo pronto, porém com adaptações e com discussão com a equipe escolar.

Elaborou-se um modelo próprio, mas não houve discussão com a equipe escolar.

2) Há consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão e de ação escolar?

Sim

Não

3) A participação dos pais na avaliação das ações da escola, dos docentes e gestores escolares é assegurada na escolas ?

Sim

Não

4) Existe critério uniformizado para tomada de decisão de turmas, professores e gestores da escola?

Sim

Não

5) Caso exista, qual é o critério mais comum para acolher a decisão das turmas?

Homogeneidade quanto à idade (alunos com a mesma idade).

Homogeneidade quanto ao rendimento escolar (alunos com rendimento similar).

Heterogeneidade quanto à idade (alunos com idades diferentes).

Heterogeneidade quanto ao rendimento escolar (alunos com rendimentos diferentes).

Outro critério.

Não há critério.

6) Existe critério para atribuição de turmas aos professores?

Sim

Não

7) Caso exista, qual é o critério para a atribuição das turmas aos professores?

- Preferência dos professores.
- Escolha dos professores, de acordo com a pontuação por tempo de serviço e formação.
- Professores experientes com turmas de aprendizagem mais rápida.
- Professores experientes com turmas de aprendizagem mais lenta.
- Manutenção do professor com a mesma turma.
- Revezamento dos professores entre as séries.
- Sorteio das turmas entre os professores.
- Atribuição pela direção da escola.
- Outro critério.
- Não houve critério.

8) Como se dá a escolha dos livros didáticos nas escolas?

- Foi escolhido de forma participativa pelos professores.
- Foi escolhido por somente alguns membros da equipe escolar.
- Foi escolhido por órgãos externos à escola.
- Foi escolhido em conjunto pelos professores, membros da equipe escolar e órgãos externos à escola.
- Foi escolhido de outra maneira.

## **Parte II: Participação dos Estudantes na Gestão**

9) A escola possui grêmio estudantil, Conselho de Representantes de Turmas (CRT), Colegiado, Com-Vida atuante nas maioria das atividades da escola?

- Sim, todas.
- Sim, a maioria em atividade.
- Sim, uma minoria em atividade em atividade.
- Não.

10) Os alunos quando convidados a participarem destes espaços de Participação Social, tem direito a voz e voto?

- Sim, em todos.
- Sim, na maioria da escola participa.
- Sim, uma minoria da escola participa
- Não.

**Parte III: Participação do Colegiado na Gestão:**

11) A escola se reúne com o Colegiado para realização do Plano de Ação do mesmo?

- Sim,
- Não.
- As vezes

12) O Colegiado possui autonomia opinarem ou participarem de votação?

- Sim,
- Não.
- As vezes

**Parte III: Participação da Com-Vida na Gestão:**

11) A escola se reúne com a Com -Vida para realização do Plano de Ação do mesmo?

- Sim,
- Não.
- As vezes

12) A Com -Vida possui autonomia opinarem, proporem ou participarem de votação?

- Sim,
- Não.

( ) As vezes

#### **Parte IV: Participação da Equipe Escolar**

13) O que deve ser feito para fortalecer a participação social?

- (a) Ampliar a participação da social na Gestão da escola?
- (b) Elaborar novas estratégias de participação na fase de planejamento
- (c) Aperfeiçoar audiências e consultas
- (d) Criar mecanismos de participação em cada obra.
- (e) Garantir o direito de participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais
- (f) Estabelecer mecanismo de controle dos recursos
- (g) Todas as respostas anteriores
- h) Nenhuma das respostas anteriores. Minha resposta é:

---

---

14) Como se deve aprimorar a Gestão Democrática e a Participação Social?

- (a) Implementar a avaliação Institucional
- (b) Aprimorar os projetos de intervenção para corresponder a demanda locais
- (c) Prestar contas sobre das ações realizadas
- (d) Aumentar a transparência
- (e) Criar uma ouvidoria
- (f) Todas as respostas anteriores
- (g) Nenhuma das respostas anteriores. Minha resposta é:

---

---